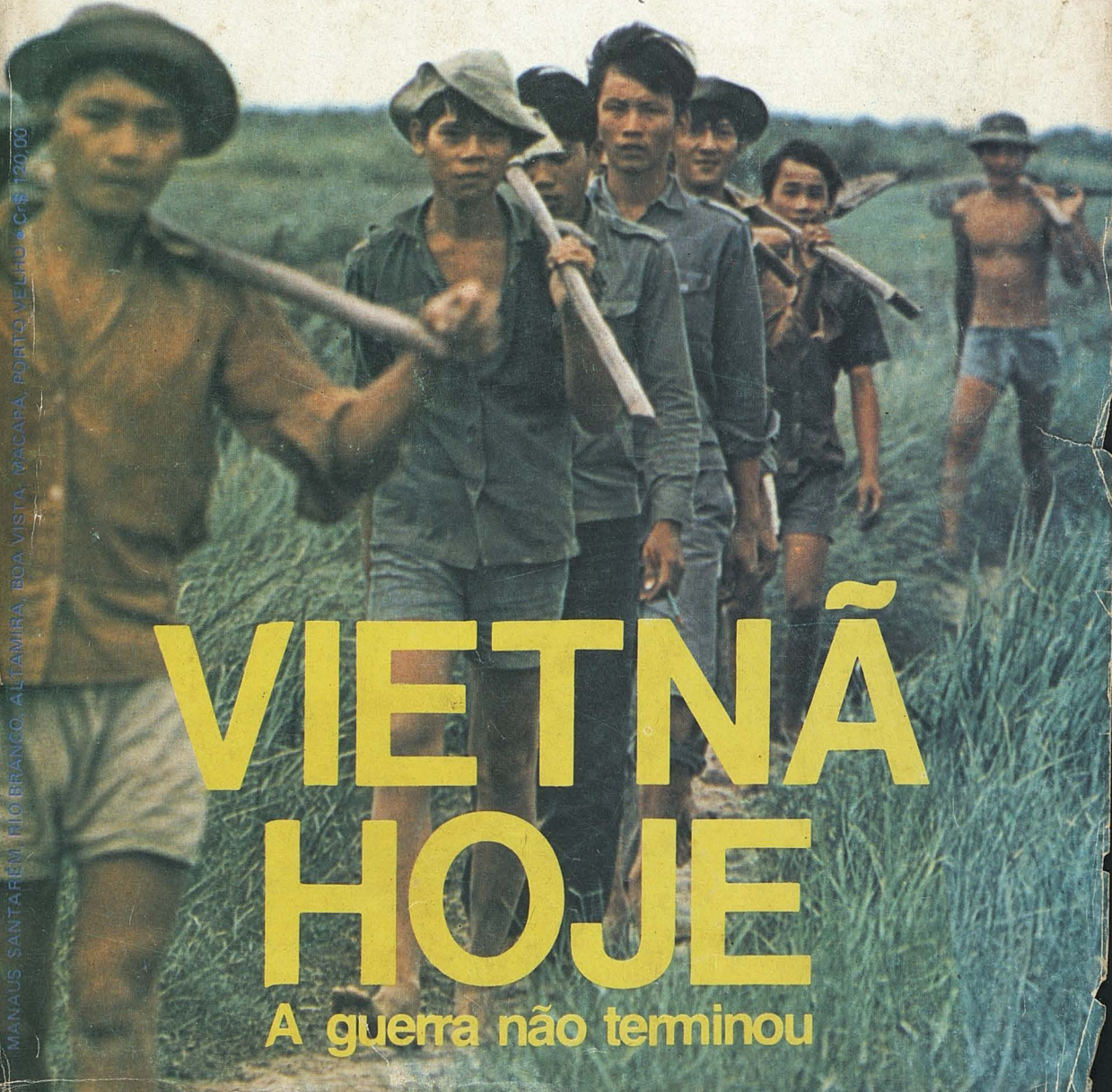


cadernos do
**terceiro
mundo**

BOLÍVIA
Um golpe palaciano

Março / Abril • 1981 • Esc. 60\$00 • MT 60,00 • PG 60\$00 • CV 60,00 • Cr\$ 100,00 • Ano III • n° 32

MANAUS, SANTARÉM, RIO BRANCO, ALTAMIRA, BOA VISTA, MACAPÁ, PORTO VELHO • Cr\$ 120,00



**VIETNÃ
HOJE**

A guerra não terminou



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola



SONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260

**“Na CIMANGOLA
trabalhamos pela
nossa independência
econômica e
pela da África”**



Desta empresa, uma das maiores do continente, 90% das exportações vão para a Nigéria, Congo, Madagáscar, Gabão e, em breve, para a Líbia.

CIMANGOLA - U.E.M.
ex-SECIL DO Ultramar

Avenida 4 de Fevereiro nº 42 - 2º andar •
Tel.: 71190 • Luanda
Fábrica: Estrada do Cacucaco • Tel.: 71100
Telex 3142 - CIMENTO AN • C.P. 2532





TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES

Guerra e paz

Pela primeira vez na edição brasileira dedicamos uma capa ao sudeste asiático, uma região em evidência já há muitos anos pelas investidas colonialistas e neocolonialistas, e agora pela complexidade dos problemas ideológicos e geopolíticos que a envolvem. A importância de se destacar o continente asiático, indo a fundo nas principais questões que hoje impedem que a paz prospere na área, está na dificuldade, e muitas vezes na falta de interesse das grandes potências, de se informar e avaliar corretamente a vida política, social e econômica dos seus países.

O assunto sempre nos preocupou, não só por ser tema obrigatório em todos os encontros dos Não-Alinhados, como também pela necessidade de colocarmos nossos leitores a par de todos os acontecimentos que ocorrem hoje nessa região do Terceiro Mundo. Os resultados podem ser avaliados nas oito matérias, todas de Wilfred Burchett, que compõem as 20 páginas dedicadas ao assunto.

Na América Latina, dois fatos devem ser destacados: o repúdio panamenho à movimentação militar de intimidação feita pelos Estados Unidos na zona do Canal, um ensaio geral da possível intervenção norte-americana em El Salvador; e uma extensa análise da atual situação política da Bolívia.

Na África, dois assuntos polêmicos: uma matéria informativa sobre a Líbia e as implicações do seu íntimo relacionamento com o Chade; e o clima vivido hoje numa das áreas mais tensas do continente: a África Austral, com a arrogância e as agressões de Pretória a Angola, Moçambique e Namíbia, sob a proteção e o apoio da administração Reagan.

Finalmente, um acontecimento que consideramos da maior importância: a Conferência de Ministros das Relações Exteriores dos Países Não-Alinhados, realizada em Nova Déli, com a participação de 93 países, da OLP e da Swapo. E mais: a terceira Conferência de Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo das Nações Islâmicas que reafirmou a sua solidariedade aos direitos do povo palestino, defendendo e apoiando a atuação da OLP.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro • Juan Somavia • Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança • Wilfred Burchett

• **Edições em português**

▲ **BRASIL**
Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair Campos

Secretário de Redação
Nilton Caparelli

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 - CEP 05.033

Arte
David Gomes Araújo (Editor)
Maria Nakano

Revisão
José Gondim

Publicidade
Jesús Antunes

Documentação e Arquivo
Cláudia Guimarães

editora terceiro mundo ltda.

Rua da Lapa, 180
(sobrelajeira "A") Tel. 242-1957
CEP 20.021 — Rio de Janeiro (RJ) —
Registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291 —
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32 —
Inscrição Estadual n.º 81.341.400
Registro no INPI: Protocolo n.º 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
Protocolo n.º 008915
Composição: SERTHEL Editora Ltda.
Rua da Lapa, 180 — 506/507

▲ **ANGOLA • CABO VERDE •
GUINÉ BISSAU • MOÇAMBIQUE •
PORTUGAL • SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE**

Editor
A. L. Campos

Administração
Ernesto Pádua

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
João Escadinha

tricontinental editora ltda.
Calçada do Combro, 10/1.º
telefone 32.06.50 — Lisboa • 1200

Representações

Angola
Luis Henrique — Caixa Postal 3593 — Luanda

Moçambique
Elevado Hipólito
Rua da Kongwa, 153 — Maputo

• **Edições em espanhol**

Editor
Roberto Remo

▲ **MEXICO • AMERICA CENTRAL •
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE**

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a.c. —
calle California, 98A - Coyacán
México, 21 DF - Teléfono 689-1740
Correspondência: Apartado Postal. 20 572 —
México, 20 DF.

▲ **BOLÍVIA • CHILE • COLÓMBIA •
EQUADOR • PERU • VENEZUELA**

(Edição Andina)

Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Teléfono 724-712

• **Edições em inglês**

▲ **ESTADOS UNIDOS • CANADA •
EUROPA • PAISES DE LINGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO**

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal. 20.572 — México, DF

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: **ANGOP** (Angola), **AIM** (Moçambique), **INA** (Iraque), **IPS** (Inter Press Service), **SHIHATA** (Tanzânia), **WAFA** (Palestina), e do pool de agências dos Países Não Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas **Nueva** (Equador) **Novembro** (Angola), **Tempo** (Moçambique) e com o jornal **Daily News**, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia — Argentina — Austrália — Áustria — Bangladesh — Belize — Bélgica — Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Canadá — Checoslováquia — Chile — Colômbia — Costa Rica — Cuba — Dinamarca — El Salvador — Equador — Espanha — Estados Unidos — Etiópia — Finlândia — França — Granada — Guiana — Guiné-Bissau — Honduras — Iámen Democrático — Índia — Indonésia — Irã — Iraque — Iugoslávia — Jamaica — Japão — Kuwait — Líbano — México — Moçambique — Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai — Peru — Portugal — Porto Rico — Quênia — República Dominicana — Saara — São Tomé e Príncipe — Seychelles — Sri Lanka — Suécia — Suíça — Suriname — Santa Luzia — Tailândia — Trindade e Tobago — Uruguai — União Soviética — Venezuela — Vietnã — Zâmbia — Zimbábue.

Publicações destinadas a informações e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, e a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. **BE-LIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. **COLÓMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jararfillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd. Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114h St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Booksstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ BRETA-NHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscia, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MEXICO:** Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitan de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. **PANAMA:** Librería Cultural Parameña, S.A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** DiJornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburgo. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUECIA:** Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

Nesta edição

- 4 **Cartas**
- 6 **Editorial** – Reagan contra todos
- 8 **Matéria de Capa: Vietnã hoje, especial de Wilfred Burchett**
- 9 **Vietnã:** O povo é dono e senhor
- 12 O país
- 13 A “segunda lição” de Pequim
- 19 Pham Van Dong: “Confiamos em nossas próprias forças”
- 21 Preparando o ano 2.000
- 23 Giap: estrategista da guerra e da ciência
- 25 Novas respostas para um velho problema
- 27 **Campuchea:** A vitória da vida

Ásia

- 34 **China:** Pena de morte à revolução cultural, *Marcia Laport*

Diplomacia

- 36 **Não-Alinhados:** A conferência de Nova Déli, *Mohamed Salem*
- 37 **Conferência islâmica:** Pela libertação da Palestina, *Gabriel Omotozo*
- 39 **México – Índia:** A alternativa sul-sul, *Agustín Castaño*

América Latina

- 41 **Bolívia:** As conspirações em marcha, *Neiva Moreira*
- 49 A tática do extermínio, *Terence W. Dobson*
- 51 **Argentina:** O desastre econômico, *Juan Alvarez*
- 53 **Porto Rico:** Uma colônia norte-americana no Caribe
- 56 Em busca de apoio internacional
- 60 **Panamá:** O ensaio geral, *Rafael Cribari*

África

- 63 **Moçambique:** O ataque sul-africano, *Etevaldo Hipólito*
- 68 **Chade:** Quanto tempo durará a paz?, *Carlos Pinto Santos*
- 74 **Líbia:** Os verdes sonhos de Khadafi

80 Panorama Tricontinental

90 Cultura

O “cinema Kung-Fu”, alienação ou anti-colonialismo?



CARTAS LETTERS CARTAS

El Salvador

Recebam de parte de um colaborador anônimo a sua saudação fraternal, quando lhes deseja muito êxito neste ano que se inicia e na jóia de revista que editam. É uma importante publicação que nos mantém informados dos avanços dos movimentos de libertação no mundo. *P. S., San Salvador, El Salvador.*

A preocupação de todos os revolucionários e amantes da liberdade latino-americanos, nesta hora atual, deve ser a iminente intervenção norte-americana, armada ou não, em El Salvador. Reagan e Cia. tudo farão para interromper o processo de libertação de mais um país da América Central, depois do exemplo dado pela heróica Nicarágua. *Dolores Y. Menescal, Bogotá, Colômbia.*

Guia do Terceiro Mundo

Gostaríamos de saber se podemos contar com uma boa quantidade do **guia do terceiro mundo**, edição 1981, antes do início das aulas deste ano letivo. Em contato direto com a obra, verificamos, eu e outros colegas professores, a sua excelente qualidade e honestidade de informações, e ficaríamos satisfeitos se pudéssemos indicá-lo como fonte de consulta obrigatória para as cadeiras de História e Geografia. *Felício S. Coelho, Rio de Janeiro, Brasil.*

Distribuição

Não fossem as assinaturas, companheiros, nunca teríamos a nossa revista nas mãos. Pensamos, e julgamos estarmos certos, que a distribuição não está dando à revista os devidos respeito, dimensão e importância que merece. *Carlos A. Semedo, São Paulo, Brasil.*

Felicitações

Parabéns pela informação e cobertura jornalística. Finalmente temos no Brasil um órgão de imprensa realmente independente (e alternativo) que nos informa sobre aquilo que se passa no mundo de maneira analítica, precisa e, principalmente, honesta. *Paulo Fagundes, Fortaleza, Brasil.*

Magnífica a cobertura do plebiscito no Uruguai. A vitória do "não" serviu aos militares uruguaios como uma prova, mais do que esmagadora, de que o povo uruguaio ama a liberdade e a paz. *Juan D. D., São Paulo, Brasil.*

Quero felicitá-los pelo grande trabalho informativo que realizam. Esse trabalho reforça os sentimentos internacionalistas de solidariedade com todas as forças progressistas e revolucionárias do mundo. *Orlando Cuadra, Embaixada da Nicarágua, Panamá.*

Felicito sinceramente os companheiros pela tarefa árdua e difícil que estão realizando, transmitindo uma informação conscientizadora. A luta pela libertação de nossos povos explorados é um compromisso de todos aqueles que aspiram por um mundo melhor. Avante, jornalistas, com o seu tão importante papel nas transformações dos nossos povos! *Jesús Hernández Aldrete, Jalisco, México.*

É fácil compreender que uma revista com o conteúdo e a qualidade dos **cadernos do terceiro mundo** sofra a ofensiva de países, organizações e pessoas que vêem como perigosa a difusão de publicações autenticamente democráticas. *Gilberto M. Garzón, Quito, Equador.*

Li com interesse e admiração o último número de **third world**. Quero felicitá-los por terem criado um instrumento tão importante que se contrapõe à informação anti-terceiromundista dos meios de comunicação ocidentais. No Terceiro Mundo, temos a necessidade de contatos, coordenação e informação autêntica sobre nós mesmos. Espero que a vossa revista se converta num ponto de encontro, organização e coordenação, bem como fonte de informação inspiradora. *Chen. C. Chimutengwende, Escola de Jornalismo de Nairóbi, Quênia.*

Intercâmbio

Antes de tudo, quero vos saudar respeitosamente. Tenho acompanhado as edições dos **cadernos do terceiro mundo** no seu grande papel de informar sobre as ocorrências nesta parte do globo. Tenho 21 anos, sou angolano, solteiro, e desejo trocar correspondência com jovens de ambos os sexos de todo mundo. *Alberto Antunes de Oliveira Júnior, Caixa Postal 10797, Luanda, República Popular de Angola.*

Reagan contra todos

A opção diplomático-militar que se observa nas declarações iniciais dos novos governantes norte-americanos — o presidente Ronald Reagan, o secretário de Estado Alexander Haig e o secretário de defesa Caspar Weinberger — contém graves perigos para a segurança mundial, como também uma clara perspectiva de isolamento e fracasso para aqueles que a defendem.

Quase todas as reações às afirmações de Reagan e sua equipe têm sido adversas, inclusive com tons de alarma. Poderia dizer-se que a dura resposta soviética às acusações que lhe foram dirigidas por Washington era previsível. Mas a preocupação e o distanciamento de governos e setores aliados ou interlocutores de Washington — em primeiro plano o eixo Bonn-Paris — nos dão uma primeira indicação das dificuldades que encontrará o governo Reagan, como também o custo político que deverá pagar caso não mude de rumo.

Os pontos principais da linha Reagan, até agora, são os seguintes:

— a busca de uma maior superioridade militar frente à União Soviética. Continuará a corrida armamentista empreendida pelo governo anterior de James Carter, mas a uma velocidade de maior;

— o congelamento das negociações sobre desarmamento;

— a substituição da incoerente política de direitos humanos de Carter pela luta contra o terrorismo. A partir do enfoque ultradireitista de Reagan qualificam-se de "terroristas" a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e os movimentos nacionalistas da África do Sul (ANC) e da Namíbia (Swapo). Isto é, ele confunde deliberadamente os movimentos de libertação com o terrorismo. E pelo apoio que lhes dá a União Soviética, ele a denuncia como a grande promotora da subversão;

— no plano global das relações Washington-Moscou, abandona-se o conceito de distensão, substituindo-o pelo de contenção do rival socialista. Só serão abertos o diálogo e as boas relações se a URSS deixar de apoiar a quem Reagan chama de "terroristas" e se ela aceitar mansamente a superioridade bélica a que aspira Reagan, assim como todas as consequências geopolíticas que derivariam desse poderio incontrastável. Reagan propõe ainda a hegemonia global dos Estados Unidos como forma de reordenamento e estabilização das relações mundiais.

Que visão do mundo há por trás dessas pretensões unilaterais?

Reagan e os falcões norte-americanos pensam que a superpotência perdeu posições estratégicas numa tendência declinante nos últimos anos e que é necessário inverter ou, pelo menos, frear essa situação. Imaginam que isso poderia ser conseguido ameaçando e encurralando a URSS a fim de que ela cesse seu apoio aos movimentos de libertação por um lado e, por outro, fortalecendo os regimes pró-ocidentais no Terceiro Mundo, com todos os meios ao seu alcance. Observando-se o passado recente, essa lógica supõe que não deveriam ter sido aceitas as revoluções do Irã e Nicarágua. Os Estados Unidos teriam que ter defendido melhor seus interesses apoiando até o final os tiranos pró-norte-americanos de Manágua e Teerã, com o objetivo de prolongar as suas permanências no poder, ainda que para isso tivessem que realizar massacres.

Olhando-se para o futuro, significa que Israel contará com um superprotetor confiável para prosseguir violando os direitos palestinos, assim como o regime de minoria branca de Pretória para manter o *apartheid* e a Junta cívico-militar de El Salvador para continuar sua política de extermínio da oposição. Não é repugnante para Reagan associar ao império norte-americano e a si próprio o racismo e o genocídio. Ele os vê como partes inseparáveis de um todo: esses sócios parecem ser indispensáveis para lhe assegurar o status-quo.

Mas somente os setores que se identificam com Reagan sustentam a viabilidade de um esquema semelhante. Fora destes círculos, as coisas são vistas de maneira diferente. Em primeiro lugar, a realidade indica que a política soviética não se dita na Casa Branca e sim no Kremlin. Para este, a política em relação aos movimentos de libertação tem um caráter es-

tratégico e, portanto, a única coisa que o presidente norte-americano pode esperar é que ela seja reafirmada. Fora desse âmbito, devem-se avaliar as seguintes situações:

— no início de fevereiro, reunidos em Paris, o chanceler alemão Helmut Schmidt e o presidente francês Giscard D'Estaing analisaram a posição a adotar em relação às definições de Washington. O eixo Paris-Bonn é a força que prevalece na Europa Ocidental e se consolidou em torno da busca de um caminho para a independência regional e a preservação da distensão. A declaração conjunta ratificou essa orientação, que tanto é contrária a um desígnio hegemônico dos Estados Unidos sobre a Europa, como também ao conteúdo das proposições de Reagan. Ao mesmo tempo que ficaram distantes da URSS, os dois governos europeus se pronunciaram a favor do diálogo Leste-Oeste, do desarmamento e da moderação nos comportamentos políticos.

A tese da supremacia militar norte-americana foi descartada, o que favorece a busca do "equilíbrio na segurança" que excluiu "tanto a aceitação da debilidade como a tentativa de uma superioridade militar", propondo-se, então, que "as iniciativas para a limitação e a redução dos armamentos respeitem o princípio do equilíbrio global das forças".

O eixo Paris-Bonn e as forças que na Europa o apóiam impõem uma importante limitação ao programa de Reagan. Na medida em que este não o levar em consideração, será aprofundado o desacordo entre a Europa Ocidental e os Estados Unidos, diminuindo a coesão na Aliança Atlântica;

— da mesma forma, a União dos Partidos Socialistas Europeus condenou a ajuda militar que Washington dá ao governo de El Salvador

e toda interferência existente nos assuntos do país centro-americano;

— a Conferência de Cúpula Islâmica (ver matéria nesta edição), ao declarar uma "guerra santa" pela libertação da Palestina, formulou o mais categórico e maciço desmentido à definição da OLP como terrorista. Uma contradição tão grande entre ambas as posições levanta maiores obstáculos para os Estados Unidos no Oriente Médio, uma área considerada estratégica para seus interesses;

— depois das eleições de Reagan, o regime de Pretória endureceu sua política: fez fracassar a Conferência de Genebra sobre a Namíbia (ver número 31 de cadernos), realizou ataques — com armas norte-americanas — contra Angola e Moçambique e, dentro do país, fechou órgãos de imprensa destinados ao público negro. Essas agressões provocaram a indignação unânime do povo africano e induziram seus governos a postularem ações no campo internacional para contra-atacá-las. É, para todos, evidente que Pretória se sentiu estimulada a cometer essas agressões a partir do apoio público de Reagan ao regime branco, como também da sua posição de chamar de "terroristas" aos movimentos de libertação. Assim como a atitude de Pretória aprofunda o antagonismo entre o sistema racista e o resto da África, a identificação de Reagan com o *apartheid* se projeta negativamente na política regional de Washington;

— com sua tese de que os Estados Unidos não devem abandonar a seus verdadeiros amigos, Reagan declarou que vai melhorar os vínculos com Taiwan. Tal decisão obstruirá o avanço dos entendimentos entre Washington e Pequim, que reagiu contra o anúncio;

— o corte de créditos à Nicarágua, as ameaças a esse país, o endurecimento em relação a Cuba e o respaldo à linha ultradireitista em El Salva-

dor indicam que a América Latina será a área a ser tratada com maior dureza, um fato explicável por razões geográficas. Não há dúvida de que o ascenso de Reagan proporcionou uma sensação de segurança e de impunidade às numerosas ditaduras da região. Frente a esse desafio, as forças democráticas deveriam fazer maiores esforços para atuarem unidas contra o complexo ditadura-imperialismo, que ameaça os interesses das grandes majorias;

— por último, deve-se considerar o âmbito interno. Reagan obteve uma ampla maioria. Mas, de um lado, o extremismo de sua política deixou livre para seus adversários democráticos o centro político, onde podem recuperar posições. Por outro lado, foi posta em execução uma política econômica de corte ultraliberal que, além de ser a que mais convém aos grandes empresários, tira das classes trabalhadoras e média conquistas adquiridas, especialmente em matéria de assistência social. São esses os fatores que podem ocasionar um rápido desgaste ao governo atual, sobretudo se o partido democrata conseguir organizar-se e passar à ofensiva.

Como se vê, as frentes de resistência à política inaugurada por Reagan são de tal magnitude e amplitude que superam em muito a capacidade da superpotência de contorná-las. Parece lícito prognosticar que, apesar das tensões que originará, os Estados Unidos conhecerão revés atrás de revés. Mas é imprevisível o que ocorrerá quando ficar evidente, para esses defensores da ressurreição imperial, que seu sonho é impossível e que o mundo real é diferente do que tinham imaginado. Os falcões, de posse do maior arsenal atômico do Universo, são tão perigosos no ascenso como no descenso.

VIETNÃ HOJE

A guerra não terminou



A oito anos da retirada das tropas norte-americanas do Vietnã e cinco da libertação de Saigon, os vietnamitas continuam em pé de guerra, desta vez numa dupla batalha para construir o socialismo... e defendê-lo das agressões externas.

Ninguém deve se surpreender que a imprensa comprometida com a potência que descarregou sobre esse país mais bombas que todas as lançadas durante a Segunda Guerra Mundial continue sendo hostil ao Vietnã. Mas é lamentável que certos países não-alinhados afirmem que a pátria de Ho Chi Minh se transformou de repente em agressor porque suas tropas ajudaram os campucheanos a se salvarem do genocídio e que velhos simpatizantes da causa vietnamita voltem as costas a um povo que lutou cinquenta anos pela sua independência, acusando-o de "mudar de órbita mas continuar sendo satélite" por causa do seu empenho em não dobrar-se às imposições do atual governo de Pequim.

Para pôr as coisas em seus devidos lugares e esclarecer muitas dúvidas, nada melhor do que esta série de reportagens exclusivas de Wilfred Burchett, veterano jornalista australiano e profundo conhecedor da região há três décadas. Autor de uma dúzia de livros sobre as lutas de libertação dos povos do Terceiro Mundo, viajante incansável e cronista fiel, Burchett não oculta suas simpatias políticas. Mas também não procura impô-las e, nesta reportagem exclusiva, apresenta a palavra viva dos protagonistas e o testemunho daquilo que pessoalmente viu, para que o leitor tire suas próprias conclusões.



Wilfred Burchett



O povo é dono e senhor

A nova Constituição garante a participação popular e os direitos e liberdades dos cidadãos



Quarto Congresso do Partido Comunista do Vietnã (então chamado Lao Dong, o Partido dos Trabalhadores), em dezembro de 1976, criou uma nova expressão para definir a linha de ação futura do Partido e do Estado: "O senhorio coletivo do povo". As aplicações e implicações desse conceito não são fáceis de se compreender. A idéia geral é que o Homem deve ser o centro de todos os planos e que ele, como ser cole-

tivo (e não as políticas abstratas), deve ser o "dono e senhor" de seu próprio destino.

Na nova Constituição Socialista, aprovada quatro anos mais tarde, os objetivos são explicados mais claramente e o processo de sua redação foi um bom exemplo da aplicação desse conceito.

Calcula-se que 20 milhões de pessoas — a maioria esmagadora do eleitorado, numa população total de 53 milhões — participou

dos quase três anos de discussões do projeto original. Os debates foram francos, críticos e construtivos como o demonstra o fato de que 138 dos 147 artigos do projeto original foram modificados, antes que a versão corrigida fosse submetida à Assembleia Nacional em Hanói, no dia 12 de dezembro de 1980.

Ao apresentar o texto, Truong Chinh, veterano membro do Biro Político do Partido Comunista e



O 4º Congresso do PC vietnamita decidiu: o Homem deve ser o centro de todos os planos

presidente da comissão redatora disse que “os quadros dirigentes de algumas fábricas e escritórios temiam que muitas pessoas deixassem de participar das discussões, depois de uma longa jornada de trabalho. Porém, os debates atraíram grande público. Pode-se dizer que nenhuma outra atividade política teve, até agora, a participação de tanta gente em todo o país. As discussões do projeto da Constituição foram realmente uma atividade política ampla e profunda e um movimento também amplo e profundo de democratização socialista a nível popular”.

Em várias visitas ao Vietnã durante o período de discussões, não pude encontrar uma só pessoa que não houvesse participado dos debates. Isso pode de-

monstrar que a idéia do “senhorio coletivo do povo” já fincou raízes.

A primeira constituição vietnamita foi promulgada por Ho Chi Minh em novembro de 1945 e aprovada por todo o eleitorado do país poucos meses depois. Ela refletia a primeira vitória sobre o colonialismo francês. “O objetivo estratégico dessa constituição — disse Truong Chinh — era atingir a independência nacional, construir e desenvolver a democracia popular e assentar as bases da revolução socialista.”

Reunificação e socialismo

A constituição adotada em 1959, consagrava uma segunda vitória sobre os franceses, simbo-

lizada pela histórica batalha de Dien Bien Phu e pelo reconhecimento internacional do triunfo, na Conferência de Genebra de 1954. “Essa segunda constituição”, disse Truong Chinh ao apresentar a terceira, “estimulou a revolução socialista no Norte e a resistência antinorte-americana de todo o povo possibilitou a consolidação do Norte como base firme na luta para libertar o Sul, reunificar o país e preparar as condições para a revolução socialista em todo o Vietnã.”

As duas primeiras constituições foram redigidas sob a direção de Ho Chi Minh e refletiam os esforços dos vietnamitas para conquistar sua independência. O que se pretende com a atual? Ter uma nova constituição era obviamente uma necessidade, depois da vitória total sobre os



Estados Unidos na primavera de 1975. O país se reunificou e o Quarto Congresso do partido decidiu construir um Vietnã independente, unido e socialista.

Porém, um novo texto deveria levar em consideração as diferentes situações do Norte e do Sul, separados durante mais de 20 anos, desde a Conferência de Genebra de 1954.

“Ambas as regiões, ainda diferem em muitos aspectos”, afirmou Truong Chinh. “Há uma diferença nos níveis de transformação e construção socialista. A Constituição da República Socialista do Vietnã tem a tarefa de fortalecer a unidade ampla de todo o povo, acelerar a revolução socialista em todo o país e conseguir a unidade em conteúdo e essência. Unidade em todos os âmbitos: econômico, político, administrativo, ideológico, cultural e social.”

Contra os abusos

O primeiro objetivo da nova Constituição é definir claramente os direitos e deveres dos vietnamitas, com códigos legais que os protejam dos abusos de déspotas burocratas. A partir da enumeração que fez Truong Chinh sobre esse tipo de abuso, fica claro que eles têm sido frequentes. Mas também fica clara a intenção do novo texto de eliminar o exercício arbitrário do poder.

A relação fundamental na vida política e social do Vietnã, de acordo com a nova Constituição, foi explicada assim por Truong Chinh: “O Partido é o condutor, o povo é o dono e o senhor, e o Estado, o administrador”.

O papel condutor do Partido não deve levar a abusos do poder: “Os comitês do Partido,

em todos os níveis, devem melhorar seu estilo de trabalho, não devem depreciar os órgãos eleitos pelo povo, devem respeitar as obrigações e poderes dos órgãos estatais e nunca devem abusar de sua autoridade ou usurpar funções. O Partido proíbe todos os seus membros e quadros de conduzirem-se arbitrariamente, contra a Constituição e as leis, ou violar os direitos dos cidadãos e o princípio do senhorio coletivo.”

Reconheceu-se, além disso, a necessidade de se aprovar novas leis que regulamentem com precisão os limites de competência do Partido, do Estado e dos Comitês Populares (de eleição direta) em todos os níveis, de maneira que se garanta a inviolabilidade do conceito de “senhorio coletivo” do povo.

A Constituição foi redigida, discutida e em grande parte emendada muito antes que se desenvolvesse a atual crise da Polônia. Mas dá a impressão que as contradições entre o Partido, o Estado e o povo durante a etapa de transição para o socialismo foram previstas no Vietnã e se adotaram providências para eliminar — ou pelo menos para minimizar — suas consequências.

Discussão franca

Das críticas a que foi submetido o texto inicial, fica claro que não foi questionado o papel dirigente do Partido, que conduziu a longa e complexa guerra de resistência e goza de amplo e evidente apoio popular. Porém, foram muitas as formulações, inclusive da versão final, submetidas a um estudo minucioso e crítico.

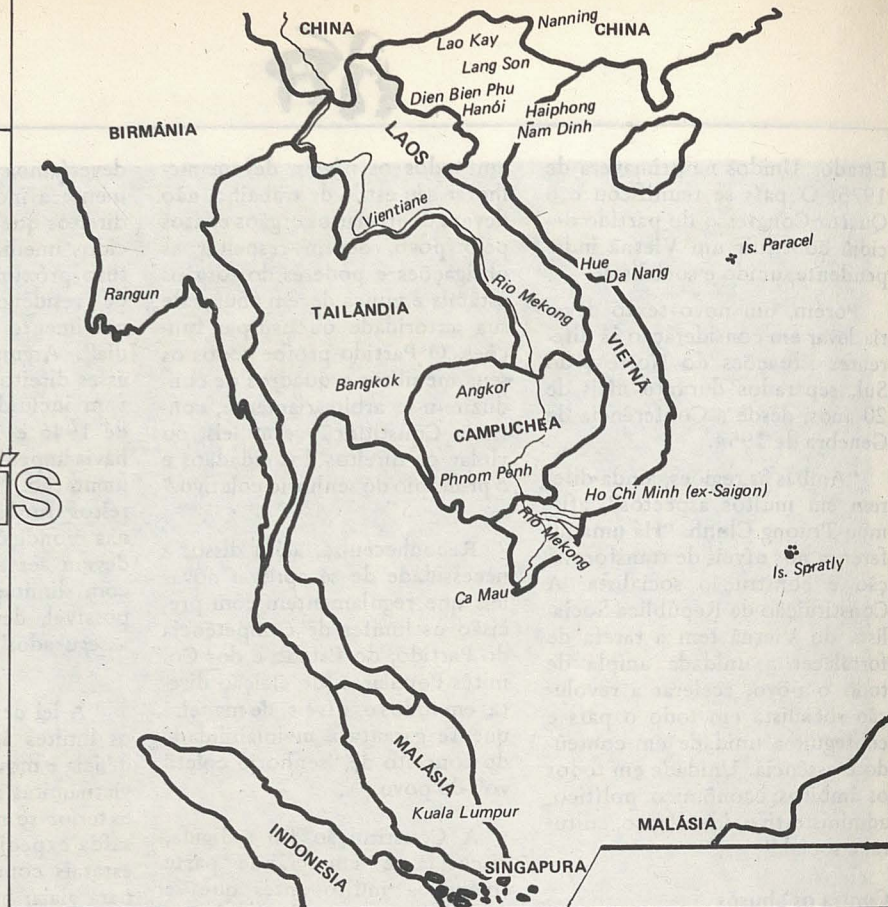
Um dos exemplos citados por Truong Chinh foi o de que “alguns cidadãos sugeriram que

deveríamos avaliar cuidadosamente a inclusão no projeto de direitos que não podem ser exercidos imediatamente, ou em futuro próximo, como a liberdade de residência, a liberdade de movimento e o direito à moradia”. Argumentou Truong que esses direitos e liberdades já estavam incluídos nas constituições de 1946 e 1956, e que a guerra havia impedido a sua plena implementação. No entanto, “são direitos fundamentais do povo e nas condições atuais podem e devem ser exercidos, ainda que com limitações. O mais cedo possível, devem ser plenamente assegurados”.

“A lei detalhará com precisão os limites às liberdades de residência e movimento. Os cidadãos vietnamitas não podem viajar ao exterior se não têm um visto de saída expedido pelas autoridades estatais competentes. São livres para viajar e residir em qualquer parte do país, salvo nas áreas reservadas a projetos de defesa nacional ou aquelas afetadas por epidemias ou conflitos fronteiriços. O direito à moradia é uma das conquistas fundamentais do nosso povo. Certamente, teremos que batalhar muito para concretizá-lo. Mas, em futuro imediato, o Estado se esforçará para construir mais habitações e estimulará cooperativas de trabalhadores e operários dispostos a levantar suas próprias casas, através de um plano comum para implementar gradualmente esse direito.”

A franqueza com que esses tipos de temas foram debatidos e a ampla difusão que as críticas receberam fortalecem a confiança dos vietnamitas nos seus dirigentes e na sua capacidade de enfrentar e resolver os problemas reais do Vietnã de hoje. □

o país



VIETNÃ	CAMPUCHEA	LAOS
<i>Superfície:</i> 332.559 Km ²	181.035 Km ²	236.800 Km ²
<i>População:</i> 51.080.000 hab	5.000.000 hab*	3.630.000 hab
<i>Capital:</i> Hanói	Phnom Penh	Vientiane
<i>PNB per capita:</i> US\$ 160 (1977)	_____	US\$ 90 (1977)
<i>Exportações:</i> 227 milhões de dólares (1978); pescado, borracha, têxteis, madeira, alumínio, cobre; dirigidas a: URSS, 15%; China, 11%; Alemanha Democrática, 10%; Japão, 9% (1975)	15 milhões de dólares (1976); borracha (em 1973 constituiu 93% das exportações), arroz, milho, tabaco.	64 milhões de dólares (1977); madeira, 62%; estanho, 30%; madeira compensada, 4%; ferro, 1% (1973); dirigidas a: Tailândia, 73%; Malásia, 11%; Hong Kong, 10%; Japão, 4% e Singapura, 2% (1975)
<i>Importações:</i> 831 milhões de dólares (1978)	70 milhões de dólares (1976)	64 milhões de dólares (1977)
<i>Governo:</i> Huu Tho, presidente da República. Pham Vang Dong, primeiro-ministro. Le Duan, secretário geral do Partido Comunista do Vietnã. A Assembléia Nacional é o órgão máximo do Estado.	Heng Samrin, presidente da Frente de Salvação Nacional e do Conselho Popular Revolucionário. Pen Sovan, vice-presidente e ministro da Defesa.	Príncipe Tiao Sufanuvong, presidente. Kaysone Fumvihom, primeiro-ministro e secretário geral do Partido Popular Revolucionário. O Conselho Popular Supremo é o órgão máximo da República.
	* Estimativa que leva em conta a morte de cerca de três milhões de campucheanos entre 1976 e 1979.	



A “segunda lição” de Pequim

Após o fracasso de sua invasão ao Vietnã em 1979, os dirigentes chineses preparam novas agressões

Pouco depois da meia-noite, fomos despertados por três disparos de artilharia que explodiram nas proximidades de Lang Son. Em seguida, escutamos outros quatro estampidos. Era a resposta da artilharia vietnamita.

Na manhã seguinte, durante o desjejum, Be Kiem Tung, responsável pela seção internacional do Comitê Popular provincial de Lang Son, nos explicava: “Nossos artilheiros estão autorizados a responder ao fogo sem necessidade de uma ordem superior para castigar o inimigo por cada um dos crimes que cometa”.

Lang Son está a uma distância de um tiro de artilharia (11 quilômetros) da fronteira chinesa. A estrada, de apenas 100 quilômetros, que passa por esta cidade, liga o que outrora se chamou a “Porta da Amizade”, sobre a linha fronteiriça, a Hanói, a capital vietnamita. Há dois mil anos essa tem sido a rota tradicional de todas as invasões chinesas. No entanto, o exército chinês que atravessou a fronteira em 17 de fevereiro de 1979, demorou três semanas para avançar só dezesseis quilômetros. Foi o trajeto mais lento em vinte séculos de invasões.

Os chineses só conseguiram ocupar metade da cidade de Lang Son, dividida em duas pelo rio Ky Kong. A noite, equipes de



demolição se infiltravam para fazer voar pelos ares a outra metade.

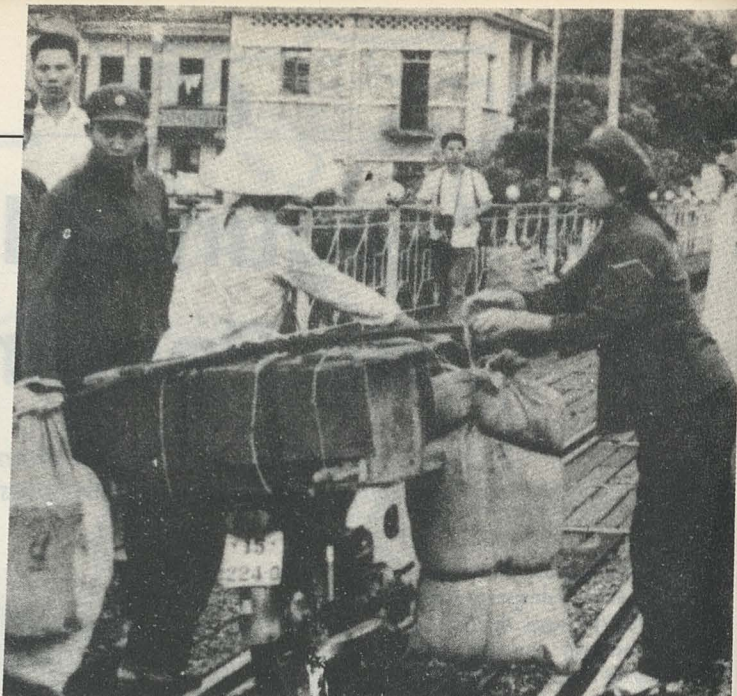
Contudo, essa tentativa de “dar uma lição” ao povo vietnamita — a primeira agressão chinesa ao Vietnã neste século — terminou num fracasso caro e humilhante. Os invasores se atolaram no pântano de seu próprio sangue. Os sobreviventes foram obrigados a retirar-se, derrotados pelos guardas fronteiriços e pela milícia local, sem que as forças regulares do famoso Exército Popular Vietnamita tivessem que entrar em combate. As consequências dessa derrota se refletiram, ainda, na sórdida luta pelo poder no seio do governo de Pequim.

Igual aos Khmer Vermelhos

Uma nova invasão como a de fevereiro de 1979, terminaria numa derrota ainda mais catastrófica. Por isso, a “segunda lição” que os chineses tentam agora é baseada na artilharia. Um obus chega em poucos segundos ao alvo que as equipes de demolição chinesas demoraram três semanas para alcançar.

A tática que os chineses estão utilizando agora na fronteira norte do Vietnã é a mesma que as forças do Khmer Vermelho campucheano usaram na fronteira sudoeste entre abril de 1977 e janeiro de 1979, quando foi derubado o regime de Pol Pot e Ieng Sary. Os ataques criminosos ao Vietnã nesse período foram operações experimentais, dirigidas por “assessores” de Pequim e destinadas a provar as táticas que seriam empregadas agora ao longo da maior parte de sua fronteira com o Vietnã.

Luu Van Loi, destacado *expert* em problemas fronteiriços do ministério vietnamita de Relações Exteriores, disse-nos: “Estão usando grupos terroristas pa-



Próximo à fronteira Vietnã-China foram desenvolvidos centros residenciais e econômicos vietnamitas, agora um alvo fácil

ra sequestrar civis e guardas fronteiriços, com a intenção de extrair-lhes informação útil; sua artilharia bombardeia aldeias e objetivos econômicos; cercam postos isolados e os atacam se têm uma clara superioridade numérica, porém retiram-se assim que chegam nossos reforços. Acreditamos que o Campuchea foi um campo de experimentação das táticas que agora desenvolvem em nossa fronteira norte e que mais tarde se dirigiram para outras áreas, em particular a Tailândia.”

A tensão na fronteira

Quando nos encontramos, Luu Van Loi acabava de completar, junto com seus colegas laosianos, a árdua tarefa de demarcar 1.650 quilômetros entre o Laos e o Vietnã. Em relação aos 1.150 quilômetros de fronteira entre seu país e a China, Luu explicou que os limites tradicionais, estabelecidos há vários séculos, foram formalizados entre 1887 e 1895, mediante tratados firmados pela França (potência colo-

nial na Indochina) e pela dinastia feudal dos Ch'ing. Toda a fronteira está delimitada por marcos de pedra. Mas desde 1974 — coincidindo com a ocupação chinesa das ilhas Paracels, que os vietnamitas consideram suas, por razões históricas — houve 179 violações dessa fronteira, incluindo a ocupação de algumas minas e depósitos minerais do lado vietnamita. Nos anos seguintes, as violações às fronteiras se multiplicaram, em um processo que culminou com a invasão de 17 de fevereiro de 1979. Em 1978, foram registrados 2.175 incidentes fronteiriços.

Visitamos a região de Lang Son em fins de dezembro de 1978 e já era claro que essas escaramuças faziam parte de preparativos prévios. “Houve 4.500 violações à nossa fronteira”, explica Luu Van Loi. “Quando se deu a invasão, a China já ocupava 169 pontos do nosso território”.

Em 5 de março de 1979, os chineses — que fracassaram na tentativa de romper as linhas de defesa — anunciaram a sua “reti-



rada de todo o território do Vietnã". "Na realidade, assinala Luu Van Loi, suas forças permaneceram em vários lugares estratégicos dentro de território vietnamita, ocupando os cumes de dez montanhas ao longo da fronteira".

Estávamos em Hanói no dia 18 de abril de 1979, quando começaram as conversações bilaterais sobre o problema fronteiriço. Phan Hien (então Vice-Ministro vietnamita de Relações Exteriores, atual Ministro da Informação) apresentou uma proposta de três pontos. Em essência, "ambas as partes estabelecerão uma zona desmilitarizada, ficando suas forças armadas a uma distância de três a cinco quilômetros da linha controlada por cada um, antes de 17 de fevereiro; porão fim a todas as hostilidades, intercambiarão listas de prisioneiros de guerra e estabelecerão uma comissão conjunta pa-

ra supervisionar o cumprimento do acordo". Além disso, seriam iniciadas negociações para solucionar os conflitos fronteiriços, com base nas convenções de 1887 e 1895.

Os motivos para a recusa chinesa a essas propostas — exceto à que se refere à recuperação de seus prisioneiros de guerra — ficam claros ao se visitar a zona limítrofe e analisar um mapa militar da área. Os chineses transformaram a fronteira numa faixa de permanentes combates militares e a partir daí lançam todos os dias (e especialmente às noites) ataques ao território vietnamita.

Essa é a "segunda lição", tão frequentemente prometida pelo vice-premier chinês Deng Xiaoping. Uma variante chinesa da desestabilização kissingeriana.

Camuflagem para as crianças

"Os chineses estabeleceram bases nas elevações e as expan-

dem continuamente para ocupar pela força nosso território", explica Luu Van Loi. "Os lugares dos quais eles não se retiraram após a invasão, os que ocuparam a partir de então, as bases e postos de artilharia situados exatamente sobre a fronteira, todos eles se expandem em direção ao nosso lado e servem de trampolim a ataques de comandos. Essas ações frequentemente dão cobertura militar para ocultar a mudança dos marcos fronteiriços em direção ao sul. E tudo isso ocorre, invariavelmente nas áreas estrategicamente mais importantes."

Em cada uma das cinco visitas que fizemos à área de Lang Son desde dezembro de 1978, encontramos o limite de segurança cada vez mais ao sul. Qualquer um pode ser um alvo, colocando-se à distância do tiro da artilharia ou metralhadoras chinesas. Grande parte do trabalho agrícola deve



Manifestação em Hanói: operários se unem em repúdio à agressão chinesa

ser realizado à noite e as crianças vão à escola camufladas com folhas, prontas a lançarem-se pelos campos à primeira detonação de um obus. São frequentes as incursões de comandos chineses, protegidos pela artilharia, destinados a recolher o arroz que os vietnamitas plantaram. Enquanto uns colhem, outros colocam os marcos fronteiros ao sul da plantação, que assim passa a ser "território chinês". E os esforços dos vietnamitas para recuperarem seus cultivos são denunciados por Pequim como "agressões", que justificam uma "segunda lição".

Durante os longos anos de uma amizade revolucionária que parecia permanente, os vietnamitas desenvolveram centros residenciais e econômicos muito próximos à fronteira com a China. Agora, os que sobreviveram à invasão de 1979 estão a um tiro de fuzil da linha divisória e são fácil alvo dos comandos.

Assim, em 15 de outubro de 1980, um regimento chinês e mil policiais armados, apoiados por artilharia pesada, atacaram e destruíram o centro distrital de Xi Man, próximo à fronteira, a 60 quilômetros a nordeste de Lao Kay, que era a estação fronteiriça da estrada de ferro Hanói-Kunming.

Ataques "arrozeiros"

Quando perguntei sobre os estampidos que haviam interrompido meu sono em Lang Son, o comandante provincial do exército me explicou: "Três corpos regulares do exército chinês — cerca de 240 mil homens — estão concentrados sobre a fronteira próxima a Lang Son. Desde que os chineses disseram que tinham se retirado, houve 354 violações na fronteira. Em 9 de novembro passado, emboscaram uma de nossas patrulhas, porém nós lhes repondemos: matamos três inte-

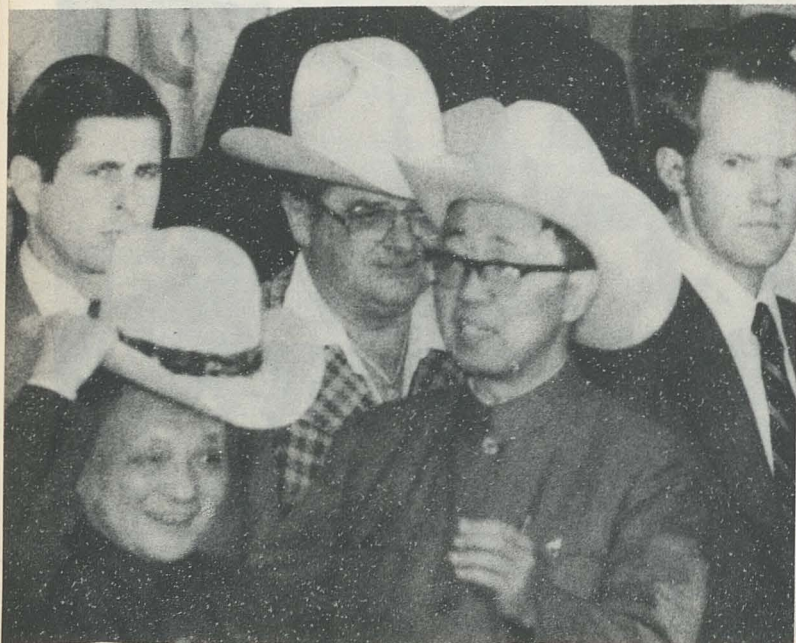
grantes do grupo, capturamos cinco e uns doze mais conseguiram escapar para o outro lado da fronteira. Em 15 de novembro, atacaram-nos com foguetes e mandaram tropas colher nosso arroz, mas foram forçados a se retirar e o arroz está agora em nossos celeiros. Esses ataques 'arrozeiros' se produzem quase todas as noites, em algum ponto da fronteira".

O que acontece com os prisioneiros? — pergunto. "Imploram para que não os mandemos de volta. Dizem que não só seriam mortos, como teriam todos os membros de suas famílias executados como castigo pela 'traição' de terem se deixado capturar. Se não voltarem, talvez pensem que sofreram uma 'morte heróica' e suas famílias serão poupadas. A maioria dos que participam desses ataques provêm da minoria étnica *thai-nung* e os chineses têm revivido o velho costume feudal de exterminar toda a família, se um dos seus membros 'deserta para o inimigo'.

Uma cláusula idêntica, exterminando os membros da família em caso de "abandono do dever em combate armado", estava inscrita no "código de conduta" das forças armadas do Khmer Vermelho no Campuchea.

Apertar os cintos

As contínuas ameaças chinesas de "dar uma segunda lição" aos vietnamitas, são levadas muito a sério em Hanói. A eleição de Ronald Reagan e a presença no Departamento de Estado do general Alexander Haig, um notório "falcão" com conhecidos antecedentes em atividades políticas e militares contra o Vietnã, são vistas pelos dirigentes de Hanói como sinais de que a pala-



Deng Xiaoping: usando contra o Vietnã a mesma tática que o Khmer Vermelho



vra-de-ordem deve ser de extrema vigilância. Já se aceita como um fato consumado o desejo de Pequim querer se vingar da derrota de seus aliados no Campuchea e o fiasco ainda maior de sua invasão ao Vietnã em 1979.

As atividades diplomáticas e militares da China não deixam muitas dúvidas sobre o que faria a facção de Deng Xiaoping se surgisse uma oportunidade. O patrocínio conjunto sino-norte-americano aos remanescentes do Khmer Vermelho na Tailândia e os desesperados esforços da China para mobilizar as figuras mais reacionárias do Vietnã, Laos e Campuchea a fim de formar frentes antinacionais e organizações de sabotagem, têm forçado o Vietnã a aumentar suas forças armadas, mantê-las sempre prontas para o combate. Consequentemente, deve-se desviar para a defesa grande parte dos braços necessários para a reconstrução do país.

O povo vietnamita foi preparado por seus dirigentes e sabe que terá que enfrentar essa situação por muitos anos mais. Isso significa continuar apertando os cintos. São poucos os vietnamitas — sobretudo em Hanói e outros centros urbanos — que se deitam à noite com o estômago cheio.

“Devido a considerações estratégicas de longo prazo, não podemos concentrar todas nossas energias no desenvolvimento econômico, como desejaríamos”, explica Hoang Tung, editor do *Nhan Dan* — o jornal do Partido Comunista — desde 1950 e recentemente promovido a membro do Birô Político do Partido, encarregado da propaganda.

“Devido às pressões militares chinesas — acrescenta — temos crise econômica. O regime de Pe-

quim pensou que seria fácil minar nossa administração e tentou criar um novo grupo, com a palavra-de-ordem de ‘seguir o caminho de Ho Chi Minh e derrubar o governo’. Os chineses recrutaram alguns ex-oficiais do regime de Saigon, os treinaram e os infiltraram de novo no país. Contavam também com alguns vietnamitas de origem chinesa e elementos de minorias étnicas. Em sua propaganda, os chineses propunham abertamente a substituição de nosso governo por outro, encabeçado pelo traidor Hoang Van Hoan”. Hoang foi embaixador do Vietnã em Pequim por muitos anos. Afastado do Birô Político do Partido Comunista no IV Congresso realizado em dezembro de 1976, fugiu para Pequim. Em Lang Son, vi panfletos chineses com uma fotografia de Mao Tsé-tung, Ho Chi Minh e Hoang Van Hoan, acompanhada de um chamado aos vietnamitas para “levantarem-se e restaurarem a velha era de amizade entre Mao e Ho”, sob a liderança de Hoang. Os habitantes da fronteira não levam a sério esses volantes e recordam, entre as atrocidades cometidas pelos invasores chineses em 1979, a profanação da gruta de Pac Bo, na província de Cao Pang, onde Ho Chi Minh estabeleceu seu quartel-general quando voltou ao Vietnã em 1944 para dirigir a revolução. Porém, esse tipo de propaganda exemplifica bem a política de Pequim de cooperar com qualquer contra-revolucionário, na sua tentativa de submeter os países da Indochina à sua dominação.

Esforço maior

“A China quer dar um banho de sangue ao longo de nossa fronteira norte e da do Campuchea com a Tailândia — diz Hoang Tung — para debilitar o Vietnã e depor o regime atual. A situação

é muito perigosa, porém não acreditamos que tenham êxito. Implicaria uma guerra em grande escala e a situação interna na China — com lutas pelo poder na cúpula — não lhes permite embarcar nessa aventura. Mas de todas as maneiras, temos que manter forças militares que, em quantidade e qualidade, são o dobro das que tínhamos durante a guerra de resistência contra os Estados Unidos. A China tem um potencial humano ilimitado e está aqui ao nosso lado. Vimo-nos obrigados a mobilizar grandes recursos para defender nossa fronteira, nossos três mil quilômetros de costas, além do Campuchea e do Laos. Não defender esses vizinhos nos colocaria numa situação muito mais difícil. A China é consciente disso e pressiona em todas as frentes. Bloqueia nossa economia e estimula boicotes internacionais.

“Antes, o governo trabalhista britânico de James Callaghan e o governo australiano de Gough Whitlan queriam ter boas relações conosco. Agora, os vínculos estão cortados, em grande parte por pressão da China, que ofereceu condições comerciais favoráveis aos países que rompessem relações com o Vietnã. Depois da visita do primeiro-ministro Phan Van Dong a Paris, em abril de 1977, tínhamos esperanças de chegar a boas relações com a França, porém os acordos foram deixados de lado e o mesmo se passou com o Japão. Agora, esse país se encontra diante do fato de que importantes contratos — compra de fábricas inteiras — que haviam sido firmados como pagamento por terem repudiado compromissos anteriores com o Vietnã, não estão sendo cumpridos. A capacidade chinesa de financiar projetos demasiadamente ambiciosos, igual ao das ‘quatro modernizações’, está sen-



O Vietnã abre novas frentes de trabalho nas terras virgens dos altiplanos centrais, próximos à fronteira com o Laos e o Camboja

do questionada no mercado financeiro internacional. A confiança na sua estabilidade se enfraquece pela luta pelo poder e pelas contínuas mudanças na direção. Mas os danos causados à nossa economia têm sido grandes e não subestimamos as dificuldades que nos esperam.”

Riquezas naturais

Hoang Tung, o ministro de Relações Exteriores Nguyen Co Thach e outros líderes com os quais falamos, confiam que essas intenções de desestabilizar a economia e o governo fracassarão tão estrepitosamente como a “primeira lição”. As dificuldades econômicas, ainda que sérias, são temporárias. A reunificação tornou possível um grande investimento de trabalho para abrir cen-

tenas de milhares de hectares de terras virgens nos altiplanos centrais, próximos à fronteira com o Laos e Camboja.

Aqui, fora do alcance dos sabotadores chineses e relativamente abrigadas dos tufões e inundações que assolam as costas, vão tomando forma grandes plantações de borracha, algodão, café, tabaco e soja, como resultado dos esforços combinados das minorias étnicas locais e migrantes vietnamitas procedentes da costa superpovoada. Descobriu-se petróleo em grandes quantidades na região do delta do rio Mekong e em grande parte da plataforma continental. Também foram confirmados importantes depósitos de carvão e grande variedade de valiosos metais não-ferrosos.

A riqueza do Vietnã só pôde ser avaliada após a reunificação, quando os talentos e energias que durante trinta anos foram canalizados para as lutas de resistência contra a França e os Estados Unidos, puderam se dedicar a descobrir e explorar os recursos do país. Sem dúvida, o desenvolvimento poderia ser mais rápido se não fossem as agressões chinesas e a ameaça de uma nova invasão — provavelmente dirigida, na próxima vez, contra centros industriais vitais da costa norte. Porém, ao menos o país está unificado e livre de seus ocupantes estrangeiros e seus dirigentes podem planejar um desenvolvimento harmônico de seus recursos naturais e um emprego e distribuição racional de seus recursos humanos que se caracterizam por sua habilidade, disciplina e dedicação ao trabalho.

Boicote internacional

Outro fator positivo é que — apesar dos planos de Pequim — os três países da Indochina têm relações solidárias e amistosas entre si. Pode-se prever um futuro de relações econômicas mutuamente vantajosas entre eles, o que contribuirá muito para frustrar o boicote internacional patrocinado pela China.

A agressão colonial francesa contra esses três países na segunda metade do século XIX, forjou os primeiros vínculos de solidariedade militante entre as forças de vanguarda de seus povos. As tentativas dos Estados Unidos de substituírem o colonialismo francês reforçaram essa solidariedade, e agora a política expansionista chinesa a eleva a um nível mais alto, pelo temporário isolamento dos seus vizinhos asiáticos. Um resultado que os dirigentes de Pequim não havia previsto!



Pham Van Dong: "Confiamos em nossas próprias forças"

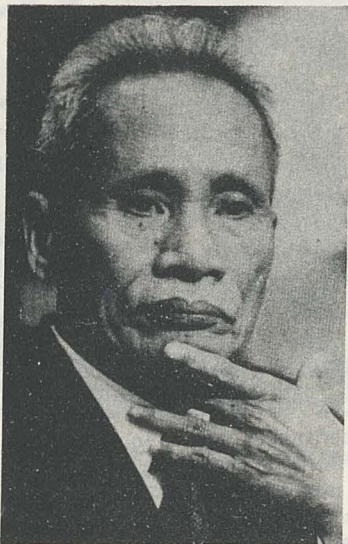
A produção e a defesa nacional são as duas frentes de luta de cada vietnamita, afirma o Primeiro-Ministro

China e Vietnã acusam-se mutuamente de ter objetivos expansionistas no sudeste asiático. Como você definiria a política de seu país na região?

— Não são surpreendentes as acusações de Pequim. É a velha tática do ladrão que grita "pega ladrão". Os povos da região conhecem muito bem as ambições expansionistas da China sobre o Vietnã, Laos, Campuchea e outros países do sudeste asiático. Basicamente, trata-se de uma continuação da política tradicional das dinastias feudais chinesas. Nós, vietnamitas, seguimos guiando-nos pelo lema de Ho Chi Minh: "Nada é mais precioso do que a independência e a liberdade". E, por isso, respeitamos a independência e a liberdade dos outros povos. Ao opor-se ao expansionismo chinês, nosso povo contribui para a defesa de todos os países do sudeste asiático.

Quais são as prioridades da política vietnamita?

— Enfrentamos duas tarefas importantes: construir o socialismo e defender a pátria. Ambas estão ligadas. Cada vietnamita é, ao mesmo tempo, um lutador na frente de produção e na defesa de nossa república socialista. Na atual situação mundial, o povo vietnamita deve trabalhar duro para construir um país socialista, dotado de agricultura e indústria modernas, e com ciência e técnica



Pham Van Dong

avançadas, que permitam criar uma vida civilizada e feliz. São muitas as dificuldades, mas confiamos em nossas próprias forças e na ajuda fraternal dos países socialistas e de nossos amigos em todo o mundo.

Quanto tempo poderão os vietnamitas seguir resistindo com sacrifícios tão duros?

— Nosso povo tem uma visão global das coisas. Temos dificuldades reais, depois de 35 anos de guerra. E que guerras! Contra o colonialismo francês, contra o imperialismo norte-americano e agora contra as agressões chinesas. Mas estamos fazendo todo o

possível para superar essas dificuldades, agravadas pelo atraso de nossa economia e por catástrofes naturais. E nosso povo sabe disso. Essas coisas levam tempo, porém temos pressa, já que a vida exige soluções rápidas. A vida exige mudanças, sobretudo nas condições materiais.

Não lhes cria problemas a campanha hostil da China e de algumas potências ocidentais?

— Que outra coisa poderíamos esperar? É a expressão dos que perderam. Perderam em Dien Bien Phu, perderam em duas guerras de resistência, perderam na campanha de Ho Chi Minh e perderam na invasão da China. Perderam no Campuchea e Laos e estão perdendo em todas as regiões do mundo. É uma coalizão de perdedores, imperialistas e expansionistas contra o Vietnã. Não podemos fazer quase nada contra essa propaganda, mas, no fundo, não nos preocupa muito. Não é tão terrível para nós, porque, na realidade, o mundo segue em frente e são eles que ficam para trás.

Nós compreendemos sua preocupação — artificialmente exagerada por grandes potências interessadas em pescar em águas turvas — pela ação que fomos forçados a empreender no Campuchea. Mas se olharmos a história, estes governos compreendemão que o Vietnã, ao defender sua independência ante o expansionismo chinês, está atuando como escudo que protege seus próprios países de serem esmagados. Com exceção da Tailândia, que nunca foi colonizada, todos os países do sudeste asiático conquistaram recentemente sua independência de potências colonialistas ocidentais e todos temos um interesse comum em consolidar essa independência. □

Contra quatro impérios

Cronologia de meio século de esforços pela independência

1860: Os franceses iniciam a conquista da Indochina (Laos, Campucheia e Vietnã), que seria completada quarenta anos mais tarde.

1930: Nguyen Ai Quoc (Ho Chi Minh) funda o Partido Comunista da Indochina, posteriormente dividido em três organizações para cada uma das colônias francesas da região. O grupo vietnamita denominou-se Partido dos Trabalhadores. Em 1976, retomou o nome de Partido Comunista do Vietnã.

1940: O Japão invade a Indochina durante a Segunda Guerra Mundial.

1941: Ho Chi Minh funda o Viet Minh (Liga para a Independência), que organiza a luta guerrilheira contra os novos invasores.

1945: Depois de uma insurreição geral contra os japoneses, as forças do Viet Minh tomam Hanói e é proclamada a independência do Vietnã.

1946: A França quer voltar à sua antiga colônia. Ho Chi Minh proclama (19 de dezembro) a insurreição contra a ocupação colonial.

1954: As forças francesas são derrotadas pelo Viet Minh em Dien Bien Phu. A Conferência de Paz de Genebra divide o país em duas partes (ao norte e ao sul do paralelo 17) e convoca eleições sobre a reunificação e novo governo em todo o país.

1955: Num golpe de Estado patrocinado pela CIA, Ngo Dinh Diem toma o poder em Hanói e frustra a reunificação, que teria consagrado a liderança de Ho Chi Minh sobre todo o país.



1960: É fundada a Frente Nacional de Libertação do Vietnã do Sul para lutar contra o regime de Saigon. Os Estados Unidos começam a mandar "assessores" e armas para o governo de Ngo Dinh Diem.

1968: Auge da guerra não-declarada no Vietnã. Apesar da presença de meio milhão de soldados norte-americanos, a ofensiva Vietcong chega, em fevereiro, até o centro de Saigon.

1969: A FNL forma o Governo Revolucionário Provisório do Vietnã do Sul. Morre Ho Chi Minh. A guerra e as negociações de paz continuam.

1970: No Camboja (atual Campucheia) é derrubado o príncipe neutralista Norodom Sihanuk num golpe de Estado preparado pela CIA. Tropas norte-americanas e sul-vietnamitas entram no país com o pretexto de combater a "infiltração" norte-vietnamita. O presidente Nixon ordena "bombardeios secretos" no Campucheia.

1973: Acordos de Paris. Os Estados Unidos retiram suas tropas do Vietnã do Sul, mas mantêm a ajuda militar e econômica ao regime de Saigon.

1975: Indochina libertada. Com poucas semanas de diferença, as tropas do Khmer Vermelho entram em Phnom Penh e proclamam a República Democrática do Campucheia; o Vietcong toma Saigon e no Laos a monarquia é abolida, instaurando-se a República Popular Democrática.

1976: O Vietnã se reunifica na República Socialista do Vietnã.

1977: Começam as escaramuças fronteiriças entre o Vietnã e o Campucheia, que reivindica todo o delta do rio Mekong, na intenção de recompor as fronteiras do país durante o império de Angkor (século XIII).

1978: O conflito fronteiriço converte-se em guerra formal.

1979: A Frente de Salvação Nacional do Campucheia, integrada por dissidentes do Khmer Vermelho e apoiada pelo Vietnã toma Phnom Penh e proclama a República Popular do Campucheia. Em represália pela derrota de seus aliados campucheanos, o governo da China ataca o Vietnã pelo norte, "para dar-lhe uma lição". Sem conseguir grandes avanços, retiram-se logo depois.



Preparando o ano 2.000



Uma análise realista da economia vietnamita sugere conclusões otimistas

No plano material, os vietnamitas ainda não realizaram avanços comparáveis às suas grandes vitórias militares e políticas. Os sacrifícios continuam. Esta é a conclusão fundamental de uma longa conversa que mantivemos em Hanói com To Huu, destacado poeta e Vice-Primeiro-Ministro vietnamita, encarregado dos assuntos econômicos.

“Algumas estatísticas ajudam a dar uma idéia da situação. Nossa população atual é de 53 milhões, comparada com 25 milhões em 1945. Mas os cinco milhões de hectares de terra cultivável não aumentaram. Apenas

pudemos compensar, com a abertura de novos campos, as terras inutilizadas pelos bombardeios norte-americanos de produtos químicos. Atualmente produzimos 13 milhões de toneladas e temos que contar, para os próximos anos, com uma população de 60 milhões, que necessitará de 30 milhões de toneladas anuais de arroz.

“Por isso, dizemos que nossa batalha atual é pela comida. Estamos trabalhando as terras virgens, mas a batalha é dura. Os níveis de mecanização são desiguais. Queremos uma “revolução verde”, mas faltam-nos fertilizan-

tes. Atualmente, produzimos uma média de 240 quilos de arroz per cápita, o que significa que aqueles que dependem do racionamento oficial necessitam ser verdadeiros malabaristas para viver ou sobreviver. Se tivéssemos fertilizantes suficientes, se pudéssemos irrigar mais terras e se não sofréssemos catástrofes naturais, poderíamos chegar a produzir 20 milhões de toneladas de arroz nos próximos anos.”

O arroz é a primeira prioridade, a pesca segue logo depois: “Antes da guerra contra os Estados Unidos capturávamos entre 600 e 700 mil toneladas em nos-

as águas territoriais. Mas a destruição da frota pesqueira e a falta de equipamento moderno faz com que, agora, só pesquemos 500 mil toneladas. Comer, comer! esse é o nosso maior problema!”

Calados os canhões — pelo menos por enquanto — o governo vietnamita já não faz esforços para ocultar suas dificuldades. Antes, tinha de escondê-las, pois se o Pentágono desconfiasse que o povo vietnamita estava “em seu último suspiro” em vez de sentar para negociar, teria jogado mais bombas para acabar de liquidá-los.

Petróleo, ferro e carvão

Mas nem tudo é negro no panorama apresentado por To Huu: “Petróleo! Temos reservas comprovadas de quatro milhões de toneladas no nosso litoral, no Mar Oriental, como o chamamos. Os chineses o chamam de Mar Chinês do Sul. E no sul e no norte do país encontraram-se grandes reservas de gás natural facilmente exploráveis.”

Os vietnamitas ficariam muito contentes em receber de volta as diversas empresas norte-americanas que descobriram as jazidas do sul para que elas se encarreguem da exploração comercial. Mas o Departamento de Estado impôs um boicote contra o Vietnã. As empresas norte-americanas tiveram de retirar-se e agora são firmas soviéticas, alemãs ocidentais, italianas e até francesas aquelas que se candidatam para levar adiante os planos de extração.

“Também temos grandes reservas de minérios de ferro de alta qualidade”, continua To Huu. “E além dos depósitos de carvão de antracita que são explorados

há décadas na zona de Hongay-Campha, descobrimos no delta do rio Vermelho cerca de três bilhões de toneladas de carvão de lignita. Com as usinas termo e hidrelétricas que estão sendo construídas, há boas perspectivas para o desenvolvimento de energia elétrica, o que permitirá transformar em alumínio nossas reservas de bauxita. Quanto aos recursos humanos, estamos treinando meio milhão de quadros técnicos (sobre uma população ativa de 25 milhões). E a nível agrícola, plantamos 400 mil hectares de borracha e 200 mil de café nos planaltos centrais.

“Assim, conclui To Huu, as perspectivas a longo prazo são boas. Vamos construir um Estado industrializado moderno e uma próspera sociedade. E isso vamos conseguir logo no final do século. Enquanto isso, somos pobres e passamos fome. A vida continuará sendo dura. Não temos ilusões.”

No campo

A respeito do desenvolvimento do sul do país, To Huu comenta: “Mais da metade de nossas terras cultiváveis estão no delta do Mekong. As coisas avançam com lentidão mas firmemente. Não tem sentido apressá-las. Atualmente, estão se formando cooperativas de camponeses pobres, com uma força de trabalho de 50 a 60 membros e uma superfície em torno de 20 a 40 hectares. Cerca de 20% dos camponeses estão numa categoria de classe média. Nada ganharíamos em pressioná-los a formarem cooperativas. O principal problema agrícola no sul é que 75% do trabalho agrícola está mecanizado e é difícil conseguir peças de reposição para a maquinaria que era importada dos Estados Uni-

dos e Japão. Agora temos o boicote econômico e a falta de moeda estrangeira. Mas esse último problema será solucionado quando começarmos a exportar petróleo.”

A falta de capacidade empresarial é outra dificuldade importante no campo. To Huu faz uma autocrítica: “Foi um erro criar cooperativas de 500 a 600 hectares, que resultaram demasiadamente grandes para nossa capacidade gerencial atual no campo. As que existiam foram reduzidas à metade, que é o máximo que nossos cooperativistas podem conduzir eficazmente por enquanto.”

Ao contrário do que se tenta em muitos países do Terceiro Mundo, não há nenhum interesse no Vietnã em reter o camponês em suas terras. Explica To Huu: “Atualmente necessitamos, em média, de dois trabalhadores por hectare. Com algo mecanizado e métodos mais racionais, esperamos reduzir essa cifra à metade. A mão-de-obra excedente será derivada para a pequena indústria ou para as cooperativas artesanais ou então transferida para as terras virgens que estão sendo abertas nos planaltos centrais ou no sul. A reunificação abriu perspectivas de uma utilização mais racional de nossos recursos materiais e humanos.”

Esse otimismo, crítico e realista ao mesmo tempo, é uma demonstração do clima que predomina em Hanói e em todos os níveis da administração vietnamita.

Não se escondem as dificuldades que o povo enfrentará nos próximos anos, mas a perspectiva de continuar apertando os cintos é compensada por uma visão esperançosa do futuro. Um futuro que os vietnamitas constroem com suas próprias mãos e vêem desenvolver-se sob seus olhos. □



Giap, estrategista da guerra e da ciência

O militar que derrotou o exército mais poderoso do mundo luta agora numa nova frente: a científica e tecnológica

O general Vo Nguyen Giap comandou os exércitos vietnamitas desde a época em que o *vietminh* só tinha um rifle para cada três homens e reunia suas tropas para o ataque fazendo soar gongos artesanais. Durante o cerco a Dien Bien Phu, em 1954, mobilizou com bicicletas os abastecimentos através de colinas na selva e inflingiu uma derrota decisiva aos franceses. Vinte anos mais tarde, quando os tanques vietnamitas tomaram Saigon, Giap continuava no comando. O general Van Tien Dung, que dirigiu as operações, foi seu aluno.

Com 68 anos de idade, Giap está agora ligado a assuntos científicos e tecnológicos do país, mas segue tendo uma responsabilidade informal sobre a defesa. Sua figura personifica a formidável confiança dos vietnamitas em seu destino.

Fazendo uma exceção ao seu costume de não conceder entrevistas, Giap nos deu uma nova mostra dessa confiança ao depreciar as ameaças chinesas de "dar uma segunda lição" ao Vietnã:

"Fomos nós quem demos a primeira lição e Pequim pensará duas vezes antes de voltar a nos atacar. Isso não quer dizer que não tenhamos de reforçar nossa defesa, já que não podemos con-



Vo Nguyen Giap

fiar na lógica do raciocínio chinês. Quando os Estados Unidos nos atacaram, por acaso foi previsto que eles seriam derrotados apesar de terem 500 mil homens no Vietnã e a sétima frota em nossas costas? Não previram, já que o seu pensamento não era lógico. O mesmo acontece com Pequim. Por isso, temos que estar preparados em todas as frentes para conter novas aventuras."

Qualquer visitante pode perceber esses preparativos. Todas as defesas foram reforçadas e unidades do Exército Popular Vietnamita, com armamento so-

fisticado, vigiam permanentemente todos os pontos estratégicos, as praias onde podem ser feitos desembarques e os campos propícios para aterrissagem de unidades aerotransportadas.

"Nossa dificuldade — explica — é defender o país e construir o socialismo ao mesmo tempo." Aí está a chave da sua transferência para a área científica e tecnológica. Giap prefere não falar de suas próprias qualidades, mas é evidente que sua extraordinária inteligência — contra a qual se lançaram e perderam os melhores estrategistas da França, Estados Unidos e China — era necessária em outras esferas, em busca de caminhos mais rápidos para uma sociedade industrial moderna... e, além disso, defendê-la.

Um casamento sem futuro

Como Vice-Primeiro-Ministro, Giap é um dos líderes vietnamitas mais prestigiados. Apesar dos seus 68 anos, ele está pleno de vitalidade e energia. "Ainda tenho sempre um olho na defesa" — responde Giap a uma pergunta sobre se sua transferência significava continuidade ou ruptura. "Além disso, ainda sou um militar", enfatiza ele mais uma vez. "Ontem, eu estava na frente de combate para a libertação nacio-



Os vietnamitas não engolem o chavão chinês:
"a URSS é o inimigo nº 1 e os EUA são amigos por natureza"

nal e a reunificação. Por decisão partidária, estou agora à frente da construção do socialismo. Não há contradição entre ambos os cargos" — frisa.

Em relação às alianças entre Washington e Pequim, responde com um sorriso irônico: "Os vietnamitas têm um refrão sobre os casamentos de conveniência ('o casal divide a mesma cama, mas tem sonhos diferentes'). É uma relação antinatural que o povo chinês não gosta nem quer. Acreditamos que os chineses estão a favor da paz e da amizade conosco e com outros países socialistas. Eles não podem engolir o chavão de que a União Soviética é seu inimigo número 1 e que os Estados Unidos são amigos

por natureza. No entanto, ainda existem bons comunistas na China. Por isso, somos otimistas... mas sem baixar a guarda."

Retornando por um momento a seus velhos tempos de professor de história, Giap recorda as principais tentativas de expansão chinesa no sudeste asiático durante os últimos cinco séculos. O Vietnã busca um acordo permanente de paz e boa vizinhança com os países membros da Asean (Filipinas, Indonésia, Malásia, Cingapura e Tailândia), mas estes se opõem à presença de tropas vietnamitas no Camboja. No combate às infiltrações do Khmer Vermelho, realizadas a partir de campos de refugiados localizados

na fronteira entre o Camboja e a Tailândia, os vietnamitas têm tido frequentes desentendimentos diplomáticos e algumas escaramuças militares com os tailandeses.

"É uma situação muito complicada — comenta Giap — mas eu creio que as relações entre os três países socialistas da Indochina (Vietnã, Laos e Camboja) se consolidarão. E se nós expressarmos claramente que nossa política é de paz e de amizade e se a outra parte mostrar um pouco de sabedoria e boa vontade, os países do sudeste asiático chegarão a formar uma zona de paz, de independência e de liberdade que satisfará os interesses de todos." □



Novas respostas para um velho dilema

Nas áreas rurais, o planejamento é feito de baixo para cima



Uma visita à província de Thai Binh, cuja capital está a uns 100 quilômetros a sudeste de Hanói, ajudou-nos a compreender melhor a vida cotidiana e os problemas concretos do Vietnã de hoje.

Para uma população de 1.200.000 pessoas, a província só tem 80 mil hectares de terra cultivável. Em Dong Hung, um distrito típico dos sete em que se divide Thai Binh, a superfície cultivável é de apenas 742 metros quadrados por pessoa. E os avan-

ços são lentos. As autoridades esperam chegar a mil metros quadrados per cápita no ano de 1990, estimulando a emigração às novas zonas econômicas e aplicando um planejamento familiar restrito que reduza a um por cento o atual crescimento demográfico de 3,5% anual.

A pressão sobre a terra é grande no norte do país e as famílias das aldeias superpovoadas no delta do rio Vermelho são estimuladas a emigrar para o sul.

Essa transferência gradual da população é totalmente voluntária e, em 1978 e 1979, quatro mil das 47 mil famílias de Dong Hung se mudaram.

Há 47 cooperativas no distrito, tantas quanto o número de aldeias. Cada aldeia tem umas mil famílias e, em média, 318 hectares. O aperfeiçoamento dos métodos de trabalho agrícola permitiu que umas dez mil pessoas (em sua maioria, mulheres) passassem a dedicar-se ao artesanato: esteiras de junco,

tapetes e tecidos que se destinam à exportação. Os artesãos são uns dez por cento do total de 87 mil trabalhadores do distrito e, em épocas de intensa atividade, ao se plantar e ao se colher o arroz, dedicam um terço de seu tempo ao trabalho nos campos. Mesmo assim, em várias das aldeias que visitamos, o artesanato contribuía com 20 a 25% das receitas das cooperativas.

O fim das cotas arbitrárias

Dong Hung é um bom exemplo do novo papel do distrito — um fator chave na construção do socialismo — e da aplicação do conceito de “senhorio coletivo do povo”.

“A grande mudança administrativa”, explica Nguyen Van Hieu, presidente do Comitê Popular distrital, “é que no passado só nos ocupávamos de assuntos administrativos e agora temos muitas outras funções, em particular o manejo econômico.”

“Antes só executávamos planos e nos adequávamos aos requerimentos da administração provincial que, por sua vez, os recebia do governo central. Durante os nove anos de guerra, demos tudo que pudemos ao Estado para apoiar a guerra no sul e a defesa do norte, cumprindo ao máximo com a entrega das cotas de cereais e carne que nos correspondiam. Agora somos nós que decidimos com que produto vamos contribuir para o Estado, levando em consideração as necessidades locais de arroz e produtos animais, prevendo uma melhoria constante das condições de vida dos aldeões. Esta também é a política do Estado e do Partido.

“É claro que — continua Van Hieu — sabemos das nossas res-

ponsabilidades para com o Estado, os trabalhadores, os soldados e a população não-rural. Mas, primeiro, traçam-se metas ao nível de cada aldeia e depois estudam-se os meios para se conseguir esses objetivos. As iniciativas, idéias e experiências dos camponeses são escutadas e aplicadas. Cada um sabe que é necessário desenvolver a economia, aumentar nossa contribuição à sociedade, mas também melhorar as condições locais de vida.”

Se a autoridade distrital desconhece as condições concretas de cada aldeia, é impossível conseguir bons resultados. “No passado, houve casos — explica o presidente do Comitê Popular — em que o distrito fixou cotas arbitrárias e pouco realistas. Os aldeões rechaçaram-nas categoricamente. O ‘comandismo’ podia ser tolerado durante a guerra, mas em condições de paz é inaceitável. Agora, planejamos em conjunto para cada aldeia e o distrito. Este ano, enviamos quadros às aldeias para realizarem estudos preliminares e, depois de discutir com cada cooperativa, transmitimos ao Estado as necessidades de sementes e fertilizantes do distrito. Como o Estado não pode abastecer-nos com todo o fertilizante necessário, então planejamos a forma de cobrir o déficit com nossas próprias misturas de excrementos e detritos vegetais. Mas temos consciência e elaboramos um plano principal e outro alternativo, para o caso de catástrofes naturais.”

Uma nova ordem rural

O inverno de 1979-80, por exemplo, foi muito frio e depois veio uma grande seca. Toda a colheita de arroz teve que ser replantada, mas mesmo assim conseguiu-se um bom resultado. □

O princípio de planejar de baixo para cima foi inaugurado aqui, em Dong Hung. Seus excelentes resultados levaram-no a ser adotado como modelo nacional de descentralização econômica e administrativa. Uma nova ordem instaura-se no campo vietnamita.

Essa nova ordem inclui o estímulo a toda iniciativa privada de cultivar qualquer terreno não-ocupado pelo arroz. O produto é vendido no mercado livre; isso contribui para solucionar a carência de alimentos e aumenta as receitas dos aldeões.

Outras mudanças afetam a aparência física e os estilos de vida. Planeja-se a longo prazo e em dois períodos quinquenais (daí as referências constantes ao ano de 1990): isso combina com os planos anuais traçados a nível de base e que atendem as necessidades locais.

As condições de vida melhoraram notavelmente quando se consegue a concentração de casas isoladas em unidades maiores, o que facilita o fornecimento de eletricidade e de água potável. Na província de Thai Binh, 1.158 pequenas aldeias terão sido concentradas em 120 centros residenciais em 1990, com uma nova infra-estrutura de caminhos que ligará todos eles com transportes motorizados. A cooperativa de cada uma das aldeias já tem sua escola até a oitava série, uma clínica e um centro de produção de plantas medicinais. A nível distrital, há escolas secundárias e hospitais.

O equilíbrio conseguido em Dong Hung entre o esforço coletivo e a iniciativa individual parece estar dando excelentes resultados. Uma notável contribuição ao velho problema do desenvolvimento e do socialismo em áreas rurais. □



Contra a natureza e os invasores

Do extremo norte ao extremo sul, a mesma luta há milênios

De Ca Mau a Lang Son, uma só nação." Esta foi uma das palavras-de-ordem mais repetidas no Vietnã durante os 30 anos em que o país esteve dividido pelo famoso Paralelo 17. Uma visita a Lang Son, na fronteira norte com a China, e outra à península de Ca Mau, no extremo sul do país, eram imprescindíveis para completar o panora-

ma do Vietnã de hoje. Em ambos os lugares, o país se recupera de suas feridas de guerra. Em Lang Son, são as produzidas pela invasão chinesa. Em Ca Mau, as herdadas dos Estados Unidos, cuja guerra química mudou substancialmente a ecologia local.

Depois de dois anos da "lição" chinesa de 1979, os cam-

poneses de Lang Son voltaram a suas cooperativas, trabalhando a terra a um quilômetro da fronteira, pelo menos quando as montanhas ou alguma outra barreira natural os protegem da artilharia inimiga. Apesar da interrupção das tarefas agrícolas durante a invasão, a produção de 1979 chegou a 95% da do



ano anterior e a colheita de arroz e de tabaco em 1980 superou todas as expectativas em um ano de intenso frio e secas.

Das 24 fábricas destruídas na província de Lang Son, 22 já estão funcionando novamente. Apesar dos danos, as escolas primárias têm hoje mais 12 mil crianças do que antes da agressão chinesa e três mil a mais nas secundárias. Quinhentos e quarenta quilômetros de estradas e vias férreas foram reparados e construídos 80 quilômetros de novos caminhos para servir às instalações de defesa recentemente criadas.

“Todos os povoados e aldeias fronteiriços foram destruídos — explica Vi Gia Le, secretário do Partido Comunista na província — e os animais de carga exterminados. Tivemos que utilizar a força humana para a carga e enxadadas em lugar de arados. Porém, não houve nenhum caso de inanição.”

Como no resto do país, a produção de alimentos é a primeira prioridade, junto com a defesa. “Logo — acrescenta Vi Gia Le — virá um esforço de reflorestamento. Em dois ou três anos haverá bosques jovens daqui até a fronteira... e as árvores também cumprirão seus serviços militares”.

Arroz onde havia bosques

No outro extremo do país, na península de Ca Mau, camponeses voluntários procedentes do norte cumprem uma tarefa exatamente oposta: transformar em arrozais o que foram densos bosques.

Mais de um terço dos 100 mil hectares de gigantescas árvores dos bosques de U Minh foram destruídos pelos norte-america-

nos. Depois que os produtos químicos desfolhantes demonstraram ser ineficazes, os aviões norte-americanos fumigaram as árvores com querosene e, em seguida, bombardearam-nas com *napalm*, produzindo um grande desastre ecológico, porém sem conseguir o seu objetivo de esmagar as forças da resistência que tinham ali a sua base.

“Os bosques de U Minh foram a base de operações da Frente de Libertação Nacional em todo o ocidente do delta do rio Mekong”, explica Nguyen Thanh, do Comitê Popular provincial de Pac Lieu. “Os franceses nunca conseguiram submeter nossas forças aqui, mas os norte-americanos e seus títeres acreditaram que o fariam. Lutou-se por cada palmo de terra. Durante a guerra contra os franceses, construímos diques para reter a terra que a selva ganhara do mar. As forças de Saigon fizeram grandes esforços para apropriarem-se dessa área. Eles ocupavam uns diques e nós, outros. Lutou-se pela conquista de dique por dique, como se luta rua por rua e edifício por edifício nas cidades.”

“Os norte-americanos — continua Nguyen — sabiam que tinham que tomar os bosques para controlar o delta do Mekong. Aqui, nossas forças podiam se auto-abastecer com recursos locais e contribuir em outras zonas. Fracassaram quando tentaram entrar por terra, fracassaram nos seus desembarques marítimos, fracassaram nos ataques com helicópteros como fracassaram seus tanques anfíbios MIL3. Resolveram, então, fazer a guerra com fogo. Queimaram grande parte dos bosques, mas os nossos guerrilheiros lá permaneceram.”

Em um setor do bosque, onde 3.200 hectares de árvores foram arrasados, os troncos mortos e as

ervas silvestres estão sendo removidos para converter a área em uma plantação de arroz. Na granja estatal de Dong Hai — uma das quatro desse tipo na região — o solo não foi envenenado como em outras regiões próximas, porém está impregnado de sal que deve ser retirado para se poder plantar. Com canais de drenagem construídos à mão, a metade da granja já está sendo cultivada e, em 1979, foram colhidas três mil toneladas de arroz.

A maioria dos trabalhadores vem do norte, onde estão mais acostumados do que seus compatriotas do Sul ao duro trabalho de remover toneladas de terra à mão. Tiveram que construir novos diques para evitar que a água do mar voltasse a invadir os campos e abrir canais de drenagem em direção ao mar para que as chuvas anuais das monções pudessem lavar o sal da terra.

Os primeiros colonos começaram por levantar suas casas, uma escola e uma clínica. Depois construíram moradias para aqueles que vão depois para lá. O número de 780 trabalhadores que nós encontramos, logo seria duplicado. Cada família recebeu mil metros quadrados para sua casa e a paisagem começava a ser adornada com jardins e tanques para a criação de peixes.

A península de Ca Mau, antes coberta de selvas e agora produzindo arroz, é um símbolo da luta eterna do povo vietnamita contra a natureza, assim como Lang Son é o da permanente luta contra os invasores estrangeiros.

Durante milênios, esta tem sido a história do Vietnã: uma guerra contínua contra as forças naturais e as agressões. Não é justo que estes continuem sendo os elementos essenciais na vida dos vietnamitas de hoje! □



CAMPUCHEA

A vitória da vida

O povo khmer levanta a cabeça e volta à vida, derrotando a política genocida de Pol Pot. A ajuda do Vietnã, dos países socialistas e das agências internacionais foi importante, mas a vitória deve-se, principalmente, a uma férrea vontade de sobreviver



O povo do Campuchea* renasce para a vida. Há um ano, o mundo se perguntava se a nação campucheano poderia sobreviver. Hoje, essa dúvida já não existe.

A colheita de arroz de 1980-81 será boa. No litoral, grandes quantidades de peixes estão sendo pescadas. As mulheres voltam a ter filhos. Atualmente, há mais sorrisos por quilômetro quadrado nas cidades e aldeias do Cam-

puchea do que em qualquer outro lugar dos muitos que temos visitado em numerosas viagens durante os últimos anos.

Nos primeiros dias de 1981, estivemos no Campuchea pela quarta vez desde que o regime genocida do Khmer Vermelho foi derrubado, em janeiro de 1979. Em agosto desse mesmo ano, médicos ocidentais discutiam com seus colegas campucheanos se a esterilidade das mulheres, produzida por *stress* psicológico e fisiológico seria irreversível. Em maio de 1980, quando percorremos mil quilômetros do interior do país com uma equipe de televisão, detivemo-nos numa aldeia para filmar o raro espetáculo de uma mulher com uma cri-

ança. Agora, em troca, encontramos mães amamentando seus filhos em quase todas as portas de Phnom Penh e povoados vizinhos. São símbolos daquilo que, na opinião de todos os observadores internacionais, é uma incrível afirmação da vontade nacional em sobreviver. É uma mensagem de esperança para todo o mundo.

Passado e presente

A história de horrores do Khmer Vermelho e sua política genocida ainda não foi escrita. Em agosto de 1980, por exemplo, descobriram-se 129 covas na aldeia de Roluos, às margens do rio Bassac, a uns 15 quilômetros de Phnom Penh. Em meados de dezembro, quando passei por lá, apenas uma dúzia delas tinham sido abertas. Cada uma continha entre 60 e 120 cadáveres. A maioria tinha as mãos amarradas com fios elétricos, os olhos cobertos com panos, mechas de cabelo e carne seca ainda aderidos aos crânios e ossos. A exumação teve que ser interrompida várias vezes porque aqueles que faziam o trabalho adoeciam de tanta pestilência e horror. Cuidadosamente desenterrados, os ossos mostravam que havia vítimas de todas as idades, inclusive crianças pequenãs. A data calculada desse

*Campuchea é o verdadeiro nome do país que os ocidentais denominavam de Camboja. É habitado pelo povo *khmer*; "Khmer Vermelho" é o nome que o príncipe Norodom Sihanouk deu a uma facção ultra-esquerdista do Partido Comunista Khmer que, nos anos 60, levantou-se em armas contra seu governo neutralista.

assassinato em massa situava-o em fins de 1978, pouco antes da derrubada de Pol Pot e Ieng Sary. Mas ninguém sabia ainda de onde procediam essas 11 ou 12 mil vítimas. Os mortos não falam e não havia um só sobrevivente.

Os moradores de Roluos, dedicados à colheita do seu arroz, nada sabiam. Todos tinham sido evacuados à força antes do massacre e só recentemente se inteiraram dele quando começaram a sentir um forte cheiro que vinha de um terreno coberto de capim.

Em Roluos, sentia-se o contraste simbólico entre a morte e o renascimento de uma nação:

esqueletos de um passado muito próximo ao lado de mulheres colhendo arroz e amamentando seus filhos no presente.

As colheitas de arroz estavam sendo feitas antes do tempo, explicaram-me os camponeses, porque havia ratos no campo. Mas os assassinos de Pol Pot já não rondavam nas colinas.

O crocodilo, o tigre e a serpente

Não achamos ninguém no Campuchea que não tivesse parentes assassinados, torturados ou deliberadamente conduzidos à morte por inanição. Praticamente todas as pessoas que co-

nheci quando vivi em Phnom Penh e nas minhas visitas posteriores estão mortas. Ninguém soube explicar-me o motivo dessa política de extermínio, que alguns intelectuais de esquerda ainda defendem como "uma interessante experiência social".

Norodom Sihanouk, antigo Chefe de Estado campucheano, qualifica Pol Pot de "megalômano" e a seu sócio Ieng Sary, de "paranóico, incapaz de tolerar a menor crítica". Juntos, constituiriam "um tandem*", com um crocodilo na frente e um tigre atrás".

Os campucheanos que trabalharam algum tempo com a direção do Khmer Vermelho consideram, no entanto, que o mais perigoso dos líderes derrubados é "a serpente" Khieu Samphan, filósofo e ideólogo do regime, que foi quem, diante da insistência de Pequim, substituiu oficialmente Pol Pot como o número um do governo no exílio do Campuchea Democrático. Foi ele quem instigou os altos quadros do partido a destruírem todos os valores nacionais e repudiarem todos os modelos socialistas. Ao desenvolver novos valores "puros", o Campuchea seria o modelo da "revolução mundial". O homem seria "purificado" ao dedicar-se exclusivamente a trabalhar a terra: "Tendo arroz, tem-se tudo".

O perigo de saber pensar

O ódio de Khieu à indústria e à vida urbana coincidiu com os conceitos racistas de Pol Pot e Ieng Sary e daí nasceu um projeto do Campuchea sem classe operária. Desde a época da colonização francesa, a maioria dos trabalhadores industriais no Campuchea eram de origem ét-



Agosto de 80: na aldeia de Roluos, a 15 Km de Phnom Penh, foram descobertas 129 covas com centenas de cadáveres

*Bicicleta de dois lugares



nica chinesa ou vietnamita. Aceitar a idéia de uma aliança operário-camponesa contradizia a concepção chauvinista de Pol Pot que, na opinião de Sihanouk, é um ardoroso admirador de Hitler. Assim, um dos objetivos da evacuação forçada de Phnom Penh e outras cidades, nos primeiros dias posteriores ao triunfo, foi a dispersão da classe operária, acompanhada da opressão e do virtual extermínio das minorias chinesa e vietnamita.

A brutalidade com que se realizou a desocupação da capital, deixando que doentes e velhos morressem às margens do caminho, levou muitos evacuados a dirigirem-se aos templos para perguntar aos bonzos se isso estava de acordo com a doutrina budista. É tradição dos campucheanos acorrerem aos templos nos tempos difíceis. As respostas dos bonzos foram tais que eles também foram exterminados e os templos fechados, queimados ou convertidos em chiqueiros. As pessoas então recorreram aos intelectuais e professores. Suas respostas, provavelmente, foram as mesmas, já que todo aquele que usasse óculos ou soubesse ler e escrever convertia-se em suspeito. Todo aquele que fosse capaz de raciocinar estava condenado à morte e todos os livros foram queimados.

Dinastia familiar

Baseado em seus conceitos filosóficos e na intenção de resgatar as "glórias" da civilização escravista de Angkor, Khieu Samphan desenvolveu uma ideologia para reintroduzir a escravidão no século XX: bastava que as massas produzissem arroz e uma elite pensasse por elas. As ordens eram dadas em frases simples e forças de segurança robotizadas garantiam a obediência e extermínio dos



Pol Pot: admirador de Hitler



Heng Samrin: vitorioso

dissidentes. Gradativamente, a própria classe dirigente seria reduzida, de forma a evitar qualquer possível oposição, surgida de alguma divergência ideológica. Assim, foram torturados e assassinados quadros pioneiros do Khmer Vermelho como, por exemplo, Hu Nim e Hou Youn, que durante muito tempo foram os colaboradores mais próximos de Khieu Samphan.

Rumo ao mercado

Finalmente, só ficaram na cúpula Pol Pot e sua esposa Khieu Ponnary (meia-irmã de Khieu Samphan), Ieng Sary e sua esposa Ieng Thirit (irmã de Khieu Ponnary) e o próprio Khieu Samphan. Depois de eliminar todos os revolucionários Khmer, veteranos da luta contra o colonialismo francês e japonês, e liquidar todos os patriotas genuínos que acompanharam a luta contra o regime pró-norte-americano de Lon Nol, Pol Pot enfrentou as frações do Khmer

Vermelho entre si, até que virtualmente só sobreviveu, a nível de direção, uma dinastia familiar.

Quando os primeiros médicos ocidentais chegaram, em agosto de 1979, não puderam encontrar ninguém que não sofresse de desnutrição crônica quase sempre complicada por doenças intestinais, pulmonares ou dermatológicas. Quase não existiam crianças de menos de cinco anos de idade e, nas aldeias que visitei em seis províncias, encontrei quatro ou cinco mulheres para cada homem. De acordo com as estatísticas oficiais, 73% das mulheres são viúvas. Porém, o que mais impressionou os visitantes de diversas organizações internacionais de ajuda humanitária foi a surpreendente vitalidade dos campucheanos. As mulheres, nos campos, tomaram em seus ombros o trabalho de seus maridos assassinados ou mortos por inanição e os poucos homens que sobreviveram fazem as tarefas mais pesadas.



Hoje, 90 mil crianças vão à escola, reativa-se a assistência médica

A ajuda do Vietnã, da União Soviética e outros países socialistas assim como das agências humanitárias internacionais chegou a seu destino. Distribuem-se e plantam-se sementes de arroz, foram estabelecidos mercados, o dinheiro voltou a circular, os templos e escolas foram reabertos.

Há um ano, os caminhos estavam cheios de trágicos grupos de mulheres e crianças que, empurrando veículos caseiros de madeira, tentavam retornar às suas aldeias com a esperança de encontrar algum parente. Hoje, as estradas são percorridas por longas filas de carros puxados por bois que vão buscar arroz nos centros provinciais para distribuí-lo nas aldeias onde os caminhos não podem chegar. A seu lado, passam bicicletas carregadas de porcos e galinhas rumo ao mercado mais próximo, onde com toda certeza haverá muitas mangas.

Ainda mais significativo é o fato de que 90 mil crianças estão indo à escola. Cifra recorde na

história do Campuchea! “É fantástica a vontade de estudar”, comenta Ian Hopwood, representante da Unicef. “Os pais fazem qualquer coisa para criarem condições de estudo e as crianças parecem muito entusiasmadas”

Mas, 75% dos professores foram exterminados por Pol Pot. Faltavam cadeiras, mesas e giz nas poucas escolas que ainda tinham condições de serem reparadas. Sentadas no chão ou embaixo das árvores, as crianças começam a aprender com os materiais de que dispõem. Setenta e cinco por cento dos que vão às aulas estão no primeiro ano, vinte por cento no segundo, quatro por cento no terceiro e um por cento no quarto ano primário. O restante vai a algumas das poucas escolas secundárias que foram reabertas.

Já solucionado o problema da alimentação, saltam à vista os resultados da supressão da cultura. A escola de medicina de Phnom Penh tem 700 estudantes, mas

apenas 50 dos 450 médicos do país sobreviveram. Carecia-se de textos e material de laboratório até que o Comitê Francês de Ajuda Médica enviou dez toneladas de equipamentos de ensino. Planeja-se a criação de uma escola de odontologia: o holocausto deixou o Campuchea com apenas 15 dentistas e nenhum cirurgião dental.

Ao visitar os famosos templos de Angkor, minha esposa, que foi professora de História da Arte na antiga Universidade de Belas Artes de Phnom Penh, descobriu que o jovem restaurador Pick Keo, que tentava consertar as consequências de anos de abandono, era um dos seus antigos alunos. As lágrimas de alegria logo se transformaram em choro de dor quando soube que ele era um dos dois sobreviventes de sua turma de arqueologia e que todos os seus colegas professores tinham sido assassinados.

O extermínio e o fim de toda educação formal durante quatro anos deixou o Campuchea com um nível cultural equivalente, segundo os especialistas, ao de 1945. No entanto, reconforta saber que o povo e a cultura campucheanos sobreviverão a um dos assaltos genocidas mais monstruosos de todos os que a história registra.

Querem voltar

Em julho de 1980, a menos de 60 quilômetros de Roluos, o carro em que viajávamos com uma equipe da televisão australiana sofreu uma emboscada. O chofer vietnamita salvou nossas vidas ao continuar dirigindo sem parar, apesar de ter a cara atravessada por uma bala e feridas no pescoço e nos ombros. Graças à vigilância dos camponeses, dois dos atacantes foram mortos e 17



capturados. Seu ataque estava destinado a dar início a uma campanha com a qual o Khmer Vermelho esperava recuperar terreno e prestígio durante a estação chuvosa de 1980.

Os remanescentes do regime de Pol Pot e Ieng Sary tinham a esperança de poder penetrar no Campucheia a partir de suas bases na China e na Tailândia, capturar algumas posições, içar nelas a bandeira do Khmer Vermelho e convidar correspondentes ocidentais para demonstrarem que seu regime controla algum território e que suas forças operam no país. Mas o esquema fracassou porque o pouco que resta do Khmer Vermelho não tem nenhum respaldo popular.

Seus soldados e agentes, quando são reconhecidos, são imediatamente denunciados e perseguidos pelo povo nas áreas onde conseguem infiltrar-se. Explicaram-me que é cada vez mais frequente os próprios infiltrados se entregarem quando vêem que suas aldeias natais levam uma vida normal e cada vez mais próspera.

Uma nova sociedade

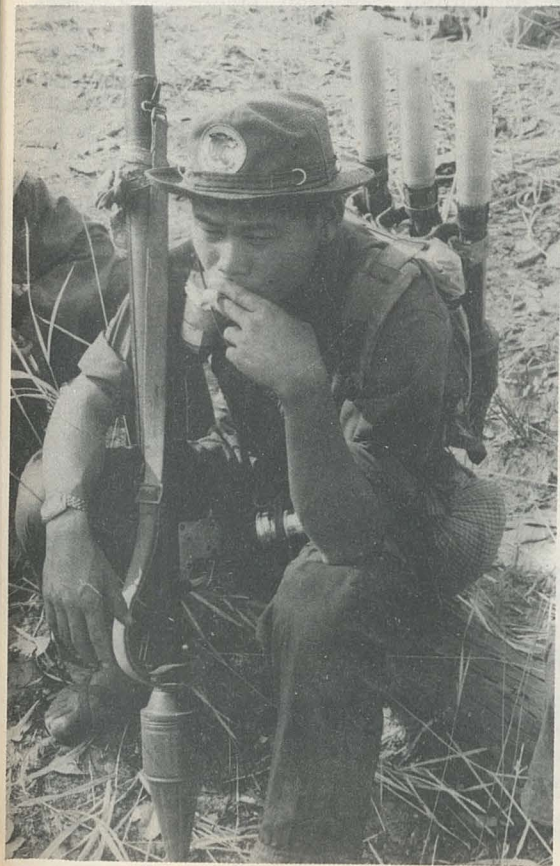
A anistia total — salvo para o punhado de criminosos que constituem a cúpula dirigente do Khmer Vermelho — teve um efeito decisivo para as três grandes realizações do governo da República Popular do Campucheia que Heng Samrin preside:

1) *Segurança* em todo o país, exceto em algumas áreas fronteiriças com a Tailândia, de onde os remanescentes do Khmer Vermelho não podem ser eliminados sem que seja violada a fronteira tailandesa; 2) *produção* — a colheita de 1981-82 voltará a fazer do Campucheia um país exportador de arroz; 3) *consolidação política* — a Frente de Salvação Nacional, que organizou a derrubada do regime de Pol Pot está funcionando a nível provincial e distrital e estão sendo formadas em cada aldeia, organizações de massas, femininas e juvenis.

Assim, está sendo estruturada uma nova sociedade campucheana, baseada nas amargas experiências do passado. O processo é irreversível e não se deterá com as ameaças sino-norte-americanas ou com os votos comprados nas Nações Unidas, que ainda reconhecem o regime genocida do "Campucheia Democrático" como representante legal do país. (A China chegou a pagar 15 mil dólares a certos delegados que votaram por Pol Pot na última reunião da Assembléia Geral da ONU confessaram privadamente alguns dos favorecidos, que já estavam acostumados até há pouco tempo a receberem uma bonificação anual semelhante dos Estados Unidos para que votassem contra Pequim e a favor de Taiwan como representante oficial da China.)

Em resumo, apesar dos negros augúrios, o Campucheia não só conseguiu sobreviver como Nação, como também constrói, além disso, uma nova sociedade socialista, baseada em suas próprias tradições e cultura e nas estreitas relações de solidariedade e amizade com o Vietnã e Laos, seus vizinhos e companheiros de luta contra as agressões da França, Japão, Estados Unidos e China. □

Guerrilheiro do Khmer Vermelho na fronteira com a Tailândia: armas chinesas, relógio japonês, cigarros norte-americanos e um emblema que diz "Black Tiger"



Pena de morte à Revolução Cultural

*O combate ao maoísmo e a disputa
entre as correntes políticas de Deng e de Hua são os novos
ingredientes do complexo processo chinês*

Marcia Laport

O processo contra o “Bando dos Quatro”, que terminou no dia 25 de janeiro, em Pequim, com a condenação à morte (em suspenso por dois anos) de Chiang Ching e do ex-vice-primeiro-ministro Zhang Chunquiao, teve como objetivo apagar os vestígios de uma era da história chinesa contemporânea: a orientação imprimida ao país, a partir da Revolução Cultural, por Mao Tsé-tung. Apesar dos objetivos terem sido atingidos, ainda não está claro, de modo definitivo, a relação de forças e a natureza do momento atual. Embora essa nova fase tenha sido marcada pela ascensão de Deng Xiaoping, tanto o desenvolvimento do processo contra a viúva de Mao e seus aliados, como fatos que se sucederam durante o transcurso do julgamento nas cúpulas do Partido e do Governo, denotam a persistência de contradições internas. Tudo parece indicar que esta será a era de Deng e de suas quatro modernizações, porém até agora nada está estabilizado.

Em torno do processo e do Poder, duas correntes mediram forças. A de Deng, partidário de

uma “desmaoização” acelerada, predominou. A de Hua (ele ainda é Presidente do Partido Comunista), que cedeu posições constantemente, queria retomar — com correções, retificação e atualizações — o pensamento de Mao. Hua, que gozava da confiança de Mao, foi por isso indicado como seu sucessor. O detalhe mais sugestivo da disputa se deu paralelamente ao julgamento. Enquanto o nome de um Hua invisível desaparecia das menções oficiais, aumentavam os rumores de que ele perderia a presidência do PC chinês, no qual há muito tempo deixara de realizar as funções correspondentes a tão alto posto.

Porém, alguns dias antes do pronunciamento da sentença, seu nome voltou a figurar na imprensa, indicando que nos organismos de direção seus partidários mantinham ainda um certo peso, embora difícil de avaliar.

A corrente de Deng se associou às posições mais duras no decorrer do processo. O prolongado julgamento da viúva de Mao, mais do que um ato judicial, foi uma instância estritamente polí-

tica. Houve acusações criminais, como a suposta “tentativa de atentado” contra a vida de Mao. Contudo, tanto a composição do tribunal como a falta de garantia para os acusados não permitiram avaliar a real culpabilidade de Chiang Ching e seus companheiros.

O objetivo principal foi, evidentemente, político e a grande divulgação que se deu antes, durante e depois do processo, teve uma intenção cristalina: condenar toda a obra de Mao desde a Revolução Cultural até sua morte, porém sem acusar diretamente a quem era então o “grande timoneiro” e tinha um poder indiscutível.

Durante o julgamento, houve a intenção de se demonstrar as mesmas teses que Deng havia explicitado em tantos discursos e entrevistas: Mao cometera alguns erros, mas, sobretudo em sua velhice, se deixara dominar pela esposa Chiang e seus cúmplices, os verdadeiros responsáveis pelos grandes desvios do curso revolucionário. A “Camarilha dos Quatro”, posicionada em centros-chaves de mando, quis dar um

golpe para controlar todo o poder quando Mao ainda estava vivo — daí a acusação sobre o atentado — e tentou o mesmo após a sua morte.

Desta maneira, Deng e a ala partidária que lhe é fiel, procuram, além de desembaraçar-se de seus adversários internos, uma interpretação própria e favorável a seus objetivos, particularmente, o de diminuir substancialmente a influência do maoísmo. Eles argumentam que a Revolução Cultural e as radicais mudanças de direção imprimidas pelos

dirigentes atuais não seriam uma negação do maoísmo. Na opinião deles, o balanço da atividade política de Mao, apesar de seus erros, é positivo e está tendo continuidade na política adotada por Deng.

A grande responsável?

Dentro dessa lógica, o jurídico foi subordinado ao político. Chiang foi apresentada como a grande responsável, atribuindo-se a ela uma influência muito superior à que teve durante o seu

apogeu. No entanto, esta mulher de uma coragem extraordinária, não aceitou desempenhar esse papel. Aproveitou as poucas oportunidades que teve para denunciar os seus juízes, aos quais acusou de imputar-lhe culpas que não se atreveram a fazer contra seu marido.

Mas não há dúvida de que esta mulher apaixonada se associou aos excessos cometidos durante a Revolução Cultural. Chiang, nascida em 1914, de uma família modesta, aderiu em 1933 ao Partido Comunista. Conheceu Mao depois da “Longa Marcha”, em Yenam. O líder estava então casado com uma heroína da revolução chinesa, He Zizhen. Mao e Chiang casaram-se em 1938 e, talvez porque essa atriz carecesse de títulos revolucionários, os companheiros de Mao lhe pediram que Chiang não participasse de atividades públicas.

Ela trabalhou como secretária do Presidente e continuou se interessando por assuntos artísticos. Passou a um primeiro plano com a Revolução Cultural. Em 1966, foi designada conselheira cultural do exército e, no ano seguinte, responsável pelo comitê que dirigiu os setores artísticos e literários durante a Revolução Cultural. Em 1969, foi nomeada membro do Birô Político do Partido. Foi presa em outubro de 1976.

Ao escutar a sentença, Chiang gritou o *slogan* de Mao: “Fazer a revolução não é crime”. Os juízes afirmaram que o processo não se propunha a castigar erros políticos, e sim crimes. No entanto, a carência de uma defesa real para os acusados, fez com que, apesar dos efeitos políticos e de propaganda conseguidos, de um ponto de vista imparcial, não tenha sido possível saber até que ponto Chiang e os demais sentenciados eram realmente culpados dos crimes dos quais foram acusados. □



Chiang Ching: “Fazer a revolução não é crime”

Não-Alinhados

A conferência de Nova Déli

Os chanceleres de 93 países reafirmam a unidade do movimento e se pronunciam sobre temas candentes

Mohamed Salem

Na sexta-feira, 13 de fevereiro, ao cabo de cinco dias de intensos debates, a Conferência de Ministros de Relações Exteriores dos Países Não-Alinhados, realizada em Nova Déli, aprovou um documento final que analisa os principais assuntos mundiais e reafirma as teses centrais do movimento. Trata-se, sem dúvida, de um novo êxito dos Não-Alinhados. Mas isso não aparece claro na apresentação dos fatos por parte dos meios de comunicação ocidentais. Estes se especializaram (como sempre o fazem) em dar maior destaque às diferenças políticas entre os participantes. Com essa metodologia, a informação sobre os assuntos em torno dos quais houve um fácil consenso foi colocada em segundo plano e estes passaram quase inadvertidos pelos leitores, ainda que se tratem dos temas mais numerosos e de maior significado.

O método oposto — a identificação dos temas mais importantes e a adequada avaliação das diferenças — é o correto.

Ao analisar as controvérsias, temos de considerar que na reunião de Nova Déli tomaram parte 93 países, mais a OLP (Palestina) e a Swapo (Namíbia) como membros de plenos direitos. Os

regimes representados procediam do mais amplo leque político, desde monarquias absolutas até governos socialistas. Se, apesar de tanta diversidade, o movimento mantém-se unido, é porque seus interesses comuns são mais profundos. A luta contra a dependência e o subdesenvolvimento e a necessidade de superá-los e equilibrar as relações Norte-Sul por meio de uma Nova Ordem Internacional, são o sólido embasamento deste Movimento, que representa mais de dois-terços da humanidade.

Mudar as regras do jogo

Esse conjunto de governos foi unânime em assinalar que as atuais ameaças à distensão e à paz mundial não poderão ser dis-

sipadas sem que se ataque sua causa principal: a miséria que sofrem os povos subdesenvolvidos. É da atual relação de dominação do Norte sobre o Sul que se originam os focos de tensão. A proposta de Nova Déli consiste em mudar as regras do jogo nos campos econômico e político, atendendo às reivindicações dos países do Sul no sentido de corrigir as relações desiguais que sofrem como abastecedores de matérias-primas às nações industrializadas.

A partir desse enfoque-chave, contempla-se uma "situação internacional degradada a ponto de ameaçar a sobrevivência da humanidade", como consequência da "rivalidade entre as duas superpotências". Daí se depreende uma série de exigências tendentes a eliminar os focos de tensão:

Oceano Índico. Expressa-se a "grave preocupação pelo aumento de instalações militares, pelo deslocamento de armas nucleares e pela busca de novas bases". Embora não se mencione os Estados Unidos pelo seu nome, afirma-se que o mundo deveria ter consciência do perigo que representaria a "escalada do poderio militar de uma superpotência" na região.



Os Não-Alinhados reunidos em Nova Déli

África Austral. Apoio total à luta armada da Swapo e do povo da Namíbia contra o domínio racista. Denuncia-se que o Ocidente não tem nem a coragem nem a vontade de isolar o regime de Pretória e de frear sua política belicista.

América Latina. Denunciam-se as tentativas de ingerência externa em El Salvador e as pressões sobre a Nicarágua. Pede-se que os Estados Unidos retirem-se da base de Guantánamo e anulem o bloqueio econômico e político contra Cuba.

Conflito árabe-israelense. Condena-se energeticamente Israel e pede-se que as Nações Unidas não aceitem as credenciais dos representantes de Telavive, por Israel ter violado a legalidade internacional, ao anexar Jerusalém. Rechaçaram-se os acordos de Campo David e os entendimentos entre Egito e Israel como formas válidas para tratar o problema palestino.

Saara Ocidental. Convidam-se as partes interessadas (Marrocos e a Frente Polisario) a “empenharem-se em negociações imediatas com a finalidade de fazerem respeitar os desejos e as aspirações do povo do Saara Ocidental e para garantir seu inalienável direito à autodeterminação”. É importante sublinhar que o Marrocos aceitou tal proposta sem reservas.

Pontos conflitantes

Os pontos sobre os quais houve posicionamentos opostos durante as discussões e sobre os quais chegou-se a um consenso na base de fórmulas de compromisso, foram:

Guerra Irã-Iraque. Confiou-se uma tentativa de mediação a uma comissão integrada por representantes da Índia, Zâmbia, Cuba e da OLP.

Afeganistão. Este foi o tema mais controvertido. Para alcançar o consenso sobre uma fórmula que solicitou a retirada das tropas estrangeiras, sem mencionar a União Soviética, houve discussões ao longo de toda a Conferência. Finalmente, aprovou-se um pedido de “solução política com base na retirada das tropas estrangeiras e no pleno respeito à independência, soberania e integridade territorial, assim como à condição de país não-alinhado

do Afeganistão e a estreita observância dos princípios de não-intervenção e não-ingerência”.

Sudeste Asiático. Para resolver os problemas do Campuchea e de toda a região propicia-se uma solução que preveja “a retirada de todas as tropas estrangeiras, garantindo o pleno respeito da soberania, da independência e da integridade territorial de todos os Estados da região, inclusive do Campuchea”. □

Conferência Islâmica

Pela libertação da Palestina

Os Chefes de Estado islâmicos defendem e apóiam a atuação da OLP e debatem os principais problemas que contribuem para a divisão entre seus países

Gabriel Omotozo

A terceira Conferência de Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo das nações islâmicas, reunidos em fins de janeiro em Ta'if, foi o momento mais alto da unidade dessa imensa comunidade de povos (mais de 700 milhões) em relação aos direitos do povo palestino.

O primeiro aspecto a considerar é a qualidade das decisões adotadas por unanimidade pelos representantes de 38 países. Eles declararam a *jihad* — a guerra santa — cuja vigência se estenderá até o soerguimento de um “Estado palestino independente sob a direção da OLP”.

A partir de um enfoque teórico, a *jihad* decretada pela Cúpula implica um mandato político-religioso que deve ser cumprido

por todos os governos e por todo muçulmano. Seria, nos planos político e econômico, a aplicação de todas as medidas que possam forçar o eixo Telavive-Washington a reconhecer os direitos palestinos. As disposições de maior importância nesse sentido consistem em represálias econômicas às empresas que negociam com Israel assim como aos governos que reconheçam a anexação de Jerusalém.

A *jihad* prevê — é essa a sua origem histórica — a luta armada para conseguir o objetivo, que tem uma profunda ressonância religiosa e tradicional para o mundo islâmico, pois inclui a libertação de Jerusalém, a segunda Cidade Santa depois de Meca, onde os Chefes de Estado e Governo de todos os países do mo-

vimento realizaram uma cerimônia solene preliminar a seus debates. (Só o Irã e a Líbia abstiveram-se de assistir, embora seja notório que participam dessa aspiração comum; o Egito não foi admitido.) Mas é óbvio que ninguém pensou que a curto prazo possam se coordenar esforços militares contra Israel. Hoje o quadro é de profundas divisões no mosaico islâmico: a guerra entre o Irã e o Iraque, a guerra do Saara, a tensão entre a Síria e a Jordânia e o isolamento do Egito são as contradições mais aflitivas. Elas têm prioridade para os países envolvidos e colocam, de fato, num segundo plano, a luta contra o declarado inimigo principal: Israel.

Unanimidade na linha pragmática

Essa situação afeta também, embora em menor medida, a capacidade dos países em coordenar e exercer as medidas dispostas nas esferas política e econômica. Por outro lado, custa imaginar uma aplicação profunda de tais disposições entre diversos membros do Islã e as potências com as quais mantêm relações privilegiadas.

Pense-se, por exemplo, na Arábia Saudita, hospede da conferência de Cúpula e ativo promotor dos acordos adotados em Ta'if. Que tipo de sanções poderia descarregar sobre a superpotência a monarquia saudita, responsável pela submissão do país a uma profunda dependência dos Estados Unidos?

A avaliação dos resultados da Conferência de Cúpula nesses planos deve, portanto, ser cautelosa. O tempo dirá se Ta'if projetará pressões internacionais de maior eficácia que as já vigentes.

O principal valor das resoluções encontra-se no campo político. A unanimidade foi alcançada em torno de uma linha prag-

mática e moderada que exclui posturas extremistas e que foi concebida como uma plataforma aceitável para a negociação. Nesse sentido, nota-se que não se postula a negação do Estado de Israel, mas somente a retirada da potência sionista dos territórios ocupados desde 1967 (Cisjordânia e Faixa de Gaza).

Isso e a menção da OLP como o único representante do povo palestino, outorgam um extraordinário respaldo diplomático para a organização dirigida por Yasser Arafat, a quem elegeram Vice-Presidente da Conferência.

O discurso do rei jordaniano Hussein, também conteve uma importante definição em prol da OLP, ao afirmar que não só a Organização é o único representante do povo palestino, como, além disso, que o regime de Amã não é parte integrante do conflito palestino. Hussein excluiu-se, assim, das negociações às quais Washington, Telavive e o Cairo pretendiam arrastá-lo.

Essa radicalização unitária do mundo árabe em relação à questão palestina não é difícil de ser entendida. Para explicá-la, basta lembrar os numerosos estabelecimentos de colônias judias (feitas violando os acordos de Campo David) verificadas desde que Menahem Begin assumiu o governo em meados de 1977 e, em particular, a anexação de Jerusalém.

A Conferência de Cúpula adotou essas decisões quase simultaneamente aos pronunciamentos iniciais do novo Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, e de seu Secretário de Estado, o general Alexander Haig. Estes, em violentas e ultraconservadoras declarações, identificaram o terrorismo como o principal adversário e prometeram-lhe uma guerra sem quartel. O ex-ator e o militar reformado cometeram um deslize político ao confundirem terrorismo com luta pela li-

bertação e ao englobarem dentro de tão absurda definição a Organização para a Libertação da Palestina.

A falta de realismo dos governantes norte-americanos vai-lhes dificultar notavelmente sua atuação no campo internacional. O respaldo sem reservas expresso por todos os países islâmicos ao povo palestino e à sua organização política, envolve um energético desmentido aos conceitos de Reagan. Essa contradição deverá pesar sobre a política de Washington em relação ao Oriente Médio e o mundo islâmico. Não serão poucas as consequências desse erro cometido nos primeiros dias do novo governo.

No âmbito econômico, tomaram-se medidas destinadas a promover um maior intercâmbio entre os membros e decidiu-se criar um Fundo de Desenvolvimento para os países mais pobres, com uma dotação de três bilhões de dólares.

Outros temas analisados

Dois conflitos que se desenvolvem no universo islâmico, o do Saara e o do Chade, não foram incluídos na agenda da reunião. Quanto à guerra do Golfo, decidiu-se enviar a Teerã uma "comissão de conciliação", cuja tarefa preliminar seria a de discutir as condições de um hipotético cessar-fogo. Esse passo foi dado com muito poucas esperanças de que se obtenha algum resultado.

A respeito do Afeganistão, adotou-se uma posição moderada, que em nada satisfaz as duras teses dos muçulmanos conservadores e dos falcões do Ocidente, desejosos de que se aprovasse uma dura condenação à União Soviética. Na resolução sobre a questão afgã, nem mesmo a URSS é mencionada pelo seu nome (enquanto que os Estados

Unidos é citado a propósito da Palestina). Somente se solicita uma "solução política com base na retirada imediata, total e incondicional das forças estrangeiras" e exige-se o respeito à "independência, à integridade territorial e ao não-alinhamento" do Afeganistão.

Além do mais, os *muyadins*, rebeldes islâmicos afegãos, não foram admitidos como delegação observadora, condição que, em contraste, foi reconhecida à Frente de Libertação Moura, das Filipinas.

Uma virada

Diversas são as razões que conduziram a posições mais conciliadoras em face desse conflito: — no plano militar, foi-se comprovando que a resistência religiosa contra o governo de inspiração marxista de Cabul, não tem

a magnitude que no início os centros de poder ocidentais lhe atribuíram. Eles conseguiram criar essa imagem antes da opinião pública mundial, mas com o passar do tempo, ela foi-se desvanecendo. A luta guerrilheira prossegue especialmente em algumas áreas, e o governo enfrenta grandes dificuldades. Mas os observadores, atualmente, coincidem em afirmar que ele se estabiliza progressivamente;

— essa e outras considerações propiciaram uma virada do regime do Paquistão que tinha concedido apoio ilimitado aos guerrilheiros islâmicos. O presidente paquistanês, general Zia Ul-Haq, formulou sua nova postura em Ta'if com estas palavras: "Tendo em conta que a atitude da União Soviética e do regime de Cabul se suavizou, achamos que as Nações Unidas se encontram em

boas condições para iniciarem negociações frutíferas que levariam a uma solução pacífica";

— neste caso, não houve unanimidade. Os governos progressistas opuseram-se a uma condenação à União Soviética, à qual vêem como aliada. Isso obrigou os duros a acalmarem-se. Nesse sentido, a atitude da OLP teve muita influência; seus delegados argumentaram perante seus interlocutores que o fato deles discutirem e dividirem-se sobre a questão afegã, faria o jogo de uma manobra norte-americana idealizada para desviar o mundo islâmico de sua reivindicação principal, a restituição dos direitos do povo palestino.

Em suma, a Conferência de Cúpula islâmica adotou um consenso sobre a Palestina e sobre o Afeganistão, em termos contrários à política ultradura inaugurada por Ronald Reagan. □

México • Índia

A alternativa sul-sul

A visita do Presidente do México à Índia e os novos acordos entre os dois países abrem uma perspectiva de importância para as demais nações do Terceiro Mundo

Agustín Castaño

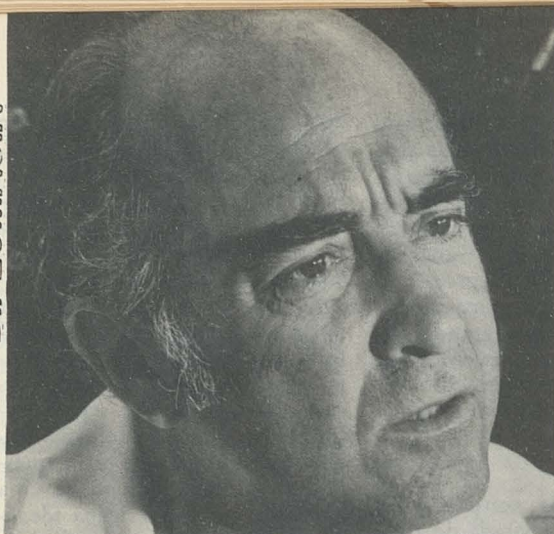
A visita oficial de cinco dias que o Presidente do México, José López Portillo, fez à Índia no final de janeiro assentou as bases para uma cooperação e intercâmbio entre os dois países, superando as distâncias geográficas e uma falta de comunicação global. Essa iniciativa bilateral entre dois grandes países subdesenvolvidos, que até hoje mantinham vínculos irrelevantes, foi consi-

derada como um exemplo de grande importância para as demais nações do Terceiro Mundo.

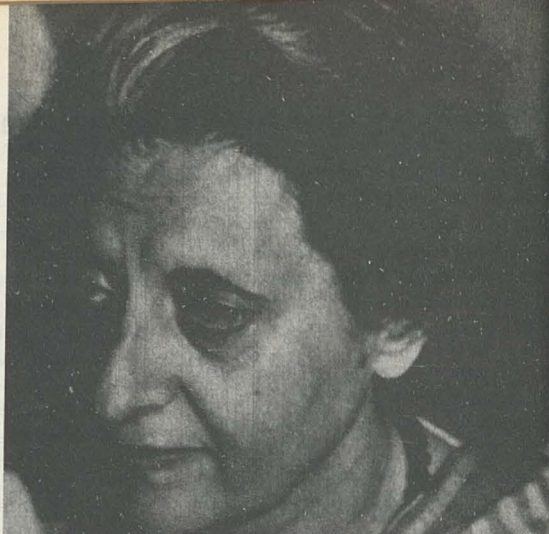
As conversações e os convênios realizados cobriram todas as áreas, envolvendo desde o intercâmbio recíproco até a tecnológica e a coordenação de ações a nível internacional. López Portillo esteve na Índia como convidado principal aos festejos do aniversário da República e foi o pri-

meiro Chefe de um governo latino-americano a receber tal distinção.

O Presidente mexicano mostrou-se interessado em conversar com a primeira-ministra Indira Gandhi sobre a reunião de Chefes de Estado que será realizada em junho próximo no balneário de Cacun, no México. Esse encontro estará limitado a uns 25 governantes de países desenvolvi-



López Portillo: propondo um novo diálogo Norte-Sul



Indira Gandhi: estreitando as relações com o México

dos e subdesenvolvidos, que estudarão as possibilidades existentes de se reativar o frustrado diálogo Norte-Sul.

Esta foi uma das preocupações do governo de López Portillo, que, em meados do ano passado, discutiu com os primeiros-ministros da Alemanha Federal e Áustria a proposta da Comissão Brandt, no sentido de se retomar o diálogo entre países do Norte e do Sul, em torno de uma Nova Ordem Econômica Internacional.

Posteriormente, o titular da Comissão e presidente da Internacional Socialista, Willy Brandt, viajou ao México, onde se decidiu que Cacun seria a sede do encontro. Sobre esse assunto, López Portillo desejava coordenar as ações diplomáticas com o governo da Índia, o que foi concretizado através do respaldo outorgado por Indira Gandhi, que assegurou a sua participação no ambicioso diálogo. Ela também expressou interesse pelo Plano Mundial de Energia que o Presidente mexicano apresentou às Nações Unidas, em fins de 1979.

Indira Gandhi, por sua vez, quis assegurar o apoio e a participação do México na Conferência de Ministros de Relações Exteriores do Movimento dos Países

Não-Alinhados, que foi realizada em Nova Déli. Sendo assim, o México, que só participa como observador no Movimento, enviou o seu ministro de Relações Exteriores, Jorge Castañeda. Os dois governos — que coincidiram em suas apreciações sobre os perigos da guerra fria, a corrida armamentista e a necessidade de uma política independente dos centros tradicionais de poder — a partir de agora realizarão consultas diplomáticas periódicas. No âmbito tecnológico, os acordos mais importantes referem-se à agricultura e ao petróleo. O México, que está interessado em diversificar as suas relações a fim de diminuir a sua dependência dos Estados Unidos, em particular em relação ao petróleo, concordou com a venda de 30 mil barris de óleo cru à Índia.

E a empresa mexicana de petróleo Pemex, enviará técnicos ao subcontinente asiático para cooperar na prospecção de petróleo nesse país que apenas cobre 33% das suas necessidades petrolíferas.

Por outro lado, a Índia, que vem realizando importantes avanços em prol da sua auto-suficiência alimentar, prestará sua cooperação neste campo ao México, que depois de converter-se

numa potência petrolífera, colocou sua atual prioridade econômica no desenvolvimento de sua agricultura. Também será facilitada a transferência de tecnologia nuclear com fins pacíficos, outro setor avançado na Índia, para os programas industriais mexicanos. Em 1980, as exportações da Índia para o México foram de somente 4,8 milhões de dólares, enquanto que o México exportou para a Índia 7,6 milhões de dólares.

O intercâmbio entre os dois países, que era insignificante, a partir deste ano será notavelmente incrementado, tendo o petróleo um papel importante nesse comércio. Durante a visita, López Portillo e seus colaboradores analisaram junto com os indianos todas as possibilidades comerciais e trocas recíprocas. Nos próximos dias, delegações de funcionários e de empresários da Índia irão ao México com igual propósito.

Em resumo: as conversações Gandhi-López Portillo estabeleceram uma corrente de intercâmbio Sul-Sul, de um potencial significativo, que desafia o distanciamento geográfico e a inércia determinada pela dependência do norte. □

AMÉRICA LATINA

BOLÍVIA

As conspirações em marcha

Neiva Moreira



A Junta de Comandantes já começou a sua contagem regressiva

El Salvador e Bolívia são os problemas imediatos mais complexos que enfrenta o novo governo norte-americano na América Latina. No caso salvadorenho, as linhas políticas e estratégicas são nítidas e definidas. A insurreição popular é identificada pelo novo macartismo norte-americano como "comunista" e é temida pelas transnacionais e pela oligarquia local. Assim, a Casa Branca não enfrenta maiores resistências in-

ternas nem problemas de consciência no seu apoio diplomático e militar à Junta salvadorenha.

O panorama boliviano é algo diferente. Embora a Junta Militar se caracterize também pela sua posição de ultradireita repressora, não conta com a unanimidade do apoio das forças econômicas, concentradas principalmente nas minas e nos importadores. Além disso, surge um elemento altamente conflitivo para

o governo de Washington: a droga.

No ano passado, elevou-se a 13,5 bilhões de dólares (quase um trilhão de cruzeiros) o valor das drogas consumidas nos Estados Unidos. Só a Bolívia produziu e exportou um bilhão e duzentos milhões de dólares de cocaína, uma quantia superior à exportação legal do país que, escassamente, superou um bilhão de dólares.

O governo norte-americano, seja o de Carter ou de Reagan, não tem qualquer dúvida de que a produção, a comercialização e o transporte da droga na Bolívia estão apoiados em um grupo mafioso, civil-militar que não é outro senão o que detém o poder no país hoje, desde o golpe de 17 de julho de 1980. Ora, por mais que agradem à nova administração republicana a "ideologia e a praxis" do chamado Governo de Reconstrução Nacional do general Luis García Meza e do seu principal sócio, o coronel Luís Arce Gómez, Reagan teria que enfrentar uma tempestade de protestos se apoiar abertamente uma Junta cujas ligações com a droga têm sido constatadas e denunciadas pelos próprios serviços oficiais norte-americanos.

As conspirações em marcha

A primeira tarefa da CIA na Bolívia sob o governo Reagan, será procurar uma conveniente modificação no governo local. Os acontecimentos no país andino são velozes e é possível que, quando esta edição chegar às bancas, o quadro já tenha se transformado. Enquanto escrevemos esta análise, com base em depoimentos e informações de militantes da causa popular e relatórios de pessoas que defendem os direitos humanos, há consenso de que se desenvolvem na Bolívia duas conspirações: por um lado, a do general Alberto Natush Busch e, por outro, um movimento palaciano, ainda indefinido mas real, que procura paralelamente "lavar a cara" do governo, substituindo seus principais personagens.

Natush Busch não é um desconhecido, nem um estreante nas atividades conspiratórias. Quando ainda era coronel, protagonizou um efêmero golpe em novembro de 1979, derrotado pela resistência popular organiza-

da e a oposição de setores militares que se definem como constitucionalistas. Natush não parece ter a confiança do grupo de comando do golpe de julho passado e, por isso mesmo, sua promoção a general, já no atual governo, foi o resultado de uma batalha interna que ele ganhou graças ao apoio de algumas unidades do exército e de um grupo de oficiais entre capitães e maiores que lhe são fiéis. O governo o designou adido militar em Washington mas Natush recusou, exigindo um comando de tropa ou uma chefia importante no Estado-Maior.

Em La Paz, ninguém duvida que, se ele puder, dará o golpe. Natush não esconde que deseja "redimir-se historicamente", ou seja, que seu *putsch* não se destinaria a substituir uma ditadura por outra, mas "restituir o poder ao povo". Admite-se, inclusive, que ele poderia entregar o governo ao presidente eleito, Hernán Siles Zuazo. Porém, em fontes autorizadas da União Democrática Popular (UDP), a aliança política que elegeu Siles Zuazo e Jaime Paz Zamora e cuja posse foi impedida pelo golpe do general Meza, não há confiança de que esse seja o seu propósito.

Último momento

□ Até aqui, o que aí está constava da versão original deste artigo, entregue à composição antes do golpe palaciano do general Meza.

Com a velocidade de sempre, os acontecimentos em La Paz confirmaram essa previsão, antes mesmo que a nossa revista estivesse circulando. O golpe palaciano do General Meza foi anunciado a 26 de fevereiro, quase como um ato de rotina. O coronel Arce e seu colega, o Ministro da Educação, coronel Ariel Coca, ambos indiciados como os principais representantes do narcotráfico no governo, foram demitidos. Arce Gómez limitou-se a dizer que ia "descansar" enquanto Coca silenciou.

O golpe, no entanto, trouxe algumas novidades. Em primeiro lugar, Meza anunciou as mudanças como uma primeira etapa de um processo de "abertura institucional" e incluiu dois notórios elementos banzeristas no ministério: Rolón Anaya, nas Relações Exteriores e Jorge Tamoyo, nas Finanças. Está evidente que a pressão de Reagan não se limitou a exigir as cabeças dos dois ministros mais diretamente acusados de traficantes de droga, mas, foi mais longe, impondo uma "abertura" não ao povo, às forças democráticas, mas ao pequeno partido do general Banzer, sempre servil aos interesses da Casa Branca.

Como era previsível, o coronel Arce não descansou muito e em meados de março foi nomeado comandante do Colégio Militar, cargo em que ele começou a conspirar abertamente contra García Meza. Os alunos dos últimos cursos se negaram a apoiar a aventura e se rebelaram contra a presença do coronel na escola. Os rumores sobre um golpe continuaram com tanta insistência que o próprio presidente enviou sua esposa Olga à Espanha e reforçou a sua guarda pessoal.

Por outro lado, a conspiração palaciana visaria, numa primeira etapa, desvencilhar o governo da presença do coronel Luís Arce Gómez, acusado dentro e fora do país de ser o principal apoio do tráfico da droga.

Mas é possível que seja esse apenas "um tiro por elevação" cujo alvo principal seria o próprio general Meza. Não se ignoram as ambições pessoais de alguns chefes militares que apenas se juntaram para o golpe, cada um com a esperança de ser nomeado chefe da Junta. Entre estes, está o titular do novo Ministério da Aeronáutica, general Valdo Bernal, membro da Junta de Comandantes, o general Hugo Echeverría, até há pouco comandante do Segundo Corpo do Exército, sediado em Santa Cruz de la Sierra, e o coronel Faustino Rico Toro, que acaba de deixar a Segunda Seção do Exército (Inteligência), depois de ter sido um dos principais articuladores do golpe de julho. Outros mais, de menor peso militar, também aspiram à presidência da República.

É possível que, nesse grupo, o Pentágono e a CIA recrutem um substituto para Meza, menos marcado pelo narcotráfico e não tão comprometido com a brutal repressão dos últimos meses.

Uma situação insustentável

Internamente, uma mudança que não significasse a devolução do poder ao povo mas que melhorasse as aparências do poder, seria bem recebida pelas classes empresariais e por setores da pequena burguesia, ambos asfixiados pela crise econômica.

A inflação é incontrolável. A dívida externa era de 780 milhões de dólares em 1971, e subiu a 3 bilhões e 800 milhões em 1980 e poderá alcançar 5 bilhões em 1981. Ou seja, mil dólares para

cada boliviano, num país em que a renda per capita muito mal distribuída não supera os 400 dólares e onde o salário médio de um operário das indústrias mais modernas é inferior a 100 dólares mensais.

O desemprego é um dos maiores do mundo. Passou de 4,2% antes do golpe a 37% hoje, sem contar os subempregados, tradicionais nos mercados e ruas das capitais bolivianas. Os preços subiram sem controle e, ao mesmo tempo que retirou as subvenções dos gêneros alimentícios, o governo permitiu a importação de produtos estrangeiros beneficiados por facilidades fiscais que os tornam mais baratos do que a produção agrícola nacional, provocando uma difícil situação no campo.

Esse quadro de crise alimenta a resistência que, em verdade, não necessitaria de estimulantes, tal a oposição popular ao golpe e à Junta.

O assassinato frio e brutal de Marcelo Quiroga Santa Cruz e outros dirigentes de alto nível, mais de três mil presos — muitos dos quais torturados ou confinados na selva amazônica ou nas regiões geladas do lago Titicaca — o massacre de trabalhadores mineiros em Caracoles, no Departamento de La Paz, e de dirigentes do MIR (ver artigo nesta edição), além da influência do narcotráfico no governo e o clima de corrupção aí reinante, contribuíram para aprofundar a revolta do povo contra o golpe e o isolamento da Junta.

Testemunho

O senador Dennis DeConcini divulgou o seguinte comunicado, a 9 de setembro do ano passado, ao final da audiência privada do Subcomitê que preside, a respeito das afirmações de que a Junta Militar da Bolívia está associada ao tráfico internacional de narcóticos:

"A audiência de hoje juntou meus piores e principais temores sobre a atual situação política na Bolívia.

"Desgraçadamente, grande parte da informação que foi discutida na audiência é considerada altamente secreta e, por isso, não tenho liberdade para revelar detalhes. No entanto, posso dizer que as respostas às perguntas que eu tinha, confirmam a existência de múltiplas e amplas ligações entre a Junta e as organizações internacionais do narcotráfico. Sobre esse ponto essencial, não pode haver dúvida alguma. Apesar de que a informação relativa a muitas das minhas perguntas específicas é, no momento, confidencial, pode-se dizer com justiça que a rede de narcóticos alcança até os mais altos níveis do regime boliviano. Antes de decidir sobre o curso dos acontecimentos futuros, será necessário que eu examine todo o material que hoje me apresentaram com detalhes."

Enquanto isso, consolida-se na clandestinidade a estrutura de organização do Governo de União Nacional (GUN), liderado por Siles Zuazo desde o exílio, mas com importantes bases dentro do país.

Esse isolamento é também muito evidente no campo externo, apesar das pressões de alguns setores ultradireitistas dos Estados Unidos no sentido de facilitar o trânsito diplomático da Junta. Condenado pela Associação dos Direitos Humanos, em Quito, pela 10ª Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e pela 3ª Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos (voto de 77 nações), sofrendo um amplo bloqueio econômico internacional, colocada sob investigação no Senado norte-americano na comissão chefiada pelo senador Concini (ver quadro), a ditadura militar boliviana atua, interna e externamente, em um espaço cada vez mais asfíxiante.

Presença argentina

E se é verdade que conspirações de direita se desenvolvem no seio do poder ou periféricamente, não há dúvidas de que setores militares progressistas ou descomprometidos com o golpe também resistem à atual situação.

Os principais líderes de uma corrente conhecida, nas Forças Armadas, como "geracional", como os coronéis Gary Prado (esse oficial comandou, como capitão, a operação que resultou na prisão do Che Guevara, mas o entregou com vida aos seus superiores), Raul López Leyton e Saravia, estão sob prisão domiciliar ou confinados em pequenos postos fronteiriços nas regiões mais distantes do país. Esse grupo participou ativamente na deposição do então ditador general Hugo Banzer em 1979 e continua com expressiva gravitação no seio do exército.

A participação argentina na preparação do golpe de julho e na consolidação do atual regime dominante na Bolívia, não deve ser encarada como um fato transitório ou casual. Mais do que isso, é um dado importante para a análise das linhas geopolíticas de um setor muito influente das Forças Armadas argentinas, preocupadas com o que consideram "hegemonismo brasileiro na região". Não se pode dissociar essa análise do que está ocorrendo no Uruguai, onde a crescente influência do militarismo argentino se mede não só pelos discursos, as visitas recíprocas de chefes militares e a "assistência técnica" de exército a exército, mas, sobretudo, pela crescente presença de armas, veículos e instrutores argentinos. Influentes na fronteira sul do Brasil, esses militares, que constituem um forte e quiçá decisivo grupo no conjunto do poder militar argentino, se lançaram ao altiplano boliviano, em uma nova investida de uma velha aspiração geopolítica.

Recordo-me de um episódio jornalístico ocorrido em meados dos anos cinquenta. Fazia na Bolívia uma reportagem sobre os primeiros anos de atuação do governo que emergia da revolução de 1952, que transformou a face do país, nacionalizou a grande mineração, fez uma profunda reforma agrária e universalizou o voto secreto. Paz Estenssoro e Siles Zuazo governavam o país e ambos se empenhavam em refutar categoricamente as teses correntes nos meios diplomáticos brasileiros de que havia "influência argentina" naquela revolução tão boliviana quanto o Illimani, a *quínoa* ou o *chuño*.

Naquela época, as pressões argentinas existiam mas o governo revolucionário lhes resistia. Perguntei ao então presidente Paz Estenssoro por que os retratos de Juan Domingo Perón e, sobretudo os de sua esposa Evita, se misturavam em muitas partes com

os de líderes bolivianos vitoriosos. "É notório — nos respondeu Paz — que o peronismo, tal como o varguismo e outros movimentos nacionalistas latino-americanos contam com simpatias no Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) da Bolívia. Mas somos por definição um partido que sustenta a absoluta independência e soberania do país e jamais admitiríamos ingerências externas de qualquer procedência".

As maiores preocupações dos geopolíticos argentinos, como dos brasileiros, eram de como galgar posições de força na Bolívia, capazes de lhes assegurar uma participação hegemônica na exploração do ferro do Mutum, no controle do petróleo e do gás e das rotas de penetração militar para um caso de conflito entre os dois países. Discutia-se muito o traçado das ferrovias que, dos dois países, se introduziam na Bolívia. Os argentinos construía uma que ligava Yacuiba, em sua fronteira, a Santa Cruz, e os brasileiros, de Corumbá à mesma cidade. "Veja — dizia-nos um militar brasileiro em La Paz — os argentinos têm todas as vantagens. Sua ferrovia se estende ao longo da faixa subandina rica em petróleo e minerais. A nossa, atravessa um deserto que vai de Mato Grosso a Santa Cruz de la Sierra". Naturalmente, ele não parecia preocupado com o que poderia ser o interesse boliviano.

Nos anos seguintes, a batalha diplomática continuou, com a balança dos interesses inclinando-se para um ou outro dos vizinhos da Bolívia, segundo as tendências e os compromissos de seus numerosos governos.

Para as forças progressistas do altiplano, a meta sempre foi impedir que os choques desses interesses geopolíticos se cruzassem sobre o país. "Não queremos que a Bolívia seja vietnamizada", nos dizia Hernán Siles

Zuazo anos depois no exílio de Montevideu. Era essa uma constante do seu pensamento político: estabelecer um sistema de poder que favorecesse a coesão nacional e impedisse que os conflitos de interesses entre as burguesias argentina e brasileira terminassem por envolver o seu país em lutas e divisões estranhas à vocação de independência do seu povo.

Há, no entanto, um fato histórico nessa confrontação pelos espaços geopolíticos: as pressões sobre a Bolívia, mais ou menos duras, se limitavam aos campos político e econômico, sem a presença física de militares estrangeiros, em operações maciças e ostensivas.

O indisfarçável sotaque portenho

Essa tradição foi rompida com a ingerência militar argentina no que se convencionou chamar o golpe dos "cocadólares". Já não se tratava de pressões, da atuação através de intermediários mais ou menos corrompidos, mas de uma presença direta na preparação do golpe e na manutenção do regime que dele emanou.

As denúncias de que mais de duzentos "assessores" argentinos coordenaram os preparativos do assalto ao poder foram confirmadas amplamente. O próprio estilo do golpe variou, não levava o tradicional selo dos levantes quarteleiros nacionais. Em vez da sublevação de unidades militares, nas operações do dia 17 de julho, o trabalho mais sujo ficou por conta de grupos paramilitares, concebidos e estruturados de acordo com o modelo argentino.

Esses grupos atuavam sob o comando imediato do então Chefe da Inteligência, coronel Arce Gómez (o ex-ministro do Interior), dos coronéis Landivar e Canido, em Santa Cruz; do coronel Rico Toro, em Cochabamba

n.º 32 • 15.março/15.abril • 1981



Resistência popular: aniquilada nas primeiras horas do golpe

e do coronel Francisco Monroy, no Departamento do Beni. O Estado-Maior geral era, no entanto, coordenado por "assessores" argentinos, com ampla experiência na luta antiguerrilheira. No assalto ao Palácio do Governo e à Central Operária Boliviana (COB), cujo edifício foi posteriormente demolido, e no controle dos meios de comunicação, foram e estão sendo postos em prática métodos muito usados na Argentina.

Sabe-se que ao definir sua participação no golpe, os militares enviados por Videla exigiram que se deveria evitar os "erros" da fracassada intentona de Natush Bush, quando o povo pôde organizar-se para a resistência. O Movimento Popular deveria ter seus líderes aniquilados nas primeiras horas, tal como de fato foi feito, para evitar qualquer tentativa de reação organizada.

Nos períodos cruciais da implantação da ditadura do general Meza foram muitos os testemunhos da presença argentina na

repressão. Os artistas da Nova Trova Cubana, que visitaram La Paz a convite dos estudantes para a comemoração do centenário de sua histórica Universidade de Santo André, não tinha porque equivocar-se de sotaque: os esbirros que os detiveram e torturaram eram argentinos, com um indisfarçável acento portenho.

No Grande Quartel General de Miraflores, na Ordem Política e Social e outros centros de tortura, "assessores" argentinos se moviam com desembaraço. Um preso, que conseguiu fugir, viu um oficial argentino que o torturara, quando saía, vestido de civil, do Ministério da Defesa.

Até hoje, a propaganda na televisão boliviana continua utilizando os jingles que a ditadura argentina apresenta na TV do seu país para combater o peronismo e o movimento popular.

Mas a etapa atual já é outra. Os "assessores" estão dedicados ao trabalho de unificação de todos os grupos repressivos, com núcleo em uma nova organização denominada Serviço Especial de Segurança (SES), com dois mil membros, poderosamente equipados, bem pagos e recrutados nos setores de direita que criaram as condições para o golpe e nele intervieram.

O coronel Arce assumiu o comando dessa tropa de choque que não se limita a tarefas policiais, mas já começa a penetrar na estrutura do Estado. Um dos seus mentores, o advogado Ustarez, que tinha se distinguido como patrono da causa dos narcotraficantes, foi nomeado, por pressão de Arce Gómez, chefe do chamado Comitê de Defesa do Governo de Reconstrução Nacional e Procurador Geral da República. "É desanimador", confessava um militante da luta antidroga em Santa Cruz de la Sierra. "Os juízes aqui já não atuam contra os traficantes. Al-

guns são subornados e outros têm medo de represálias. Agora, com um procurador geral que tem um processo pelos seus vínculos com os traficantes, quem pode pensar em enfrentar o contrabando no campo jurídico?"

Videla apresenta a fatura

A presença tão extensa de militares argentinos no núcleo do poder em La Paz está produzindo resultados para a oligarquia econômica portenha. Os contratos de gás foram renegociados a preços muito convenientes para a Argentina que, por sua vez, recebeu a parte mais importante da venda de gêneros alimentícios da Junta. No seio de setores patrióticos das Forças Armadas, essa dependência é considerada ultrajante à soberania nacional. Há, hoje, um mal-estar que se propaga e poderá ser um fator detonante de uma resistência militar a médio prazo.

No campo político e militar, a "invasão portenha" provoca uma repulsa quase generalizada.

Em uma proclamação recente, Hernán Silez Zuazo denunciou essa situação: "A camarilha de narcotraficantes levada ao poder pela intervenção militar argentina de 17 de julho de 1980, quer arrancar ao povo boliviano o que não pode obter da Argentina nas negociações sobre o preço do gás, oportunidade em que o governo de Videla passou a sua fatura, impondo os preços."

A presença da Argentina no altiplano tem múltiplas inspirações: interesses econômicos e militares, sobretudo vinculados ao seu projeto geopolítico na fronteira com o Brasil, mas, também, visa melhorar sua posição no confronto com o Chile. Caso fracasse a mediação do Papa — cada vez mais difícil de êxito — e ressurgja a crise militar pelo canal de Beagle, o domínio sobre a Bolívia era — e é — estrategicamente importante.

Uma publicação britânica especializada em temas regionais, a *Latin American Regional Reports*, fez este comentário: "Alguns bolivianos acreditam que Buenos Aires está ansiosa em assegurar o fornecimento de gás barato da Bolívia. Outros observadores destacam o interesse militar de Buenos Aires em instalar um governo militar amigo em La Paz, que seja ao mesmo tempo hostil ao Chile e que obrigue Santiago a fixar sua atenção e reforçar suas tropas no norte. A Argentina estaria, então, em liberdade para flanquear o Chile pelo sul. Os que assim teorizam apontam o fato da aparente falta de progresso na mediação do Vaticano a respeito do canal de Beagle, e a persistente impaciência argentina quanto às negociações."

A tenebrosa aliança

Em outubro, cerca de três meses depois de se instalar no Palácio Quemado, a Junta de Comandantes no poder inaugurou, festivamente, um aeroporto particular, a 7 quilômetros de Santa Cruz, na margem esquerda da rodovia que une essa cidade a Cochabamba.

O fato poderia aparecer como de rotina administrativa se não fosse o volumoso prontuário do dono da nova pista, o conhecido narcotraficante Alfredo Pinto. O aeroporto tinha sido comprado por Pinto de um dos cabeças da máfia da droga na Bolívia, Alfredo "Cutuchi" Gutierrez.

Gutierrez tinha seus motivos para transferir a propriedade. No ano passado fora preso nos Estados Unidos, juntamente com Roberto Gasser Terrazas, e indiciado como um dos maiores contrabandistas de cocaína. Para obter liberdade condicional pagou uma fiança de nada menos de dois milhões de dólares.

Para dar certa funcionalidade ao aeroporto, foi instalado nele

um hangar da *Beechcraft*, que, aparentemente, se destinava a prestar serviços técnicos às frotas de pequenos e médios aviões que operam em centenas de campos "clandestinos" do oriente boliviano.

Um dos primeiros aviões a decolar da nova pista caiu na Colômbia e ocorreu o que não poderia ser surpresa para ninguém: estava cheio de pasta de cocaína. Para encobrir o escândalo, o general Bernal, ministro da Aeronáutica, que presidira à inauguração do campo, decretou a sua interdição. No entanto, não foi noticiado se, por acaso, o general Meza devolveu ou não o avião de turismo que Alfredo Pinto lhe presenteara.

O episódio aumentou o escândalo internacional em torno do conluio droga-regime militar mas logo desapareceu dos meios de comunicação bolivianos, submetidos a uma rígida censura.

O governo e, sobretudo, o coronel Arce Gómez, fizeram declarações bombásticas contra o narcotráfico. Gómez, inclusive, prometeu acabar com o tráfico da droga na Bolívia mas exigiu que o governo norte-americano financiasse, através da Junta, um projeto "agrícola" substitutivo que ele avaliara em três bilhões e quinhentos milhões de dólares.

No entanto, Gómez, acusado mundialmente como um dos apoios mais sólidos dos narcotraficantes na Bolívia, não explicou sua sociedade com o até há pouco comandante da base aérea de Santa Cruz, coronel Norberto "Buby" Salomón, numa empresa de pequenos aviões comerciais. Vários desses aparelhos caíram e todos iam cheios de cocaína. Custa a crer que Gómez e "Buby" Salomón desconheçam a que tipo de "transporte" se dedicam os seus aviões.

No contexto da propaganda tendente a acalmar os ânimos no

Senado dos Estados Unidos, Meza e Arce instituíram um "rigoroso" registro de produtores e exportadores. Porém, a história era outra.

O golpe do registro

O que ocorreu foi o seguinte: nos dois primeiros meses da Junta, os produtores e traficantes se consideraram liberados de qualquer fiscalização ou vigilância do Estado. Assim, se verificou não apenas um considerável aumento de plantios como, também, da comercialização. A disputa dos mercados provocou uma séria crise na comunidade da droga e também duros choques entre os bandos, com mortos e "desaparecidos", segundo métodos próprios da máfia.

O Ministério do Interior, portanto o coronel Arce Gómez em pessoa, instituiu o registro dos produtores e exportadores e um controle da comercialização. Em geral, os que se registraram foram os que mais contribuem para o governo, não apenas como suborno direto aos militares, mas como ajuda ao Estado para manter funcionando a estrutura burocrática. O preço dessa "legalização" são as facilidades que recebem do próprio Governo, isto é, uma cobertura às suas atividades ilegais.

Ultimamente, os que se registraram estão se queixando que se criou um mercado livre de coca, animado pelos produtores médios e pequenos que não se "legalizando" têm melhores condições de se livrar das extorsões dos funcionários civis e militares.

Segundo os grandes, os pequenos e médios traficantes são os mais beneficiados pelos altos preços do produto no mercado norte-americano. Um quilo de cocaína, que se compra a 10 mil dólares na Bolívia, chega a ser vendido por 100 mil dólares nos Estados Unidos. Frequentemen-

te se registram ajustes de contas dos grandes contra os "fora da lei".

Há um aspecto do comércio da droga que deve ser citado: a comercialização é feita nos dois sentidos. A não ser o querosene, redutor da folha, os outros ingredientes necessários à fabricação da pasta — éter, ácido sulfúrico, acetonas etc — são importados e chegam à Bolívia nos mesmos aviões que levam a cocaína aos mercados consumidores, principalmente nos Estados Unidos.

Entre o plantio e as fábricas

A fabricação da pasta não requer técnicas especiais, e por isso tem sido facilmente absorvida pelos grupos camponeses das regiões produtoras. Muitos que não são aptos à produção trabalham nos rudimentares "laboratórios" encravados na selva. São os "pisadores" que trituram a coca com os pés. É um serviço cansativo, em geral realizado à noite, mas rentável: enquanto que um lavrador comum recebe nada mais do que quatro dólares por uma jornada diária, os "pisadores", alegando os riscos do ofício, cobram dez vezes mais, ou seja, quarenta dólares.

A massa dos camponeses, em geral, não é beneficiada com a produção da *hoja*, isto é, da folha. O número dos que trabalham nos "laboratórios" é pequeno mas ocorre que a miragem de salários mais altos leva milhares de trabalhadores rurais a abandonarem as lavouras à procura de trabalho nas fábricas. Com isso, a produção agrícola decresce.

Mas há outro problema para esses camponeses: o preço da coca. A produção e o consumo da folha constituem uma secular tradição boliviana, sobretudo no altiplano. Atualmente, mais de três e meio milhões de *quechuas*

e *aimarás* das regiões altas e selvagens mascam a coca, que lhes produz um estímulo capaz de atenuar a fome e o cansaço. Ultimamente, com a estocagem da coca para o fabrico da cocaína, não só quadruplicou o preço internamente como o produto ficou escasso no mercado. Os camponeses bolivianos são obrigados a abandonar em parte ou no todo o seu trabalho agrícola para plantar a "erva" que lhes rende mais que o arroz ou as batatas e lhes assegura o auto-abastecimento.

Toda essa mão-de-obra volta da ao plantio e comercialização da coca representa uma atividade ilegal que dificilmente poderia ser escondida das autoridades, se estas não estivessem associadas a ela e se empenhassem em realmente combater o narcotráfico.

Calcula-se que se aproxima de 600 o número dos campos de aviação clandestinos, alguns muito bem equipados, que existem no oriente boliviano. E a Força Aérea os conhece muito bem. Através deles transitam diariamente os aviadores da Associação de Pilotos de Santa Cruz, muito ligada à oligarquia e em cujo seio a ultradireita (sobretudo a Falange "Socialista" Boliviana) recruta os seus quadros paramilitares, que reprimem as forças progressistas e sustentam o regime.

No Departamento de Santa Cruz, em Pando e no Beni, regiões fronteiriças com o Brasil, foi tentado há poucos anos um programa de incentivo à plantação de algodão. O Banco Agrícola da Bolívia, com apoio de outras entidades, inclusive do Banco do Brasil, emprestou milhões de pesos aos "agricultores". Como seu propósito não era de plantar algodão mas implantar uma infra-estrutura de apoio à comercialização da coca, esses falsos agricultores se declararam em falência... como plantadores

de algodão. Mas a verdade é que, com o dinheiro dos bancos obtido com a recomendação do general Banzer, montaram e ampliaram sua infra-estrutura como plantadores de coca e narcotraficantes.

Droga: o sinal verde

É esse grupo mafioso que ofereceu o suporte "ideológico" e a base logística do golpe de julho do ano passado.

O epicentro da conspiração reacionária na Bolívia tem sido, nos últimos decênios, o Departamento de Santa Cruz. Ali tem sua base uma poderosa oligarquia, a princípio mercantil e agrícola, mas que, com o tempo, passou a controlar o contrabando indo e vindo do Brasil e da Argentina, fazendo o narcotráfico. Essa oligarquia forjou, nos quadros da ultradireita, sobretudo da já citada Falange, os seus quadros paramilitares. Infiltrada nos altos escalões do Exército e da Força Aérea de Santa Cruz, já com ramificações em La Paz e outros Departamentos, essa máfia teve sinal verde para atuar.

O golpe de julho foi iniciado pelo coronel Francisco Monroy, comandante militar do Departamento do Beni, articulado com vários outros chefes militares da área, como o coronel Rico Toro, de Cochabamba e o coronel Lara, comandante do Regimento *Rangers*, de Montero, a uns poucos quilômetros de Santa Cruz. Todos esses militares foram denunciados como tendo ligações, de um lado com a direita falangista e do outro com "empresários" que, todos sabem, estão metidos até o pescoço no narcotráfico.

Na fase preparatória do golpe, verificaram-se muitos crimes — assassinatos, torturas, assaltos — de militantes populares, sobretudo ligados à UDP. Até hoje não foi esclarecido o acidente do



Exército nas ruas: garantindo a droga

avião em que viajava Paz Zamora, eleito depois Vice-Presidente da República, e outros dirigentes da oposição. Todos morreram, menos Paz que sofreu terríveis ferimentos. Siles Zuazo deveria ter viajado nesse avião, que era propriedade da empresa de táxi aéreo pertencente aos coronéis Arce e "Buby" Salomón. Escapou por um mero acaso.

O sequestro, as torturas e a morte do sacerdote jesuíta Luís Espinal, ocorrido a 22 de março de 1980, foi um episódio dessa guerra secreta movida pelo tenebroso conglomerado máfia-Falange-militares de direita contra aqueles que lhe fazem oposição. O padre Espinal era diretor do semanário *Aquí*, onde fazia denúncias não apenas do narcotráfico mas dos seus cúmplices políticos e militares. Quando estava na iminência de publicar as provas desse conluio, foi assassinado. O ex-ministro e advogado Aníbal Aguiar iniciou um processo contra o coronel Arce Gómez, acusando-o de ser o responsável e mandante do assassinato do sacerdote:

Esse crime já foi uma espécie de amostra daquilo que hoje sustenta o poder na Bolívia. Dele participaram, segundo denúncias públicas, o paramilitar Gary Alarcón, o argentino Babini, um equatoriano apelidado "El Negro" e o "Loco" Bascope, um ex-membro da Furmod (grupo

paramilitar assimilado ao exército, formado para reprimir os mineiros durante o governo do general Barrientos). "El Loco", adestrado em luta antiguerrilha na Argentina e técnico em explosivos, era o chefe do grupo, o mesmo que atuou no atentado que tirou a vida de duas pessoas no encerramento da campanha da UDP.

Velhos militantes da ultradireita armada, como "Paye" González, o ex-prefeito (governador) do Departamento de Santa Cruz, Widen Razuk e o "Chino" Menacho, também integrantes de grupos paramilitares formam toda uma rede de conexões entre a direita, a máfia e os militares golpistas. Muitos deles atuaram nos governos Barrientos, Banzer e, mais recentemente, no do general Juan Peredo, assim como na tentativa de *putsch* do atual general Natush Bush. Estão em todas.

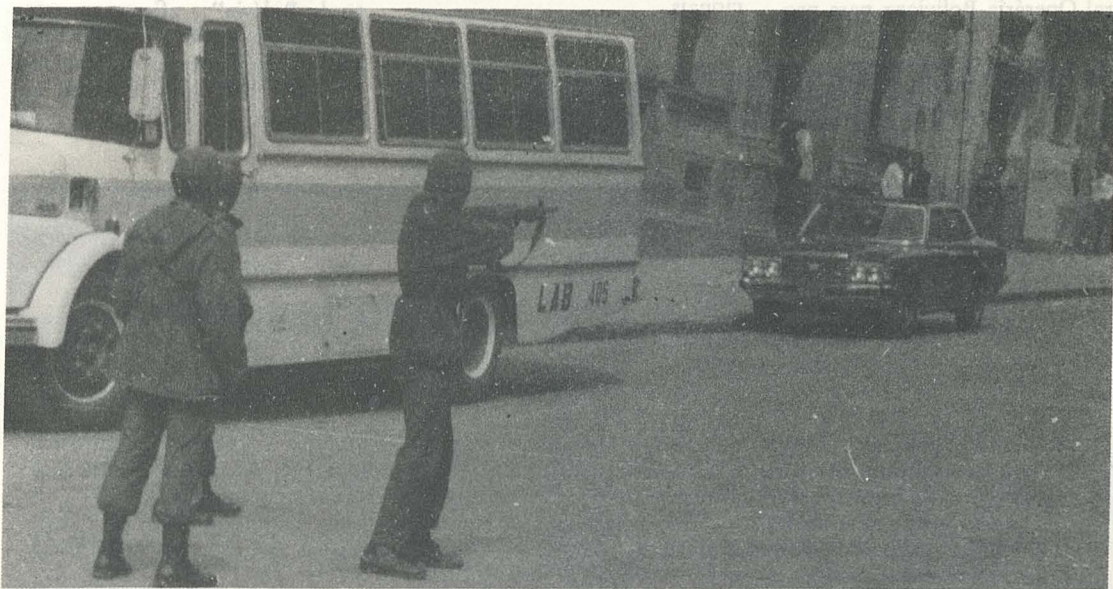
A aliança mafiosa tem, agora, a proteção e a assistência da direita militar argentina, a qual acredita, equivocadamente, que poderá impedir que se estabeleça em suas fronteiras um governo popular como o de Hernán Siles Zuazo e Paz Zamora; também está segura de que, pela corrupção e penetração, poderá usar a Junta de La Paz como um dócil instrumento da mofada geopolítica argentina.

Quase 200 golpes militares na Bolívia demonstraram, historicamente, que o povo não os aceita e sempre encontrou o caminho para liquidá-los. Sem esperar muito ou mesmo nada das conspirações que estão em desenvolvimento na própria área do governo — e que não se esgotaram com o expurgo de Gómez — e que não significam mudanças fundamentais no quadro institucional, não há dúvidas que a duração do governo militar do general Meza será efêmera e que sua contagem regressiva já começou e pode acelerar-se. □

A tática do extermínio

O Regime narco-militar de La Paz recorre ao assassinato coletivo de dirigentes opositores

Terence W. Dobson



No dia 16 de janeiro deste ano, o Ministério do Interior da Bolívia informou que vários integrantes da direção do clandestino Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) tinham morrido “num choque armado com agentes de segurança ao serem descobertos em uma reunião secreta cujo objetivo era o de elaborar um plano de ação para desestabilizar o governo” e que incluía “o assassinato de membros do exército e da empresa privada”. A declaração oficial foi feita um dia antes do regime do general García Meza completar seis meses no poder e num momento em que vários porta-vozes do governo asseguravam

que o país passava por uma “tranquilidade total”.

Fontes mais confiáveis garantem que os dirigentes do MIR foram presos numa reunião da Direção Nacional, convocada para avaliar e coordenar a resistência popular. Informações vindas da Bolívia denunciam que os prisioneiros foram torturados e, em seguida, assassinados a sangue frio.

O saldo da “operação” foi o de dez dirigentes mortos, três gravemente feridos — por cujas vidas se temia — e mais de 30 quadros políticos detidos e submetidos a “intensos interrogatórios”. Entre os mortos e os pre-

sos, figuram representantes dos setores mineiro, operário, camponês e estudantil de todas as bases regionais da organização, assim como mulheres, profissionais, jornalistas e professores que integravam a Direção Nacional (clandestina) do MIR, que faz parte da União Democrática Popular (UDP).

Todos os assassinados tinham se destacado — junto com outros membros da esquerda boliviana — na reorganização da reprimida Central Operária Boliviana (COB), da Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros (FSTM) e do movimento popular em seu conjunto.

Não foi, pois, um crime casual, mas sim mais um dos tantos outros que a ditadura do general García Meza cometeu desde que se instaurou no país andino em julho de 1980. O assassinato coletivo — comparável no continente ao massacre de cinco dirigentes da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador em novembro — foi executado depois do êxito incontestável da greve de 48 horas e do bloqueio das estradas decretado pela Central Operária Boliviana para protestar contra a política econômica do regime narco-militar.

O MIR é uma força nova, nascida do calor da luta contra a di-

tadura do general Hugo Banzer e constituída por quadros jovens que contribuíram para a elaboração de novas concepções teóricas e práticas da luta revolucionária. Caracterizou-se por sua iniciativa e criatividade, e participou de ações para derrotar no terreno democrático as forças da reação boliviana. Além do mais, foi uma das organizações que impulsionou a formação da União Democrática Popular, coalizão que ganhou as três últimas eleições nacionais.

“Esse trágico golpe, faz parte do plano dos setores reacionários

de eliminar fisicamente a direção política do povo boliviano e que já vem sendo aplicado desde os assassinatos cometidos contra membros da UDP nas regiões de Santa Cruz e Beni durante o período da luta democrática, no massacre à manifestação de Todos Santos, com a morte de 400 pessoas em La Paz, e no atentado ao avião que conduzia os dirigentes da UDP, do qual restou apenas um sobrevivente, Jaime Paz Zamora, vice-presidente eleito da Bolívia” — afirmaram a **cadernos do terceiro mundo** integrantes do Governo de Unidade Nacional boliviano, asilados no México. □

Os assassinados a 15 de janeiro

- **Artemio Camargo Crespo**: fundador do MIR, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores Mineiros da *Siglo XX*, secretário de Conflitos da federação sindical de trabalhadores mineiros da Bolívia, reorganizador da Central Operária Boliviana na clandestinidade.

- **José Reyes Carvajal**: advogado, ex-capitão de polícia, deputado eleito pela UDP de La Paz e responsável político do MIR nessa região.

- **Ramiro Velazco Arce**: economista, catedrático universitário, membro da Comissão Econômica da UDP, responsável pela Frente de Profissionais do MIR.

- **Pedro Mariobo**: fundador do MIR, responsável nacional pela Frente Operária de Massas do MIR.

- **Gregório Andrade Aruquipa**: dirigente camponês, deputado eleito em La Paz pela UDP, responsável nacional pela Frente de Massas Camponesas do MIR, dirigente da COB na clandestinidade.

- **Arcil Menacho**: ex-cadete do Colégio Militar do Exército, deputado eleito do Departamento de Pando pela UDP, responsável político da Direção Regional do MIR e da UDP em Pando.

- **Ricardo Navarro Mogro**: fundador do MIR, responsável pela Frente Universitária.

- **José Luis Suárez**: sociólogo, catedrático universitário, professor da Academia Nacional de Polícia e de vários institutos militares.

- **Jorge Valdivieso**: deputado eleito em Oruro pela UDP, responsável político do MIR nessa região.

- **Gonzalo Barrón**: arquiteto, responsável nacional pela Frente de Massas Universitárias do MIR.

Na mesma operação em que caíram esses importantes quadros políticos da Direção Nacional do MIR, foram gravemente feridos mais três dirigentes:

- **Gloria Ardaya**: ex-diretora da Faculdade de Sociologia da Universidade Maior de San Andrés, deputada da UDP eleita por La Paz, dirigente da Federação de Mulheres da Bolívia e da Frente de Mulheres do MIR.

- **Walter Delgadillo**: engenheiro, dirigente fabril, membro da Central Operária Departamental de La Paz.

- **Pablo Copa Soraide**: dirigente sindical do Conselho Central Sul do distrito Mineiro de Quechisla (Departamento de Potosí), responsável político do MIR nos distritos mineiros do sul.

ARGENTINA

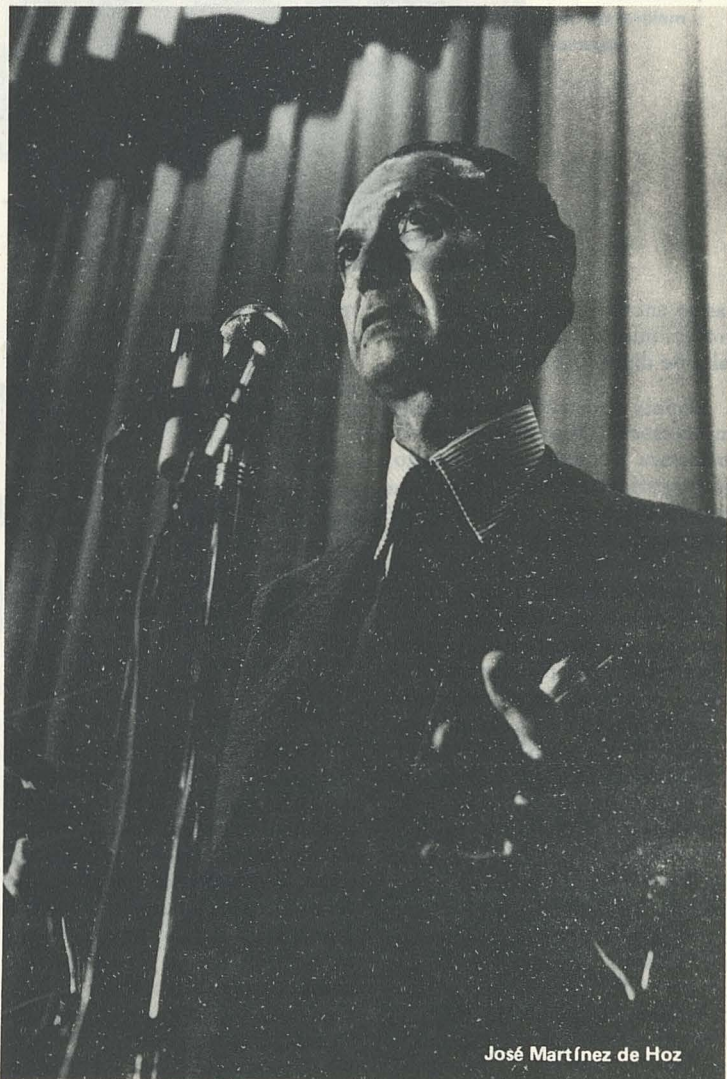
O desastre econômico

Depois de Videla, Viola assume o poder sob o impacto da desnacionalização provocada pela nefasta política de Martínez de Hoz

O governo militar do general Jorge Rafael Videla, que no dia 29 de março entregou a presidência ao seu sucessor, o general Roberto Viola, deixou o país submerso numa gravíssima crise econômica.

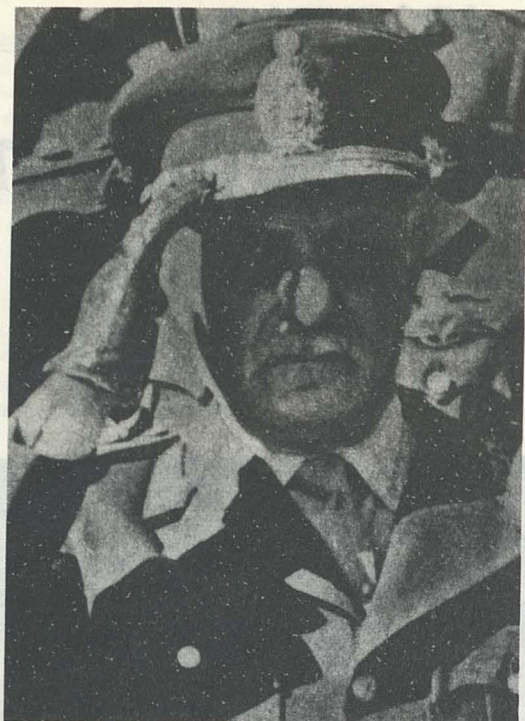
Videla tomou violentamente o poder em 26 de março de 1976 e colocou à frente do Ministério da Economia José Martínez de Hoz, um homem de negócios estreitamente ligado a empresas norte-americanas. Martínez de Hoz reuniu sob sua direção todos os setores do aparelho econômico estatal. Por isso e pelo respaldo sem reservas que lhe concedeu o governo militar durante seus cinco anos de gestão, ele ficou sendo conhecido como o "superministro" da ditadura militar.

Martínez de Hoz, não só determinou a linha econômica, como por meio dela condicionou a política governamental. Ao assumir o Ministério, esse multimilionário, cujo maior hobby são longos safaris de luxo na África, fez uma severa crítica à orientação econômica dos governos anteriores. Afirmou que as causas das dificuldades argenti-



José Martínez de Hoz

Viola assume um governo fracassado economicamente: tudo indica que o novo presidente terá que enfrentar problemas muito maiores do que esperava



AMÉRICA LATINA

nas se encontravam num custoso protecionismo industrial e na falta de disciplina trabalhista.

Depois de haver acusado seus antecessores, Martínez de Hoz prometeu à nação e ao mundo que erradicaria essas causas e impulsionaria o país em direção ao progresso.

Martínez de Hoz teve em suas mãos todos os elementos para executar seu programa. A disciplina trabalhista foi imposta por uma repressão extremamente violenta em todos os campos: no sindical, por exemplo, significou a eliminação física dos sindicalistas mais combativos e a negação dos direitos trabalhistas, inclusive a proibição de greves. Apesar de, neste período, a classe trabalhadora ter sofrido muito pela drástica queda de seu salário real, a repressão impediu-lhe de expressar suas reivindicações. Mais disciplina, impossível. Não só dispunha de todos os instrumentos para a condução da econo-

mia interna, como do apoio dos meios financeiros internacionais. E isso era natural: Martínez de Hoz se comprometeu a encaixar a Argentina no esquema proposto pela Comissão Trilateral, segundo o qual esse país deve se concentrar na produção de alimentos e ceder suas aspirações industriais em favor do Brasil.

O balanço dessa gestão é penoso, a inflação continuou galopando e a nova equipe econômica espera situá-la entre 60 e 80% ao ano.

A fim de competir com a indústria nacional o empresário-ministro manteve o peso (moeda nacional) em cerca de 50% acima de seu valor real em relação ao dólar. Propunha-se com tal medida e com a redução das tarifas alfandegárias tornar mais baratas as importações e assim fazê-las competitivas com a indústria nacional, de modo que só permanecessem de pé as empresas eficientes. O resultado foi a falência de

numerosas fábricas e uma notável queda da produção industrial. Configurou-se assim um quadro econômico considerado o mais grave pelos *experts*: estancamento mais inflação (*stagflation*).

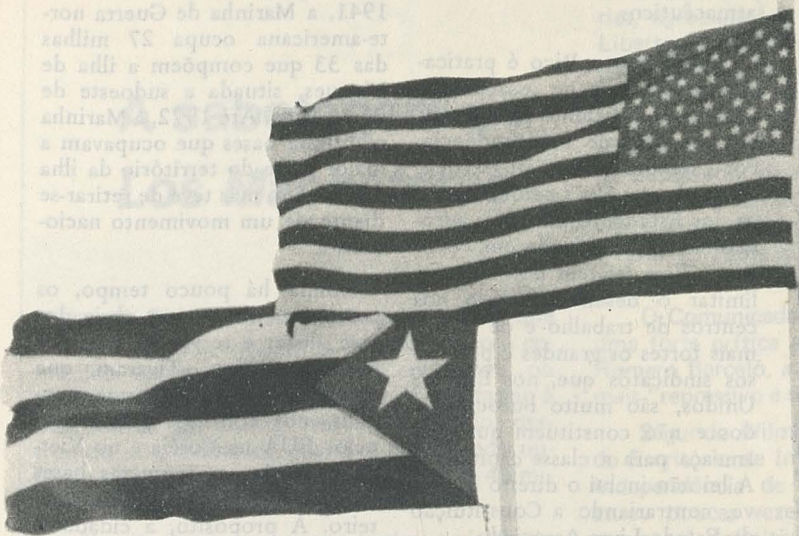
Esta retração da economia argentina e sua subordinação ao esquema trilateral foram consagrados em importantes acordos com o Brasil, pelos quais esse país se converteu em fornecedor de manufaturas à Argentina e esta em celeiro de seu gigantesco vizinho.

Deu-se assim a paradoxal situação de que um governo militar sacrificava as aspirações dos setores nacionalistas (inclusive dos numerosos militares nacionalistas) de converter a nação em uma potência industrial capaz de competir nesse nível com o Brasil.

Essa orientação levantou inúmeras críticas, não só dos reprimidos e ilegalizados círculos progressistas, como também dos interesses econômicos tradicionais. Porém, o auge da crise se deu durante 1980. Nos últimos dias do governo passado, o setor financeiro, que havia sido o único privilegiado por essa política, realizando fabulosos ganhos, também entrou em colapso. Alguns dos mais importantes bancos e grupos financeiros do país quebraram nos últimos meses, pois o Estado não pôde respaldá-los mediante os créditos que necessitavam para manter-se de pé. O último dos colossos que faliu, a 5 de fevereiro, foi o *Sasetru*, estimado como o maior consórcio nacional. A falência do *Sasetru*, que deixou dívidas de mais de um bilhão de dólares, traz consigo a ameaça de falência de uma dezena de companhias financeiras vinculadas ao consórcio.

Martínez de Hoz, fracassado em todas as frentes, deixa o país em uma situação crítica e com a única certeza de que sua política econômica foi a mais cara falácia que a Argentina conheceu. □

PORTO RICO



Uma colônia norte-americana no Caribe

*Dominado pelos Estados Unidos desde 1898,
o país é econômica e
culturalmente oprimido*

Renato Petri

Porto Rico é a mais oriental das grandes ilhas das Antilhas, desempenhando, em consequência de sua posição estratégica, um papel decisivo na repressão organizada pelos Estados Unidos contra os movimentos populares em toda a região do Caribe. Mais de três milhões de habitantes vivem no seu território e outros dois milhões em solo norte-americano. A ilha tem 60 quilômetros de largura e 160 de extensão, compreendendo mais duas ilhas constituídas

em municipalidades: as ilhas de Vieques e Culebra, hoje colônia direta do governo de Washington.

Os Estados Unidos detêm o poder político em Porto Rico desde 1898, quando suas tropas tomaram a ilha dos espanhóis. Em 1947, o governo colonial designou um porto-riquenho para governar o país, criou uma Câmara e um Senado eleitos pelo voto direto e os partidos foram autorizados a se constituírem. Desde então, são três as tendências políticas: a primeira, mascara o colonialismo com uma espécie de autonomia; a segunda, defende a anexação do país aos EUA para transformá-lo no seu 51º Estado; e a terceira aspira conquistar a independência nacional.

Em 1952, foi criado o chamado "Estado Livre Associado", que é, na verdade, um disfarce do sistema colonial, ainda em vigor. Os porto-riquenhos podem eleger o governador e os prefeitos em 78 municípios e deputados e um senador para o Congresso dos Estados Unidos, onde não tem direito a voto. Além disso, nenhum desses funcionários pode desobedecer à legislação nem às disposições do Congresso ou da Casa Branca. Em síntese, o governo colonial é eleito mas não tem poder.

Um país de assalariados

Em Porto Rico não existe burguesia nacional propriamente dita como nos demais países capitalistas. A burguesia e os pequenos proprietários crioulos, enquanto classe, foram dizimados à medida que as grandes corporações norte-americanas eram introduzidas na ilha, privilegiando a produção têxtil, supermercados e lojas. Nos anos 60, vários fatores contribuíram para acabar com a indústria leve, gerando o aparecimento da indústria pesada e de base, quase sempre po-

luidoras: petroquímicas, refinarias de petróleo e laboratórios farmacêuticos.

Assim, Porto Rico é praticamente um país de assalariados sem poder suficiente para dirigir um processo de independência. Por exemplo: a lei Taft-Hartley, aprovada em 1947 pelo Congresso dos Estados Unidos, foi automaticamente aplicada em Porto Rico. Essa lei tem por objetivo limitar o desenvolvimento nos centros de trabalho e de tornar mais fortes os grandes e poderosos sindicatos que, nos Estados Unidos, são muito burocratizados e não constituem qualquer ameaça para a classe capitalista. A lei não inclui o direito de greve, contrariando a Constituição do Estado Livre Associado.

O FBI e a CIA operam livremente na Ilha

Apesar das múltiplas formas postas em prática pelo imperialismo norte-americano para esfacelar a cultura e o povo porto-riquenho, é no domínio da música, das artes plásticas e da literatura que o caráter antilhano e caribenho ainda se identifica. Também as lutas dos estudantes em defesa do idioma, da preservação da cultura e da história nacionais são pontos positivos.

A Guarda Nacional e o Exército dos Estados Unidos que se encontram em Porto Rico são compostos de porto-riquenhos. O FBI e a CIA operam livremente na ilha e asseguram a subordinação da polícia colonial (Guarda Nacional). O Exército norte-americano possui uma base na cidade de Ceiba, no leste da ilha, onde está estocado material explosivo nuclear. Também a Guar-

da Nacional tem bases em diferentes pontos da ilha. Desde 1941, a Marinha de Guerra norte-americana ocupa 27 milhas das 33 que compõem a ilha de Vieques, situada a sudoeste de Porto Rico. Até 1972, a Marinha mantinha bases que ocupavam a maior parte do território da ilha de Culebra, mas teve de retirar-se diante de um movimento nacionalista.

Ainda há pouco tempo, os porto-riquenhos eram obrigados a se alistar e servir no Exército norte-americano. Tiveram que combater nas duas guerras mundiais, nos conflitos provocados pelos EUA na Coreia e no Vietnã e servir nas inúmeras bases ianques instaladas no mundo inteiro. A propósito, a cidadania norte-americana foi dada aos porto-riquenhos exatamente em 1917, para que pudessem ser convocados para a Primeira Guerra Mundial. No entanto, em fins da década de 60, o povo, estimulado por um movimento patriótico, conseguiu a revogação da lei do serviço militar obrigatório em Porto Rico.

O governo norte-americano detém na ilha um grande número de agências repressivas. Porto Rico foi utilizado como base de treinamento dos grupos contrarrevolucionários da América Latina. Em 1971, por exemplo, um dos grupos reacionários que participaram da frustrada tentativa da Praia Girón, contra a revolução cubana, partiu de Porto Rico.

Nas últimas eleições realizadas no país concorreram Carlos Romero Barceló, que já era o governador; Rafael Hernández Colón, que já tinha sido governador; Ruben Berrios, presidente do Partido Independentista cuja proposta é a independência do país, sem mudanças estruturais; e Luis Lausell Hernández, do Partido Socialista. Ganhou Romero Barceló.

A sabotagem de Los Macheteros

□ O Exército Popular Boricua, grupo que luta pela autonomia de Porto Rico e conhecido como *Los Macheteros*, comandou, no dia 12 de janeiro passado, um ato de sabotagem à Base Aérea de Muniz, naquele território, destruindo oito aviões de guerra e danificando outros dois, o que ocasionou um prejuízo de 45 milhões de dólares aos Estados Unidos.

No dia seguinte, o grupo burlou a vigilância policial em torno dos meios de comunicação — o FBI distribuiu seus homens pelas proximidades das agências de notícias, na intenção de capturar qualquer suspeito — e entregou aos jornais um comunicado que explica as razões do atentado.

O comunicado dos *Macheteros* afirma que o objetivo principal da operação está na "necessidade de nosso povo continuar lutando contra o jugo colonial norte-americano". "Responde, além disso — continua a declaração — à nossa solidariedade revolucionária com o povo irmão



A repressão contra a autonomia do país

de El Salvador e suas organizações revolucionárias, agrupadas na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, que lutam até a morte contra o regime que os oprime e os assassina e contra aqueles que pretendem mobilizar forças armadas a partir do nosso país". Recentemente, fontes vinculadas ao movimento revolucionário de El Salvador denunciaram que os Estados Unidos estavam considerando a possibilidade de enviar guardas nacionais porto-riquenhos para lutar a favor da Junta que governa o país, como parte de uma força militar conjunta.

O Comunicado dos *Macheteros* lançou ainda uma forte crítica ao governador da ilha, Carlos Romero Barceló, a quem acusam de ser cada vez mais "repressivo e ditatorial".

Segundo Wilma Reveron, diretora executiva do Escritório de Informação Internacional para a Independência de Porto Rico, "esse grupo só atuou poucas vezes, mas um ataque como esse provocará definitivamente uma maior discussão no país sobre o futuro destino do território". "Há dez anos — afirmou Wilma — um atentado semelhante seria pienamente repudiado, mas agora as coisas estão mudando e, provavelmente, as pessoas passam a pensar mais sobre o significado de uma ação desse tipo".

Na opinião de Wilma, o Movimento para a Independência de Porto Rico está crescendo, "apesar disso não se refletir necessariamente nas eleições". O Escritório de Informação Internacional para a Independência de Porto Rico, que representa uma coalizão de grupos, estima que aproximadamente 250 mil pessoas estão a favor da autonomia do país.

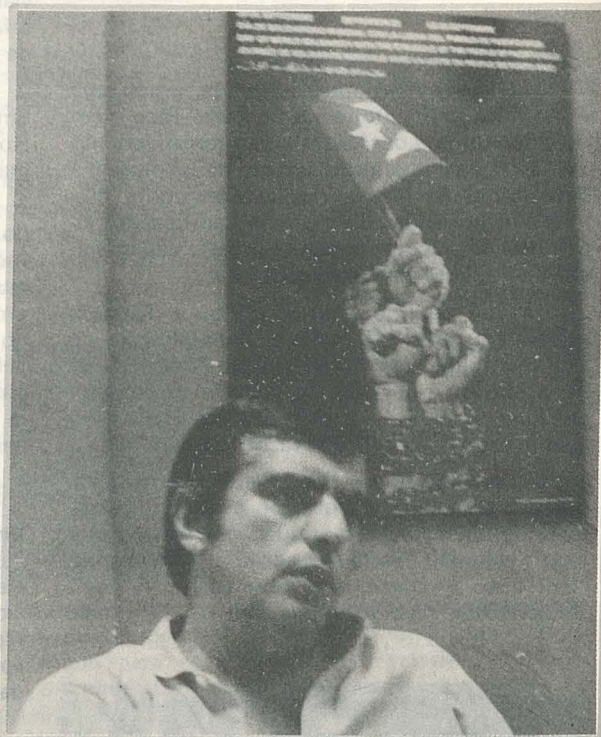
No ano passado, a Comissão Especial da ONU para a Descolonização aprovou, por 12 a zero e 15 abstenções, uma resolução que reafirma o direito do povo de Porto Rico à autodeterminação e à independência. A Comissão exigiu ao governo dos Estados Unidos medidas necessárias para transferir plenos poderes aos porto-riquenhos para que se autogovernassem.

Em consequência da sabotagem, uma equipe do Pentágono foi deslocada para a ilha, a fim de avaliar a situação. Entre os integrantes da equipe estão representantes da força aérea e do escritório da Guarda Nacional dos Estados Unidos. Segundo um porta-voz da Guarda Nacional, os funcionários do Pentágono não realizaram "investigações", preparando sobre o fato somente um informe para seus superiores em Washington.

PORTO RICO

Em busca do apoio internacional

O presidente do Partido Socialista Porto-Riquenho afirma que a solidariedade dos movimentos progressistas do exterior é fundamental para a sobrevivência de seu país



Carlos Gallisá

Porto Rico, reconhece Carlos Gallisá, presidente do Partido Socialista Porto-Riquenho, está bloqueado por um dos mais refinados sistemas de dominação colonial. Um sistema corruptor e brutal que tem cerceado ao longo dos anos qualquer veicidade libertária dos seus setores mais progressistas. Por isso, é-lhe fundamental o apoio externo e todo tipo de solidariedade internacional.

Carlos Gallisá, em entrevista concedida com exclusividade a **cadernos do terceiro mundo**, deixou claro que a consciência internacional em relação aos problemas de Porto Rico é fundamental para a sobrevivência de seu país. Só assim, ele entende, com base em um amplo

programa de denúncias contra a dominação norte-americana, será possível impedir que Porto Rico seja definitivamente anexado pelos Estados Unidos.

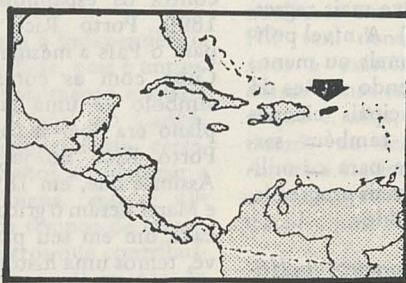
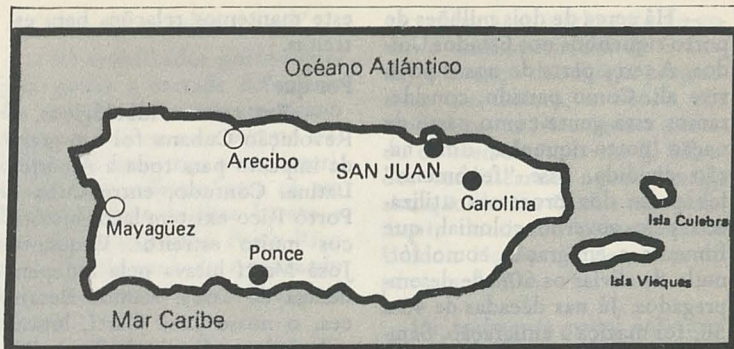
O povo, naturalmente resistente à dependência, está totalmente entorpecido e aniquilado pela propaganda de Washington, da qual fazem parte, periodicamente, derrames demagógicos de dólares destinados a mascarar uma situação social precária. O apoio dado nas urnas às duas legendas que representam interesses norte-americanos em Porto Rico comprova o apelo de Gallisá aos movimentos progressistas do exterior, mostrando, ao mesmo tempo, o nível de desinformação popular a respeito de seu próprio país.

O que significa para o PSP participar das eleições?

— Os socialistas participam das eleições de Porto Rico cientes da natureza colonial dessas eleições. Em Porto Rico, são eleitos um governador, alguns deputados e vários prefeitos, mas, na verdade, eles não passam de oficiais designados para administrar o pequeno poder concedido pelas autoridades norte-americanas. O verdadeiro governante de Porto Rico é o Congresso dos Estados Unidos e o seu Presidente. Entre outras coisas, isto quer dizer que o legislativo de Porto Rico não pode legislar em nenhuma das áreas controladas pelas leis norte-americanas. São muitos os exemplos: leis de emigração, transportes aéreos e marítimos, sistema monetário, relações de trabalho etc, além das diversas áreas onde o modo de governar norte-americano é francamente imitado.

Então o PSP participa só para constar?

— Absolutamente. O PSP participa das eleições impugnando o processo eleitoral, denunciando que as eleições são coloniais e que não vão resolver os problemas do povo porto-riquenho. No entanto, utiliza o processo eleitoral como veículo de organização e esta é a principal forma de luta do nosso povo. Aqui votam 85% dos eleitores inscritos de um eleitorado ativo de dois milhões, numa população de quase quatro milhões de habitantes. Nas eleições passadas, em 1976, votaram cerca de um milhão e meio de pessoas. Assim, participando das eleições, o partido se insere no debate político do país, introduz sua ideologia, projeta seus dirigentes e propõe o socialismo como a verdadeira alternativa para o povo de Porto Rico. E, além de favorecer uma comunicação mais estreita com as massas, essa prática acaba protegendo o partido contra a re-



pressão, pois o poder colonial o reconhece como partido legal.

Os americanos colocariam obstáculos em caso de uma vitória socialista?

— Isso eles fazem há 82 anos. Os Estados Unidos sempre utilizaram todas as formas de obstáculos e imposições ao povo porto-riquenho, para que ele não exerça sua livre determinação. Toda a sua política tem o objetivo de dividi-lo, para que seja difícil a esse povo alcançar um consenso sobre uma fórmula de pacto político, especialmente sobre a independência. A presença dos norte-americanos vem desde 1898, quando invadiram o país. Foi dirigida conscientemente para destruir a personalidade de Porto Rico como país do Caribe e da América Latina, para aniquilar as bases culturais de nosso povo. Temos sofrido muito nesses anos todos. Por exemplo, até 1958, era obrigação dos estudantes porto-riquenhos das escolas públicas cantar o hino nacional

norte-americano e aprender todas as matérias em inglês. Uma tremenda agressão cultural. Através do rádio, da imprensa e da televisão — que são controlados por Washington — a propaganda norte-americana introduz o seu modo de vida, as suas aspirações e, principalmente, sua hegemonia ideológica, fazendo com que os porto-riquenhos olhem exclusivamente para os Estados Unidos, separadamente do resto do mundo. E, claro, quando as vanguardas do povo atacam o imperialismo, a CIA revela a sua presença, sem contar as bases militares e uma Guarda Nacional. Aliás, em 1950, quando houve o levante pela independência, a luta foi travada entre irmãos porto-riquenhos. Portanto, o poder colonial tem os seus mecanismos repressivos para serem utilizados quando bem entender.

Emigração maciça

Dentro dos EUA, qual a penetração do Partido junto à colônia porto-riquenha?

— Há cerca de dois milhões de porto-riquenhos nos Estados Unidos. A terça parte do nosso povo vive ali. Como partido, consideramos essa gente como parte da nação porto-riquenha, uma nação dividida. Esse “fenômeno” faz parte dos processos utilizados pelo governo colonial, que fomenta a emigração como fórmula de aliviar os 60% de desempregados. Já nas décadas de 40 a 50, foi maciça a emigração. Sempre com um desejo de breve regresso, isto é, resolver seus problemas econômicos e voltar (nos últimos anos, houve mais regressos do que saídas). A nível político, o PSP está mais ou menos organizado, mantendo seções do partido nas principais cidades norte-americanas, também servindo como ponte para os militantes dos setores mais progressistas dos Estados Unidos.

Há ainda prisioneiros políticos porto-riquenhos?

— Recentemente, há cerca de um ano, os EUA libertaram alguns dos presos políticos mais antigos do hemisfério: quatro nacionalistas que atacaram o Congresso em 1954. Ainda se encontram presos onze homens da Frente Armada de Libertação Nacional (Faln): dois deles condenados à prisão perpétua e os outros com condenações que variam de 15 a 25 anos, por desenvolverem atividades dentro dos Estados Unidos a favor da independência. Embora sejam prisioneiros políticos, eles são acusados de “criminosos de guerra”.

Qual a posição do partido em relação à Urss?

— Em relação à política internacional, o PSP tem mantido ao longo dos anos uma linha independente. Vemos a União Soviética como um governo, um povo e um partido fraterno. Todavia, não temos relações bilaterais com a Urss a nível de partido, o que não acontece com o Partido Comunista Cubano, pois com

este mantemos relações bem estreitas.

Por que?

— Em termos ideológicos, a Revolução Cubana foi um grande impacto para toda a América Latina. Contudo, entre Cuba e Porto Rico existem laços históricos muito estreitos. Enquanto José Martí lutava pela independência de Cuba, Ramón Betances, o nosso José Martí, lutava pela independência de Porto Rico. E foram muitos os porto-riquenhos que lutaram em Cuba contra os espanhóis. Aliás, em 1895, Porto Rico estabeleceu para o País a mesma bandeira de Cuba com as cores invertidas, símbolo de uma luta única. O plano era libertar Cuba e depois Porto Rico do jugo espanhol. Assim é que, em 1898, Betances e Martí deram o grito de rebelião, cada um em seu país. Como se vê, temos uma história muito parecida, uma luta contra o mesmo inimigo. Por sinal, gostaria de citar um verso escrito em 1887, pela poetisa porto-riquenha Lola Rodríguez de Tío:

*Cuba e Porto Rico são
de um pássaro as duas asas,
recebem flores e balas,
sobre um mesmo coração.*

Enfim, existe entre os nossos povos uma solidariedade histórica. E, hoje, uma solidariedade que devem ter todos os socialistas, pois a luta é contra o imperialismo e contra todas as formas de colonialismo.

“Estatização”

Qual a representatividade do partido no atual governo?

— Nenhuma. Houve aqui um movimento anexionista que acabou convertendo Porto Rico num Estado associado à confederação norte-americana. O partido que está no poder — o Partido Novo Progressista (PNP) — quer a “estatização” para Porto Rico, isto é, quer deixar de ser associado para ser mais uma estrelinha na bandeira norte-americana. E

essa foi a sua principal plataforma da última campanha eleitoral: um voto para eles era um voto para a “estatização”. Mas os socialistas sabem que esse é um sentimento minoritário.

Quais as tendências políticas em Porto Rico?

— Porto Rico se divide em três tendências: a da “estatização”, que é anexionista; a que luta pela independência, que inclui o PSP e o PIP (Partido Independentista Porto-Riquenho), de caráter social-democrata, isto é, que aspira a independência nacional sem, contudo, questionar a ordem social; e uma outra intermediária (o PDP, Partido Democrático Popular), que se define como autonomista, ou *estadolibrista* (do estado livre associado), e que postula uma divisão de poder (meio a meio). No entanto, ainda que se diga autonomista, *estadolibrista* ou livre-associado, a verdade é que não passa de um partido colonial. Já a tendência anexionista está composta pelos setores mais reacionários da direita do país, com o seu governo de tendência colonial, refletindo os mais variados sintomas fascistas. São os empregados dos norte-americanos, são os setores mais colonizados que querem a anexação, que querem a consolidação do poder colonial, que querem a destruição da nação porto-riquenha.

E conseguirão?

— Não, porque ao longo dos anos os imperialistas conheceram melhor os povos caribenho e latino-americano e sabem que não poderão destruir suas raízes culturais. E essa força foi tanta que pôde combater toda a agressão cultural e a despersonalização de nossas raízes feita através da dependência econômica. Anualmente, os Estados Unidos derramam em Porto Rico três bilhões e oitocentos milhões de dólares. A quarta parte desse dinheiro é destinada aos talões, com os

quais 60% das famílias porto-riquenhas compram alimentos.

E, claro, como grande potência capitalista, enviam esse dinheiro não só para impor a dependência e o controle, mas para que suas empresas possam lucrar milhões de dólares. Os seus lucros são maiores do que os subsídios. Esses subsídios são pagos pelos trabalhadores. Aliás, eles nunca fazem maus negócios... Isso sem contar as bases militares que ocupam 10% das nossas terras cultiváveis sem pagar nada, pois eles têm o poder de expropriar terras para uso militar sem indenização alguma. Além disso, Porto Rico é o seu quinto mercado do mundo, já que produzimos aquilo que não consumimos e consumimos aquilo que não produzimos. Temos que comprar deles a preços monopolísticos. Se compararmos os preços de Porto Rico com os de Nova Iorque ou Washington, teremos um índice de preços muito mais alto, pois a nossa inflação é bem maior do que a dos EUA.

Como são os salários aqui?

— O trabalhador porto-riquenho ganha a metade do salário do trabalhador norte-americano na mesma firma e no mesmo trabalho. As indústrias norte-americanas se transferem para cá em busca de mão-de-obra barata e isenção de impostos. Porto Rico é esse oásis sonhado e realizado sob a bandeira e o grande capital ianque.

A independência de Porto Rico afetaria a situação da República Dominicana e do Haiti, que são vizinhos?

— Creio que a independência é uma necessidade, pois é impossível o desenvolvimento enquanto colônia. E nós, no Caribe, como país independente, certamente ajudaremos a fortalecer a unidade antilhana, que é um ideal desde os tempos de Martí, Betances e outros que contribuíram para o desenvolvimento da área.

Até agora, o controle exercido pelos EUA no Caribe tem sido férreo. O triunfo da Revolu-

ção cubana, o surgimento do governo antiimperialista de Granada, o avanço das forças progressistas na Guiana, a vitória dos sandinistas na Nicarágua e o estado de efervescência em El Salvador modificaram aquela antiga situação de um Caribe tranquilamente dominado pelos Estados Unidos. Houve um despertar do povo caribenho.

Há realmente armas atômicas guardadas em Porto Rico?

— Segundo o governo norte-americano não existem armas nucleares em Porto Rico. Mas o PSP tem denunciado há vários anos a existência de estoques dessas armas em nosso território, o que é, aliás, uma violação do tratado de desnuclearização da América Latina. É bom lembrar que Porto Rico não assinou esse tratado, pois foi excluído.

Como tem sido o apoio dos setores progressistas latino-americanos à causa de Porto Rico?

— O regime colonial de Porto Rico é um problema de toda a América Latina. Em 1965, quando da invasão da República Dominicana, daqui saíram as tropas norte-americanas. Daqui saíram muitas outras contribuições para agredir diversos povos do continente. Nos últimos anos, vários países da América Latina expressaram uma preocupação maior em relação a Porto Rico. Na conferência de solidariedade à independência de Porto Rico, realizada no México, a Bolívia e a Colômbia manifestaram-se a nosso favor.

Quando o presidente Ford, em seus últimos dias de mandato, enviou ao Congresso um projeto de "estatização" para Porto Rico, o governo da Venezuela condenou o projeto como uma nova agressão à América Latina. México e Nicarágua apoiaram a Venezuela nesse episódio. Há, portanto, um sentimento latino-americano muito forte e expressivo, a favor da nossa independência. □



Manifestação pela independência em Nova Iorque

PANAMÁ

O ensaio geral

Os Estados Unidos desrespeitam os tratados Torrijos-Carter, fazem grandes manobras militares de intimidação e testam suas forças para uma possível intervenção na América Central

Rafael Cribari

No período de 18 a 25 de fevereiro passado, a administração de Ronald Reagan, através do Comando Sul do exército dos Estados Unidos, acantonado no Canal do Panamá, efetuou as manobras denominadas *Black Hawk IV* (Falcão Negro IV), como um suposto exercício de defesa e proteção das instalações do próprio Canal.

A realização das manobras, de forma unilateral e sem o consentimento do governo da República do Panamá, motivou não apenas a não-participação da Guarda Nacional desse país do istmo centro-americano, como também um vigoroso protesto do poder executivo e da instituição armada panamenhos. O governo e o exército do Panamá consideraram as manobras como uma nova violação aos tratados Torrijos-Carter, subscritos por ambos os países em setembro de 1977 e postos em vigência a partir de 1º de outubro de 1979.

O repúdio do presidente Aristides Royo e do general-de-brigada Omar Torrijos Herrera, Comandante-em-Chefe da Guarda Nacional, às manobras "Falcão Negro IV", reafirmou uma vez mais o direito soberano do povo

panamenho à sua independência e ao mesmo tempo tirou do exército dos Estados Unidos a possibilidade de encobrir — com a participação do Panamá — o caráter intervencionista e provocativo desses exercícios militares.

"Nem um só centímetro do território panamenho revertido a nosso país será utilizado nessas manobras", expressou o membro do Estado Maior da Guarda Nacional do Panamá, tenente-coronel Armando Contreras, que, por sua vez, é copresidente da Junta combinada das forças armadas do Panamá e dos Estados Unidos para a defesa do Canal, segundo o acordo no tratado Torrijos-Carter.

Arrogância e pressão dos EUA

O Tratado — que entrou em vigor em outubro de 1979 —, que regula a proteção e a defesa da área do Canal, estabelece que as operações militares devem ser coordenadas pela Junta combinada dos países signatários e não exatamente como ocorreu nesta oportunidade, quando um dos assinantes do acordo (Estados Unidos), de forma unilateral, levou avante as manobras.

Nos dias anteriores ao início dos exercícios militares, soube-se através das declarações do escritor e novelista colombiano Gabriel García Marquez, que o secretário de Estado dos Estados Unidos, o militar-diplomata general Alexander Haig, tinha enviado uma "nota verbal" às autoridades panamenhas no sentido de que "o Panamá minimize as relações com Cuba".

Na mesma nota, Haig lamentava-se de que "o Panamá esteja contribuindo para romper o bloqueio a Cuba imposto pelos Estados Unidos, há mais de 20 anos". O secretário de Estado Haig indicava ainda a sua preocupação "pela crescente presença do pessoal da Embaixada cubana no Panamá e a influência que esses funcionários exercem sobre o governo panamenho", segundo revelou o novelista colombiano.

A atitude de "procônsul" assumida por Haig foi rechaçada pelo general Omar Torrijos que disse: "Dou a mensagem por não-recebida, por ter-se equivocado de destinatário. Devia ter sido enviada a Porto Rico", em clara alusão ao fato de que o Panamá decide por si mesmo suas políticas interna e internacional.



Apesar da pressão exercida, o Panamá repudiou as manobras militares dos EUA

O presidente Aristides Royo, respondeu à chamada “nota verbal” do general Haig, lembrando a Washington que muito lhe preocupa “a execução dos tratados Torrijos-Carter sobre o canal interoceânico, porque os Estados Unidos não lhes estão dando estrito cumprimento”. Royo também asseverou que o Panamá não concorda com o bloqueio a uma nação irmã “só por ter um sistema diferente do nosso”, segundo informou Gabriel García Marquez.

A intenção de Haig de intimidar e frear as relações normais entre Panamá e Cuba e a criação de uma clara pressão, anterior ao início das manobras militares “Falcão Negro IV”, encontraram a firme e decidida resposta panamenha. As autoridades desse país, respaldadas por diversos pronunciamentos de organizações populares e cívicas, rejeitaram as declarações do Secretário de Estado e as manobras, como tentativas intervencionistas dos Estados Unidos nos assuntos internos do Panamá.

Pelo seu caráter e sua magnitude, as manobras militares ultrapassam, a olhos vistos, um simples exercício de defesa e proteção das instalações do Canal do Panamá. Visam claramente uma coordenação dos efetivos militares norte-americanos acantonados nas 14 bases militares no Canal, aos quais somaram-se forças do próprio território norte-americano e das bases localizadas na ilha de Porto Rico.

Simultaneamente às manobras “Falcão Negro IV”, realizou-se a maior concentração de navios de guerra norte-americanos, como nunca se viu no Caribe: 41 navios (entre os quais o porta-aviões “América” de 80 mil toneladas) participaram do exercício aeronaval *Readex 1-81*, nas imediações da ilha de Porto Rico.

Segundo fontes militares dos Estados Unidos, o exercício *Readex 1-81* teve como objetivo pôr à prova a defesa norte-americana na região do Caribe e foi mera “coincidência” que se realizasse simultaneamente às manobras

“Falcão Negro IV” e num momento em que o Departamento de Estado norte-americano faz fortes pressões sobre a região do Caribe e da América Central.

Participaram das manobras no Panamá (entre militares e auxiliares) mais de 7 mil efetivos das três armas das Forças Armadas dos Estados Unidos. O Pentágono mobilizou efetivos da força aérea do grupo tático de guerra 156; da Guarda Nacional com sede em Porto Rico — partindo daí oito aviões do tipo A7-DS; procedentes do Arkansas; foram mobilizados 12 aviões tipo *Phantom* F-4, do grupo 188; e do comando aéreo com base no Canal do Panamá, seguiram aviões C-130, C-5 e do tipo C-141.

A chamada “cavalaria aérea” esteve presente com helicópteros *UH-Huey* e *CH-47* e *OOH-58 Kiowa* procedentes da brigada de combate 210, calculando-se um total de 80 a 100 helicópteros utilizados.

Em relação à mobilização por mar, estiveram presentes dois navios da frota atlântica, o

AMÉRICA LATINA US Thomas C. Hart (FF1092) de operações na base de Guantánamo (Cuba) e o US Boulder (LST 1190). Ambos chegaram aos portos do Atlântico e à base de Rodman no oceano Pacífico. As operações marítimas incluíram efetivos procedentes de Nova Orleans, "Companhia 22" da Carolina do Norte, a sexta companhia e a segunda divisão da infantaria da marinha com sede na base *Le Jeune*.

Equipamento militar ofensivo

A inclusão de equipamento blindado não-permanente, em particular tanques e "tanquetes" leves (calculam-se entre 300 e 400 unidades utilizadas) indicam o volume das forças mobilizadas. Objetivo: uma suposta "defesa e proteção do Canal do Panamá", como explicou o Chefe do Comando Sul do exército dos Estados Unidos, tenente-general Wallace Nutting, com base na área do Canal.

Por sua vez, o governador de Porto Rico, Carlos Romero Barceló, foi convidado pelo Comando Sul dos Estados Unidos a presenciar as manobras "Falcão Negro IV" ao lado do Chefe da Guarda Nacional porto-riquenha.

A concentração de forças e o equipamento militar de caráter ofensivo utilizado nas manobras demonstram que o objetivo do Departamento de Estado vai mais além da simples defesa das instalações do Canal do Panamá, visando a convulsionada situação centro-americana, em particular uma intervenção na República de El Salvador.

A decisão do Panamá de não participar dessa operação norte-americana deixa mais uma vez a descoberto o sentido provocativo e belicista dos Estados Unidos que, ao levarem avante as manobras de forma unilateral, demonstraram o caráter e as conotações internacionais das mesmas.

Nos últimos meses, as bases militares norte-americanas em território panamenho converteram-se mais agudamente no centro da conspiração e da agressão aos povos latino-americanos. *Quarry Heigh*, localizado no centro do monte Ancón, símbolo da dignidade e da soberania panamenha, é o local de onde os efetivos norte-americanos (com participação de unidades especializadas de outros países) coordenam e impulsionam os planos desestabilizadores e de agressão aos governos democráticos da América Latina. Nesse local, o adestramento de soldados e oficiais na prática das torturas, da contra-insurreição e inteligência militar, fazem parte do programa.

Apesar da tentativa de justificar as manobras "Falcão Negro IV" como parte dos tratados Torrijos-Carter, ficou claro para os panamenhos e para o mundo que se trata de uma nova violação aos tratados de 1977. Também ficaram mais claros os planos intervencionistas dos Estados Unidos para El Salvador e América Central.

Repúdio à intervenção

Desde o instante em que ficou conhecida publicamente a decisão de se colocar em marcha as manobras militares norte-americanas no Canal do Panamá, acentuou-se o já arraigado e profundo espírito antiimperialista e antiintervencionista do povo panamenho.

Às declarações do presidente Aristides Royo e do Chefe da Guarda Nacional, general Omar Torrijos, de repúdio às pressões de Alexander Haig e de não-participação nas manobras "Falcão Negro IV", juntaram-se declarações, pronunciamentos e manifestações de partidos políticos,

centrais operárias, federação de estudantes, Conselho da Paz e outras organizações cívicas, todas elas em apoio à atitude panamenha, renegando a posição norte-americana e solidarizando-se com os povos centro-americanos.

O Partido Revolucionário Democrático (PRD) qualificou as manobras como "típica operação do período do grande chicote (*big steak*)", lembrando ao general Haig que "o Panamá é livre e soberano e que as decisões em relação à política internacional panamenha são tomadas no istmo e não na Casa Branca".

O mesmo aconteceu com o Partido do Povo, que qualificou as manobras "como uma tentativa clara e visível dos Estados Unidos em levar avante uma descarada intervenção em El Salvador".

Durante toda a semana em que se desenvolveram as manobras militares, produziram-se manifestações e concentrações na frente da Embaixada dos Estados Unidos na Cidade do Panamá e nas próprias portas do quartel general do Comando Sul do exército dos Estados Unidos com base no Canal do Panamá. O povo panamenho reafirmou sua firme decisão de negar-se a ver seu território utilizado como base de agressão a outros povos irmãos. Simultaneamente, deixou clara sua intenção de fazer de seu país um campo de luta contra as intenções intervencionistas dos Estados Unidos.

"Um Canal para a Paz, não para a Guerra". Nessa frase está condensada a história e a vontade de um povo que ama a paz, que sabe das agressões e das violações sofridas constantemente e que une à sua justa aspiração de vida livre e independente a sua solidariedade com os povos irmãos do continente. □

MOÇAMBIQUE

O ataque sul-africano



Com o pretexto de eliminar bases do ANC, o regime de Pretória continua com suas agressões na África Austral

Etevaldo Hipólito

Er^{am} cerca de duas horas da manhã, quando na madrugada do dia 30 de janeiro um comando sul-africano atacou os locais de residência de refugiados membros do African National Congress (ANC), em território moçambicano. Depois de ter ultrapassado a fronteira em cerca de 100 quilômetros, os invasores desencadearam a operação na cidade-satélite da Matola, na periferia de Maputo, contra três residências situadas no bairro de Hanhene. Excetuando-se uma casa, todas as demais sofreram fogo intenso e pesado. Uma explicação corrente é a de que, no

terceiro local, os sul-africanos tinham como objetivo a captura dos seus ocupantes. O material abandonado após a luta com efetivos das Forças Populares de Libertação de Moçambique permitiu verificar que o inimigo sofreu cerca de seis baixas. Granadas, cinturões e carregadores faziam parte do equipamento encontrado e que seguramente havia sido cortado dos corpos dos comandos alvejados. A imprensa e os diplomatas acreditados no país puderam constatar no local a existência de marcas de sangue, assinalando o percurso feito pelos sul-africanos feridos até os veí-

culos que os retiraram do local. Também constataram os métodos utilizados por Pretória: algumas vítimas tiveram as suas orelhas cortadas e levadas como troféus.

Morte e terror

O material utilizado no ataque incluiu granadas, metralhadoras e bazucas. Com base nos estragos feitos, algumas agências de notícias levantaram a hipótese de que teria sido também empregado equipamento mais pesado. Logo após o tiroteio cerrado e quando alguns locais estavam já bastante destruídos, os co-

ÁFRICA

mandos continuaram a semear a morte e o terror com rajadas de metralhadoras. Segundo uma testemunha ocular, os disparos eram feitos em todas as direções, nada poupando. Antes de se retirarem, os sul-africanos minaram os três locais visados. No total, foram assassinados onze militantes do ANC, um cooperante português residente em Moçambique e seis soldados sul-africanos. Destes, um era de raça branca e trazia o rosto e as mãos pintados de negro, como disfarce.

A versão distorcida dos sul-africanos

Em Pretória, ao confirmar a agressão, o general Constant Viljoen, chefe da força de defesa da República Sul-Africana decla-

rou que a operação fora realizada contra "três bases" do ANC. O militar insistiu na versão de que esses locais estariam servindo de centro de planejamento para incursões contra o regime do *apartheid*. Entre as ações "executadas segundo planos traçados nesses locais", foram apontados supostos assaltos a bancos, ataques contra delegacias policiais e até a espetacular operação feita contra as instalações da empresa petrolífera Sasol no ano passado.

Essa versão dos acontecimentos iria, a partir desse momento, dominar os meios de informação sul-africanos e as agências de notícias dos países capitalistas. Coube ao Ministro das Relações Exteriores de Moçambique, Joa-

quim Chissano, que na ocasião se encontrava na Bélgica, desmentir a propaganda lançada pelo governo sul-africano. Em declarações prestadas à imprensa, o chefe da diplomacia moçambicana afirmou que os racistas procuram responsáveis externos para explicar a onda de rebeliões que sacodem a África do Sul. A posição de Moçambique face ao ANC — afirmou — é de apoio, mas isso não se concretiza em termos militares. Chissano, que tinha participado de uma série de discussões sobre a independência da Namíbia, denunciou também o apoio que os países capitalistas ocidentais dão ao governo racista. Muito embora seja pressionada para introduzir algumas reformas político-administrativas, a RSA dispõe de meios fornecidos por de-

A traição interna

□ O presidente Samora Machel, em comício realizado em Maputo, forneceu novos detalhes sobre os métodos e os objetivos da agressão de Pretória. Ao analisar os seus antecedentes, o Presidente afirmou que a invasão e a retirada de homens fortemente equipados só pôde ser realizada com sucesso porque contava com apoio interno. Diante de milhares de pessoas, desfilaram alguns dos principais envolvidos na colaboração com o inimigo: dois comandantes, cinco capitães e um tenente-coronel das Forças Populares de Libertação de Moçambique.

Na opinião de Samora Machel, essa ação só foi possível porque foram cometidos dois erros fundamentais: subestimou-se a África do Sul como inimigo que a qualquer momento poderia atacar Moçambique e generalizou-se equivocadamente um sentimento de segurança decorrente do término da guerra no Zimbábwe. "Permitimos que o inimigo penetrasse nas brechas e aproveitasse as fraquezas existentes", disse o Presidente. E acrescentou: "O inimigo utilizou vícios e insuficiências de alguns elementos das forças de defesa

e segurança; elementos que revelaram insuficiências ideológicas, deixaram-se ganhar pelo inimigo. Como sempre, as brechas por onde o inimigo entrou foram a ambição, a corrupção, o regionalismo, o tribalismo e o racismo. No caso da corrupção, vimos a corrupção ideológica e a corrupção material."

O Comandante e o Vice-Comandante da guarnição da Matola, respectivamente Fernando António Nhacocua e Francisco Salema Vilanculos, que entraram para as Forças Armadas em 1975, ano da independência, não permitiram que os seus subordinados oferecessem resistência aos agressores. Infiltrado no Serviço de Contra-Inteligência, estava o capitão Marcos Ndauane Kampemba, que além de proteger uma rede de marginais ligados à contra-revolução, impedia que fossem tomadas quaisquer medidas contra eles. O capitão Issaume Ussene Dady, envolvido em casos de corrupção e tráfico de divisas, ligou-se a grupos descontentes e passou a fornecer informações militares a estrangeiros. O capitão José Manuel Simango também soma, aos crimes comuns cometidos, a venda de informações a agentes secretos estrangeiros. Alguns dos ataques feitos contra depósitos de material militar dos movimentos de libertação do Zimbábwe foram realizados graças à colaboração oferecida pelo capitão Alcido Marcos Chivite. As informações entregues aos inimigos passaram a abranger listas de equipamentos militares da República Popular de Moçambi-

terminados círculos internacionais que lhe possibilitam manter um sistema já condenado à destruição. "Os países ocidentais — revelou o ministro — concordam que deve haver mudanças na África do Sul apenas porque o *apartheid* já não serve aos seus interesses. A sua preocupação central não é a libertação dos povos. Por vezes encontramos-os do mesmo lado, porém damos-nos conta de que as nossas razões não são as mesmas."

Nas Nações Unidas, a representação local de Moçambique divulgou na semana seguinte à agressão uma nota na qual se condenava com veemência o ataque e se declarava que Maputo se reservava o direito de defender a sua integridade territorial. A cir-

cular dizia ainda que a operação realizada pelo comando sul-africano constituía uma violação da carta da ONU, da Organização da Unidade Africana e das normas de relações internacionais. Por sua vez, em nome da OUA, Edem Kodjo, seu secretário-geral, enviou uma mensagem ao presidente Samora Machel na qual condena a agressão racista. Kodjo declarou que o organismo sob sua direção não só rejeitava esses atos de intimidação como reafirmava os propósitos de continuar a apoiar toda ação visando a intensificação da luta armada pela libertação dos povos oprimidos no continente africano.

Entretanto, as provocações sul-africanas continuavam. No

dia 5 de fevereiro, o governo moçambicano alertava a comunidade internacional para a gravidade da situação. Nessa mesma data, Pretória tinha enviado uma nota na qual informava que todos os cidadãos sul-africanos servindo em Moçambique estavam sendo instruídos no sentido de regressarem imediatamente "para consultas". Essa medida foi precedida de concentração de tropas junto à fronteira comum aos dois países e da violação do espaço aéreo moçambicano.

Em aparente resposta à pronta atitude assumida por Moçambique, a África do Sul informou dois dias depois às Nações Unidas que estava "firmemente decidida a agir contra o terrorismo, quer tenha origem na África do

que. As suas atividades também incluíam a sabotagem na remessa de suprimentos para as unidades da primeira linha, particularmente aquelas que estavam servindo nas fronteiras.

Informações de alto valor militar passaram a ser filtradas por colaboradores bem colocados, como o responsável pelo gabinete do chefe do Estado-Maior, capitão Constantino Adriano da Costa, que entregou informes aos serviços secretos de países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e da África do Sul. Nos contatos feitos em Maputo, ele prontificou-se a impedir que seus superiores hierárquicos recebessem regularmente mensagens e relatórios, passando a revelar aos inimigos o conteúdo dos documentos secretos aos quais tinha acesso.

O militar de mais alta patente apresentado durante o comércio foi o tenente-coronel Jossias Ressamo Dlakhama, que ocupou a chefia da direção de autoblindados. Sob sua responsabilidade foi organizada a destruição sistemática de veículos das forças populares. Essas ações tinham como objetivo sabotar a mobilidade de diferentes unidades. O inquérito realizado apurou a existência de uma verdadeira rede formada por ex-membros das antigas organizações fascistas que atuavam no país durante o período colonial. Utilizando-se da sua posição, ao mesmo tempo que tentava obter a promoção de elementos contrarrevolucionários ao oficialato, o Tenente-Coronel tentava introduzi-los nas delegações de alto nível

que partiam para o exterior e realizava também um trabalho de sabotagem da cooperação militar com os países socialistas. As investigações indicaram o envolvimento do seu grupo com a Otan e a venda de segredos militares.

Ao analisar o comportamento dos militares detidos, o presidente Samora Machel declarou que a principal questão no momento era a de se levar a Revolução até o fim. "O caminho traçado rumo a uma sociedade melhor, ao socialismo, não permite ser ganho pela ambição, pelo conforto e pela vida fácil, nem compactuar com o tribalismo, o regionalismo e o liberalismo" — afirmou.

"Devemos ser vigilantes e proteger também as nossas forças armadas de Moçambique, denunciar os comportamentos estranhos de oficiais e soldados, denunciar o roubo, a bebedeira, a corrupção, o desvio dos bens do Estado, que são os primeiros passos do caminho da traição" — concluiu Samora.

Foram, sem dúvida, as informações prestadas por alguns agentes e a colaboração ativa de outros mais, entre os quais se encontram civis, que possibilitaram o sucesso da agressão sul-africana. Os invasores permaneceram cerca de quatro horas em território moçambicano. Toda a operação contou com o apoio da aviação da África do Sul. A violação da fronteira moçambicana foi observada às 23 horas e 30 minutos, mas a comunicação ao Estado-Maior só chegou ao seu destino às 9 horas da manhã seguinte.

(E.H.)



A suposta "base militar do ANC"

Sul ou num país vizinho". Essa ameaça foi transmitida em uma carta enviada ao secretário-geral da ONU por "Pik" Botha, Ministro sul-africano das Relações Exteriores. Waldheim, no entanto, ao entrar em contato com o enviado de Botha, chamaria a sua atenção para o conteúdo da nota, considerando os planos nela implícitos perigosos para a paz na região. A disposição do regime racista de continuar e mesmo ampliar os ataques viria através de informações postas em circulação por altos dirigentes militares sul-africanos, segundo as quais o sigilo em torno da forma como se desenvolveu a operação contra a Matola devia-se à possibilidade de que novas incursões fossem realizadas para "eliminar os terroristas do ANC".

"Não eram bases do ANC"

Durante os funerais das vítimas do comando racista, coube ao Ministro do Planejamento e da Agricultura, Mario Machungo, reafirmar a posição solidária do Partido Frelimo e do governo e povo moçambicanos em relação aos patriotas sul-africanos. Depois de recordar alguns fatos que marcaram a luta social na África do Sul — Sharpville e Soweto entre outros — Machungo relacionou-os com a própria história do povo moçambicano e o seu combate diário contra o colonialismo. Essa experiência co-

num na luta pela liberdade cimenta a solidariedade com os patriotas sul-africanos.

Oliver Tambo, presidente do ANC, declararia que a agressão desencadeada contra Moçambique não teve outro efeito senão unir todos os inimigos do *apartheid*. Tambo negou que as casas atacadas fossem bases de guerrilheiros, tendo afirmado textualmente que "não existem campos ou bases do ANC em Moçambique nem nunca existiram". Como em outros países, o que existiam eram simples residências da Organização. É necessário, segundo sublinhou, que o governo racista defina claramente o que denomina de "base". Se isso significa que as pessoas que as habitavam eram capazes de utilizar armas, então essa mesma descrição poderá ser aplicada aos lares dos brancos dentro da RSA. "Que nos digam que esses lares são bases" — concluiu.

Por que a agressão?

As incursões armadas desencadeadas pelo governo sul-africano contra Moçambique não visariam somente a destruição da representação de um movimento opositor. É evidente que o plano de sequestro de quadros dirigentes — como provam as algemas encontradas no local — e a eliminação física de ativistas poderiam representar um golpe de propaganda de grande envergadura. Uma operação vitoriosa teria condições de ser apresentada à opinião pública como uma prova a mais da capacidade que o regime dispõe na tarefa de neutralizar inimigos situados tanto dentro como fora das suas fronteiras. Essa capacidade operacional — que inclui infiltração, captura e aniquilamento — deixaria bem clara a extensão dos tentáculos de Pretória.

Porém, há ainda a intenção de atingir Moçambique. Falando perante as estruturas de base do

Partido, em Maputo, o tenente-general Armando Guebuza, pouco depois da agressão, afirmou: "O inimigo agride-nos agora, em 1981, quando já aprovamos o Plano Estatal Central e estamos engajados na sua realização. Esta agressão pode ser, portanto, uma tentativa de evitar que nos libertemos economicamente. Somos um espinho cravado no flanco do inimigo por duas razões: porque somos independentes e porque somos socialistas. E seremos também um osso duro de roer."

Como lição do ataque sul-africano na Matola, o ministro Guebuza afirmou que "temos de ter abrigos preparados, trincheiras organizadas. Se o inimigo atacar, cada um de nós deverá ter uma tarefa, deverá saber o que fazer (...). Aumentando a produção e elevando o grau de vigilância, derrotaremos o inimigo uma vez mais".

Mas Moçambique não é somente um osso duro de roer pela experiência de construção de um oásis independente que realiza dentro das suas fronteiras. Hoje, os países da África Austral estão se organizando numa comunidade econômica (Ver **caderenos do terceiro mundo** Nº 30) como alternativa à sua dependência atual em relação ao poderio econômico e financeiro da África do Sul. Moçambique é um dos principais defensores dessa transcendente iniciativa, que inclui países tradicionalmente resignados à sua situação de dependência e que agora vislumbram um futuro diferente para os seus povos, como é o caso do Botswana.

Assim, ao efetuar essas agressões, o governo sul-africano tem em mente também eliminar o que tem se tornado um de seus principais problemas no plano externo: a configuração — lenta, mas segura — da comunidade econômica da África Austral. □

(trechos do discurso de Samora Machel)

A guerra acabará em Pretória

"...A República Popular de Moçambique é um Estado independente. A violação da nossa fronteira por uma força militar, a progressão em profundidade no nosso território, o ataque e destruição de propriedade moçambicana, o assassinato de pessoas que estão sob a proteção da nossa bandeira, tudo isso são ações que atentam gravemente contra a nossa soberania e independência.

"Em termos militares e em termos diplomáticos, são atos de guerra que se enquadram na estratégia que Pretória há muito traçou com o objetivo de destruir a nossa independência e o poder popular. O ataque realizado contra Moçambique no dia 30 é um ataque contra a África independente. É um ataque contra o campo socialista de que somos parte. É um ataque contra as forças democráticas e do progresso do mundo inteiro.

"...nós não queremos a guerra. Nós somos fazedores da paz porque somos socialistas. Somos porta-bandeira da paz. O socialismo constrói a paz, porque destrói a exploração, a humilhação, a opressão, a dominação, a ignorância, a miséria, o analfabetismo, a doença.

"...que a África do Sul escolha se devemos viver em paz ou se devemos viver em guerra! Guerra fria, também não queremos. Preferimos a guerra aberta. Não queremos passar o tempo a concentrar tropas nas fronteiras, viver em tensão.



Samora Machel

Guerra fria, não queremos. Não queremos também ataquezinhos e depois sair. Não queremos isso. Queremos guerra aberta.

"...é certo que a guerra acabará em Pretória, porque a maioria tomará o poder em Pretória. Nós somos um povo corajoso e temperado pela guerra. Sabemos suportar o sacrifício. Os racistas sul-africanos vivem no luxo, no conforto, na corrupção, gozam de privilégios, não aceitam sacrifícios, querem que os outros combatam por eles. Os renegados, os traidores não têm motivação, não têm convicção. Quando viramos as armas contra eles, rendem-se. Quantos já morreram? Quantos já capturamos? E agora pensam em pôr outros, mulatos e indianos, a lutar. Esses discriminados, explorados e oprimidos da África do Sul não vão combater contra nós. Vão virar as armas contra os patrões. Cada indiano que eles treinam, cada mestiço que eles preparam, todo o seu ódio é contra os racistas e não contra Moçambique, não é contra nenhum de nós. Por isso contamos com o povo da África do Sul.

"...o inimigo atacou-nos no dia 30. O inimigo pode voltar a atacar-nos com um pelotão, com uma companhia, com um batalhão, com uma brigada. E em qualquer parte do nosso território. O inimigo pode atacar-nos por terra, por mar, pelo ar. Devemos estar preparados para receber o inimigo, rechaçá-lo e não permitir que ele transfira a guerra para o nosso território. A guerra está na África do Sul. É entre a maioria e a minoria.

"...nós e os sul-africanos lutaremos lado a lado, ombro a ombro até a vitória final, até que caia o *apartheid*. Não há uma guerra entre dois povos. A guerra que nos querem impor é entre os povos moçambicano e sul-africano de um lado e do outro um regime minoritário racista.

"Qualquer bomba que cair na nossa terra é guerra e não agressão. Qualquer mina que explodir no nosso território é guerra, não é subversão, não confundamos. A luta continua. Estejamos prontos para a guerra.

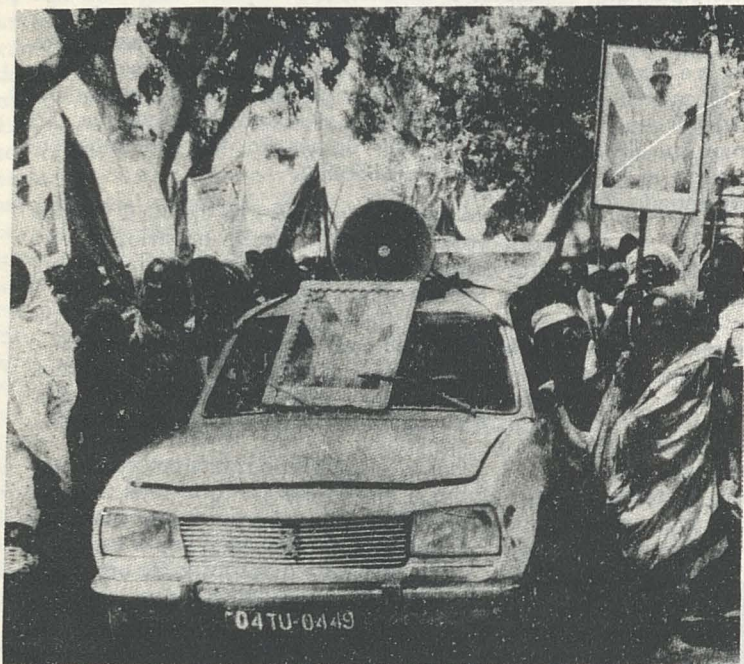
"Essa guerra que nos querem impor é uma guerra entre os amantes da paz e um grupo de nazifascistas que nem sequer representam todos os brancos. Por isso, pela justiça da nossa causa, pela solidariedade internacional, estamos certos da vitória. O povo sul-africano estará instalado em Pretória e acabará com a discriminação. Por isso dizemos, com toda a força: a luta continua, a revolução triunfará, os *boers* serão vencidos, o *apartheid* cairá. O povo sul-africano vencerá. A humanidade vencerá."

CHADE

Quanto durará a paz ?

A conquista de N'Djamena interrompe quinze anos de guerra civil. Mas a presença de tropas líbias no país e o projeto de fusão com Trípoli fez com que algumas nações africanas reagissem agressivamente contra o governo de Goukouni Oueddei, apoiadas por novas ameaças de intervenção francesa

Carlos Pinto Santos



A população comemora a paz

Finalmente reina a calma em N'Djamena. Desde a madrugada de 15 de dezembro, por entre os escombros de nove meses de guerra civil, a vida novamente começou na capital do Chade. As estruturas administrativas e os serviços básicos recuperam-se lenta e penosamente. Os chadianos voltam a cruzar o rio Chari, vindos do Camarões, onde se tinham refugiado nos primeiros dias do mês, quando as tropas do Gunt (Go-

verno de União Nacional de Transição), dirigidas por Goukouni Oueddei, desencadearam a ofensiva final contra as posições das Forças Armadas do Norte (FAN) de Hissène Habré que, 48 horas antes do cessar-fogo, ainda dominavam mais da metade da capital. Embora essa zona estivesse resguardada dos bombardeios, a última semana de combates causou cerca de 700 mortos entre a população civil.

A contribuição prestada por uma força de intervenção líbia (que apesar dos repetidos desmentidos de Trípoli e de Goukouni Oueddei, já vinha combatendo junto com os soldados do Gunt) parece ter sido decisiva para a esmagadora vitória da coalizão governamental.

O assalto final às posições dos rebeldes teve início a 6 de dezembro, depois de um intenso bombardeio de artilharia pesada e aviação (*Migs* e *Mirages* líbios, segundo as agências de informação). O avanço de dezenas de blindados acabou por reduzir por completo as FAN. Estas evacuaram N'Djamena depois de destruir depósitos de munições e víveres e tentaram alcançar a cidade de Abeché (600 quilômetros a leste), onde foram cercadas pelas tropas de Goukouni Oueddei. Hissène Habré refugiou-se no Camarões, juntamente com parte de seu derrotado exército, que foi imediatamente desarmado.

A França chora sua derrota

A população de N'Djamena e os chadianos em geral não sabem o que é paz há 15 anos. E quando se preparavam para desfrutá-la, novamente ela se vê ameaçada.

Os novos perigos partem, mais uma vez, da França, a antiga potência colonial. Identifican-

do-se com seus aliados no continente — que criticam sua suposta “passividade” no desenrolar dos acontecimentos — o governo de Giscard D’Estaing prepara-se para intervir contra o que ele considera “uma invasão líbia”.

Nos comunicados que partem do Palácio do Eliseu, afirma-se (nota de 13 de dezembro de 1980) que “a França dará seu apoio a qualquer esforço coletivo empreendido pelos Estados africanos para restabelecer a paz no Chade, preservar a unidade e manter a independência”. Sem poder recorrer aos dois argumentos que “normalmente” servem de justificativa para suas incursões na África — apelo por um governo “legal” (Zaire e Mauritânia, 1978; Tunísia, 1979) e proteção aos cidadãos franceses ameaçados (Chade, 1978) — o governo francês inventa mais um: desta vez, a ameaça de intervenção se disfarça em “esforço coletivo de Estados africanos”.

Como era de se esperar, essas ameaças tomaram uma feição mais agressiva depois do inesperado anúncio do projeto de fusão Líbia-Chade, revelado a 6 de janeiro por Goukouni Oueddei em Trípoli. Esse projeto foi posteriormente abandonado pelo Gunt e pelo próprio Khadafi: “não pode haver, por ora, uma fusão da Líbia com o Chade” (21 de janeiro).

Mas Paris já tinha um pretexto. Auxiliado pelas críticas da imprensa francesa à sua incapacidade de evitar que “a Líbia estendesse sua influência no Chade”, Giscard D’Estaing enviou mais tropas à África e reforçou ostensivamente suas bases na República Centro-Africana, no Senegal, Costa do Marfim, Gabão e Djibuti.

Até onde irá a arrogância do imperialismo francês que não parece capaz de aceitar a derrota



Hissène Habré: derrotado e refugiado no Camarões

num país considerado, até há pouco tempo, como uma de suas maiores reservas neocoloniais?

Com a expulsão de Habré de N’Djamena e aniquilados os “santuários” das FAN nas províncias de Biltine e Ouaddai, o governo francês tem de reconhecer que já perdeu suas melhores jogadas. Embora o antigo Ministro da Defesa cumpra a promessa feita no exílio de retomar a luta guerrilheira nas zonas montanhosas de Abeché, junto à fronteira com o Sudão (país que, como o Egito, não lhe negou apoio nos difíceis tempos da guerra), pouco poderão fazer os restos de um exército desmoralizado e contra o qual Oueddei conta com substanciais reforços de armas procedentes de Trípoli.

Será que Giscard vai à guerra?

No caso de intervir militarmente no Chade, as forças francesas encontrariam o exército

líbio no país e o combate seria inevitável. O comunicado conjunto líbio-chadiano, publicado em Trípoli a 6 de janeiro, afirma explicitamente que “a Líbia enviará ao Chade militares que ajudarão a preservar a segurança e a paz, de acordo com o tratado de mútua defesa, assinado em 15 de junho de 1980. Qualquer ataque contra uma das partes será considerado como dirigido à outra”.

Mas antes de arriscar um embate direto com o exército de Khadafi, a poucos meses das eleições presidenciais, o governo de Paris deverá avaliar a situação militar e política, assim como seus interesses econômicos.

A Líbia é um importante cliente da indústria militar e civil francesa; grandes empresas (Basault, Matra, Thompson-C.S.F.M.) têm lá contratos em vias de execução e 3 mil técnicos franceses trabalham no país. Além disso, Trípoli é um comprador em potencial de tecnologia nuclear que Paris, em plena crise econômica, não pode desconhecer. E se bem que cubra apenas 2% das necessidades petrolíferas da França, a Líbia — sétimo exportador mundial — é um abastecedor que a França não tem interesse em hostilizar.

No mesmo dia em que se anunciou o plano de fusão Líbia-Chade, o *Le Monde* noticiava a assinatura de um contrato petrolífero entre a *Alf-Aquitaine* e a NOC, o organismo líbio do petróleo. Segundo o diário francês, o Comitê Popular de Trípoli tinha autorizado a concessão de cinco licenças de exploração e produção à companhia estatal francesa em algumas das zonas mais ricas em hidrocarbonetos da Líbia.

O *Le Monde* comentou que “alguns viram na passividade francesa em relação à Líbia, na fase final do conflito chadiano,



Retorno dos refugiados a N'Djamena através da fronteira do rio Chari

a prova de um acordo tácito entre as duas capitais, tendo o petróleo como pano de fundo”.

A coincidência é, na realidade, demasiadamente clara. Nesse caso, o rápido envio de companhias de infantaria e pára-quadristas francesas à África seria — além da irritação de Paris pela surpreendente declaração de 6 de janeiro — uma medida destinada a tranquilizar os aliados africanos de Paris e não uma ameaça de intervenção. Assim sendo, Khadafi e Goukouni Oueddei têm razões suficientes para proclamar a vitória. Esta equivaleria a um golpe final às pretensões francesas a respeito do Chade.

Os últimos meses de combates

A 28 de outubro do ano passado, as Forças Armadas Populares (FAP), de Goukouni Oueddei, tomaram Faya-Largeau, capital da região de Bourkou-Ennedi-Tibesti, ao norte do país. Segundo os observadores, a partir dessa data ficou decretada a sorte de Hissène Habré, que explica sua derrota pela intervenção de duas brigadas líbias, apoiadas por tanques e aviões. As declarações do chefe das FAN são

posteriores às notícias divulgadas pela *Jana* (agência líbia de informações), assinalando a presença de Khadafi ao lado de Goukouni Oueddei num desfile militar em Faya-Largeau, no dia 4 de novembro.

Precedida pela queda das localidades de Chalouba e Kalaite, a conquista da segunda cidade do país deixou as forças rebeldes sem qualquer posição na metade norte do Chade. Deslocaram-se, então, para N'Djamena e para alguns locais nas províncias de Biltine e Ouaddai, especialmente Abeché. Em meados de novembro, apertou-se o cerco em torno de Ati, Hadjer, Biltine e Abeché. A estrada do leste, que liga esta última cidade a N'Djamena, foi cortada, impedindo Hissène Habré de receber apoio logístico. Os combates na capital intensificaram-se e, a 22 de novembro, os soldados de Goukouni Oueddei — a quem se juntaram 2.500 homens do exército do coronel Kamougué, as Forças Armadas Chadianas (FAT) — chegaram a oitocentos metros da Grande Mesquita, onde estava localizado o posto de comando das FAN. Desde esse instante até

6 de dezembro, as posições mantiveram-se estacionárias, apesar do fogo de artilharia pesada e dos bombardeios aéreos.

Manobras diplomáticas

Promovidas pelo subcomitê *ad hoc* da OUA (da qual fazem parte, desde 1979, o Benin, Togo, Guiné e o Congo) ou por países limítrofes (Líbia, Sudão, República Centro-Africana, Camarões, Nigéria e Níger) a que se juntam em algumas ocasiões o Senegal e o Egito, a partir de 1977 sucedem-se as conferências internacionais destinadas a encontrar soluções para o conflito chadiano. Todas elas terminaram em fracassos, reuniões anuladas, acordos não assinados ou resoluções não respeitadas.

Nesse ínterim, em agosto último, Ahmat Acyl, Ministro de Relações Exteriores do Gunt e líder da Frente de Ação Comum (FAC), efetua uma viagem a países árabes e da Europa Ocidental na tentativa de angariar apoio. Por seu lado, Hissène Habré é recebido secretamente no Palácio do Eliseu, onde — segundo declarou posteriormente — não obteve todo o armamento que esperava.

Em outubro, Goukouni Oueddei declara que não negociará mais com Habré, “porque isso só serviria para preparar uma nova guerra”. Ele afirmou que aceitaria um acordo “quando os países organizadores deixassem de considerar essas negociações como uma reunião de diferentes tendências chadianas” e quando elas tivessem o caráter de “um encontro entre um governo legalmente reconhecido (o seu) e uma tendência rebelde” (o lado de Habré). Assim, a 19 de outubro, um novo acordo de paz fracassa em Lomé, capital do Togo. Conseguiu-se apenas que Habré e Oueddei (que participaram em separado das conversa-

ções) aprovassem um projeto de cessar-fogo, obviamente não concretizado.

Enquanto isso, os presidentes Senghor, Mobutu e Omar Bongo (do Senegal, Zaire e Gabão) multiplicavam as consultas em torno de diversas propostas para pôr fim ao conflito chadiano. Todas as suas viagens convergiam para um ponto comum: Paris. O presidente renunciante do Senegal (assim como Mobutu) solicitou o envio de tropas da ONU para o Chade — para o qual oferecem os soldados de seu país estacionados ao sul do Líbano. A intervenção não prosperou por ser contrária a uma resolução explícita da Organização da Unidade Africana.

À medida que a ofensiva militar do Gunt avançava em território chadiano, certos dirigentes africanos pró-Occidente, preocupados com a iminente derrota de Habré e alarmados com o “expansionismo líbio”, manifestaram uma crescente desilusão com a política francesa. As medidas ambíguas do governo francês — que, por um lado enviou (25 de novembro) para Libreville aviões Jaguar armados com canhões e mísseis e, por outro, demorou em responder à “intervenção líbia” em sua antiga colônia — confundiu-os e inquietou-os. Em algumas capitais que se abrigam embaixo do “guardachuva” do exército de Paris e onde impera a tese de que “Khadafi é agente de Moscou”, come-

çou-se a pensar numa mudança de protetor. Os olhares dirigiram-se, naturalmente, para Washington. No fundo, esses governos inspiraram-se no exemplo do Egito, do Sudão e da Somália.

Aliás, os norte-americanos — que não costumam intrometer-se nos conflitos africanos que envolvam interesses franceses — expressaram “preocupação pela presença e pelo avanço de tropas líbias no Chade”. Se Paris falha no protetorado de seus aliados da África Central, o novo dirigente da Casa Branca poderá candidatar-se como substituto, o que facilitaria as coisas para os interesses neocoloniais no caso

Quem é quem nas tendências chadianas

As onze tendências signatárias dos acordos de Lagos de agosto de 1979 (Ver cadernos do terceiro mundo Nº 25) e que ainda são nomeadas nos comunicados emanados das conferências internacionais como representantes de facções político-militares diferentes, sofreram modificações internas e nas relações de forças entre si, no transcurso dos últimos meses de guerra. Algumas delas, pela sua reduzida importância militar, ou por suas vinculações com o derrotado exército de Hissène Habré, deixaram de ter peso no complexo panorama político chadiano. Neste caso, estão a Frolinat-Fundamental (pró-sudanesa) de Hadjero Senoussi e a União Nacional Democrática (UND), cujo presidente, Fatcho Balam, foi expulso da organização e substituído pelo vice-presidente Abdelgader Yasine, depois de ter proposto publicamente, em abril de 1980, a intervenção da França na guerra civil.

O Movimento Popular para a Libertação do Chade (MPLT) sofreu uma cisão durante a batalha de N'Djamena de março-abril de 80. Uma

facção liderada pelo secretário-geral Abudaker Abdelrahman aliou-se às FAN, enquanto outra manteve-se fiel à coalizão governamental. Abdelrahman foi substituído pelo vice-presidente Adem Ibini Mustafá e o representante do Movimento no Gunt, Ramad El Gali, foi designado presidente do Movimento.

Depois da derrota das FAN, três líderes reforçaram suas posições. Chefes dos exércitos vitoriosos, eles são os homens fortes no atual Chade: Goukouni Oueddei, presidente do Gunt e das Forças Armadas Populares (FAP); Acyl Ahmat, ministro das Relações Exteriores e dirigente da Frente de Ação Comum (FAC); Abdelkader Kamougué, vice-presidente do Gunt e dirigente das Forças Armadas Chadianas (FAT).

Os dois primeiros procedem da guerrilha do norte e são muçulmanos. O último é um líder sunita cristão, militar formado nas academias francesas e antigo comandante dos policiais do regime de Malloum.

A aliança desses três homens derrotou Habré e deles dependem muito a paz e a reconstrução do Chade.

de se produzir a substituição de Giscard por Mitterrand na presidência da França.

A vitória do Gunt

A 30 de novembro, Goukouni Oueddei regressou a Lomé e firmou um acordo de cessar-fogo. Habré não se apresentou.

Segundo o articulado do protocolo, as hostilidades deveriam terminar a 15 de dezembro. Nesse mesmo dia, N'Djamena estava totalmente em poder das forças do Gunt e os únicos disparos que se ouviam festejavam a vitória dos soldados governamentais.

Uma conferência de emergência foi marcada para o dia 23 de dezembro em Lagos, Nigéria. A ela assistiram 12 países (os seis que fazem fronteira com o Chade, os quatro do Subcomitê da

OUA, o Senegal e Serra Leoa) representados pelos seus respectivos Chefes-de-Estado, com exceção da Líbia e do Sudão. Apesar de acreditar que essa reunião de cúpula já não tinha nenhum sentido depois da vitória do Gunt, Oueddei decidiu participar. Habré, que um pouco antes tinha assinado o acordo de cessar-fogo no dia seguinte ao da expulsão de suas FAN de N'Djamena ("recoo tático", segundo sua própria versão), foi a Lagos sem ter sido convocado, mas proibiram-lhe o ingresso na sala de discussões.

A reunião durou apenas 24 horas e terminou com um reconhecimento à posição vitoriosa de Goukouni Oueddei. Os Chefes de Estado participantes recomendaram ao Líder do Gunt que realizasse eleições gerais antes de 1º de fevereiro de 1982. O co-

municado final lamentou a permanência no Chade de tropas estrangeiras, mas absteve-se de condenar diretamente a Líbia, apesar do protesto dos inimigos mais irredutíveis de Khadafi.

Oueddei manifestou sua satisfação aos jornalistas ocidentais: "O comunicado final de Lagos expressa um ponto de vista que consideramos correto", comentou.

"Depois da vitória militar, a vitória diplomática". Com essa conclusão, os dirigentes governamentais chadianos abandonam a capital da Nigéria. Vitória diplomática que só dura três semanas, já que um novo encontro dos 12 Chefes de Estado e de Governo — em Lomé, a 14 de janeiro — teve um matiz muito diferente.

A Conferência, convocada com urgência para discutir o pro-

Goukouni Oueddei e Abdelkader Kamougué: comemorando a vitória e uma paz ainda difícil de ser garantida



jeto de fusão entre a Líbia e o Chade, emitiu um comunicado extremamente duro, exigindo a retirada imediata das tropas líbias no Chade, já que "só um governo livre e democraticamente eleito e não um governo transitório" teria competência para tomar "decisões consequentes para a nação". Os participantes decidiram, além disso, "enviar, imediatamente, com a assistência da ONU, uma força africana de paz" para o Chade.

"Não é mais do que um pedaço de papel", afirmou em Bengazi o coronel Khadafi ao comentar a decisão de Lomé, acrescentando que as tropas líbias serão mantidas no Chade até que os franceses retirem suas forças da República Centro-Africana. Com o pano de fundo da esquadra francesa do Mediterrâneo em estado de alerta e pronta a lançar-se ao mar, o líder líbio ameaçou a França com sanções econômicas e um embargo de petróleo se o

governo de Paris continuar com sua "política hostil".

Os indignados dirigentes africanos, na violenta declaração de Lomé, passaram por cima do comunicado divulgado pouco antes pelo Conselho de Ministros do Chade, onde se explica que a fusão com a Líbia "só poderá ser o resultado da vontade livremente expressa pelos dois povos interessados", não tendo o projeto anunciado um "caráter executó-

Goukouni Oueddei: A hora da reconstrução

A coexistência de diversas tendências no seu governo não poderá causar novos problemas e conflitos?

— Não esperamos dificuldades desse tipo. Terminada a rebelião, todos estão de acordo em trabalhar pela unidade e estabilidade do país. Antes de resolver nossas diferenças políticas necessitamos solucionar a falta de água e de eletricidade, de medicamentos para os doentes e feridos; temos que alimentar os refugiados que regressam, reconstruir as comunicações, restaurar um clima de convivência, de segurança e de justiça social. Temos convocado todos os refugiados e funcionários que abandonaram o país durante a guerra civil para que retornem e contribuam para a reconstrução do Chade.

Essa oferta vale também para Hissène Habré e seus partidários?

— Muitos dos antigos combatentes das FAN já se incorporaram às forças do Gunt. Quanto a Habré, ele recusou todas as oportunidades que lhe demos. . . Pior para ele.

Segundo Habré, a Líbia seria o "inimigo principal" do Chade. . .

— Habré não tinha essa mesma opinião quando os líbios vieram içar sua bandeira na faixa fronteira de Aozou. Eu estava com ele, como Chefe do Estado Maior das FAN, no dia em que, depois de um discurso do coronel Khadafi, Habré agrade-

ceu publicamente a chegada dos líbios ao nosso território. Hissène Habré, que hoje se apresenta como o único defensor da integridade territorial do país, foi quem facilitou e agradeceu a presença dos líbios na faixa de Aozou.

Os soldados líbios que estão agora no Chade?

— Fui eu que os chamei. O Gunt foi obrigado a convocá-los para contrabalançar as ajudas que Habré recebia do Egito e Sudão. Claro que eu não podia reconhecer antes essa presença militar, pois isso teria causado a intervenção da França em favor das FAN.

Khadafi disse recentemente que aumentará a presença líbia no Chade. . .

— Se as pressões exteriores se multiplicassem, solicitaríamos à Líbia que aumentasse seus efetivos para que não fosse rompido o equilíbrio de forças. Mas nem sequer contando com o apoio de certos países limítrofes conseguirá Habré recompor suas forças. Já controlamos totalmente todas as cidades da fronteira com o Sudão e não acreditamos que Habré possa infiltrar-se.

E as ameaças de intervenção francesa?

— Já enfrentamos os franceses como guerrilheiros e com meios muito mais limitados. Não os tememos. E eles devem saber que a correlação de forças agora nos favorece. As Forças Armadas Chadianas (FAT), que antes combatiam junto aos franceses, agora estão do nosso lado.

(Alberto B. Mariani)



Chade e Líbia: povos irmãos

rio". O documento sublinha que ambas as partes expressaram apenas "uma intenção, que reflete os laços históricos e geográficos entre os dois povos irmãos, chadiano e árabe líbio". O Gunt se declara disposto a cumprir os Acordos de Lagos, de dezembro de 1979, que excluem expressamente a manutenção de bases estrangeiras no país.

O comunicado termina reiterando os agradecimentos do Governo à Líbia "por ter-lhe permitido pôr fim à rebelião" e destaca sua determinação de "consolidar o socorro mútuo e a cooperação com base na soberania nacional, o respeito recíproco e os interesses dos dois povos".

Cedendo à reprovação das capitais vizinhas ou traduzindo negociações internas das diversas forças que o constituem, o comunicado do Gunt tinha o propósito de desmobilizar pressões e evitar escaladas agressivas contra um país tão necessitado de sair agora da agenda dos temas "candentes" africanos.

Finalmente, a paz chegou a N'Djamena. A pergunta agora é: Por quanto tempo? □

Abdel Salam Jallud a opinião líbia

□ *Por que a Líbia abandonou sua tradicional "neutralidade benevolente" para lançar-se numa aventura militar, que você comandou pessoalmente e que pode conduzir o país a um choque com a França?*

— Não tínhamos outra alternativa. Estamos ligados ao povo do Chade por razões não só históricas e geográficas, mas também humanitárias e morais. A guerra civil que envolveu o Chade nos últimos quinze anos representava, além disso, para a África o mesmo perigo que uma árvore incendiada no meio de um bosque. Os regimes de Sadat, de Numeiri e o governo francês apoiavam a rebelião de Habré para instalar no Chade um regime hostil à Líbia e a nossos interesses na região. Que outra coisa poderíamos fazer?

Graças à ajuda Líbia, Goukouni Oueddei ganhou a partida contra Hissène Habré. Como fará a Líbia para ganhar a sua contra a França?

— A França se contradiz a si mesma. Por um lado, envia pára-quadristas para derrotar Bokassa na República Centro Africana (que era, sem dúvida um ditador, que a própria França colocou no poder) e o substitui por um agente mais seguro, David Dacko. E agora, a antiga metrópole considera inaceitável a ajuda do nosso país está dando a um governo legítimo, diante da sua solicitação explícita e respeitando as convenções internacionais. Nós não temos nenhum problema com a França, mas não a reconhecemos como tendo "missão histórica" na África. Estamos dispostos a evitar qualquer conflito se a França o quiser, mas não em detrimento das relações bilaterais líbio-chadianas. A segurança do Chade é a da Líbia. E se a França quiser a guerra... estamos prontos.

Khadafi tem afirmado diversas vezes que os franceses são os únicos europeus com quem se pode dialogar...

Os verdes sonhos de Khadafi

Após onze anos da revolução do El Fateh (1969-1980), o longo caminho na luta contra o subdesenvolvimento com a política de dignificação nacional e de recuperação da principal riqueza do país: o petróleo

Em 1951, ano da sua declaração de independência, a Líbia era considerada como um dos países mais pobres e mais subdesenvolvidos do mundo. A economia estava quase totalmente nas mãos dos estrangeiros e a soberania nacional era apenas uma ficção, agravada nos anos seguintes por uma série de tratados de "amizade e cooperação" que colocavam o reino do velho Idrís I numa dependência mais estreita das potências imperialistas. Nessa época, o interesse na Líbia residia sobretudo no valor estratégico do seu extenso território (1.759.540 km²). Mediante reduzidas retribuições financeiras, a Grã-Bretanha ampliava as facilidades de que já dispunha para as suas tropas, principalmente o fortalecimento da base de Tobruk, e os Estados Unidos instalavam, às portas de Trípoli, o campo de *Wheelus Field* que se tornaria o centro aeronaval mais importante do Mediterrâneo.

A presença de tropas estrangeiras em território líbio proporcionava ao Ocidente a assinatura de protocolos que hipotecavam às transnacionais a nova riqueza já prospectada: o petróleo.

Uma imagem do período pré-petrolífero é dada pelos relatórios estatísticos que indicam para a década 1951/1962 (o primeiro navio petroleiro carregou no terminal de Marsa Brega em setembro de 1961) um rendimento nacional bruto inferior a 15 milhões de dinares (o equivalente a

— Ainda que sob a presidência de Giscard D'Estaing, a França venha sendo menos independente frente aos Estados Unidos do que durante a época de De Gaulle, continuamos considerando-a, junto com a Iugoslávia, como o país da Europa Ocidental com menos compromissos em relação aos dois blocos. Apreciamos sua política de buscar uma solução para o problema palestino e coincidimos com a França no sentido de que o diálogo euro-árabe deva ser político e não só técnico e econômico. Mas à luz de sua política africana fica claro que Giscard D'Estaing permitiu que os Estados Unidos voltem a decidir a política francesa. De Gaulle seria o primeiro a expressar seu desacordo.

Qual a sua opinião sobre a ruptura com a Líbia por parte do Gabão, Gâmbia, Marrocos, Mali, Nigéria, Níger e Senegal?

— Não compreenderam nossa revolução popular, em particular a transformação de nossas embaixadas em "escritórios populares". E foram enganados pelo Egito e pelo Sudão com essa história da "Legião Islâmica" que tínhamos formado para conquistar toda a África.

Não existe a Legião Islâmica?

— Não.

E no Chade?

— Foi simplesmente nosso exército regular.

Não é contraditória a diplomacia líbia, uma vez que tem boas relações com muitos governos, e ao mesmo tempo apóia as forças que os combatem?

— Somos um Estado, mas também uma Revolução. Como Estado mantemos relações políticas e diplomáticas mesmo quando não há uma coincidência ter muitos amigos e apoiamos aqueles que aspiram a independência, a autodeterminação e a justiça social.

Ainda que sejam terroristas?

— Estamos contra o terrorismo, como Estado e como Revolução. Em ambos os casos, preferimos o diálogo, já que acreditamos que nossas idéias triunfarão.



Um comitê popular de base, reunido em Trípoli: em funcionamento a nova organização social do país

50 milhões de dólares) e um rendimento per cápita anual de 14 dinares (47 dólares). No espaço de dez anos, entre o tratado anglo-líbio (junho de 1953) e o controle transnacional petrolífero da Líbia, a economia tradicional estava arruinada e a maioria da população, estimada em pouco mais de dois milhões de habitantes, subsistia nas mesmas miseráveis condições da época do colonialismo italiano.

Naquela altura, quando o mundo árabe e africano se revoltava nas suas fronteiras contra o jugo francês e britânico (Argélia, Tunísia, Egito), na Líbia, os laços de tutela estrangeira apertavam-se cada vez mais.

No período 1962/1969 a exportação de petróleo não parou de subir: 500 mil barris por dia em 1963; 1,5 milhão em 1966; 3,1 milhões em 1969. No entanto, essas grandes quantidades de hidrocarbonetos que brotavam da terra líbia trouxeram magros benefícios efetivos ao país. Os rendimentos que restavam da pilhagem das companhias que operavam na Líbia eram absorvidos pela clientela da dinastia *sanussi* na alimentação de uma sociedade corrupta e feudal.

À opulência dessa elite autocrática parasitária, juntavam-se os privilégios da numerosa colônia de europeus e dos estados-maiores das companhias petrolíferas que dispunham de direitos extraterritoriais, constituindo verdadeiros Estados com bandeiras hasteadas nas concessões. Os ingleses dominavam os postos-chaves da administração, controlando os ministérios, os serviços técnicos e influíam decisivamente no cotidiano do governo do país. A colonização cultural alastrava-se ao ponto de ser o inglês a língua utilizada no ensino superior, fazendo do árabe pouco mais do que um vestígio de língua nacional.

Nos anos 60, diante da situação caótica e degradante em que vivia a Líbia, os sinais de descontentamento há muito existentes começavam a multiplicar-se, evoluindo rapidamente para um clima de revolta popular. Nas escolas, no meio trabalhador, no próprio exército, proliferavam os núcleos clandestinos que debatiam as idéias e doutrinas que agitavam o mundo árabe. Surgem as correspondentes líbias de grupos e associações ligados ao baassismo, de inspiração sírio-iraquiana, aos irmãos muçulmanos, ao nasserismo — as três doutrinas

principais que percorrem os países islâmicos na época.

O prestígio da revolução egípcia de 1952 e de Gamal Abdel Nasser é, porém, preponderante, devido não só à proximidade geográfica e ação desenvolvida pelo próprio *rais*, mas também à influência exercida por dezenas de milhares de egípcios que trabalhavam na Líbia nos mais diversos setores de atividade. O Egito antiimperialista e o nasserismo tornam-se assim para os patriotas líbios (que lêem e discutem apaixonadamente a “Filosofia da Revolução” de Nasser) os modelos para reger o futuro do seu país. Em 1956, quando o povo do Nilo repele a invasão anglo-franco-israelita na sequência da nacionalização do canal do Suez, milhares de líbios participam em manifestações de solidariedade com o Cairo e constituem listas de voluntários que se oferecem para combater ao lado do exército egípcio, enquanto nos portos os estivadores boicotam os navios franceses e britânicos.

Em janeiro de 1964, é realizada no Cairo uma conferência destinada a responder ao projeto sionista de alterar o curso do rio Jordão. Em Trípoli e Bengazi, as manifestações de apoio à confe-

rência transformam-se em motins onde se exige a anulação dos acordos militares anglo-líbios, cuja revisão está prevista para esse ano. A repressão é violenta provocando dezenas de mortos e feridos. O Primeiro-Ministro apresenta a sua demissão.

A partir daí, as manifestações e a agitação não cessam. Em maio de 1965, por ocasião das eleições legislativas, os centros de voto são assaltados, um movimento de greve geral atinge vários pontos do país e são feitos atentados contra os poços de petróleo de Sarir, a 700 km ao sul de Tobruk. No estrangeiro, os estudantes ocupam as embaixadas do seu país iniciando greves de fome.

Com o início da guerra árabe-sionista de junho de 1967, eclodem as insurreições populares de Trípoli e Bengazi, seguidas de uma greve que paralisa o país. Aqui e ali, a polícia e o exército hesitam na repressão, sintoma de que o poder de Idrís I começa a se enfraquecer.

O movimento conspirativo cresce diante da incapacidade governamental de o combater. Nas capitais das potências colonialistas a derrubada da monarquia começa a ser encarada como inevitável. Para os interesses transnacionais, as questões essenciais consistem em saber quem tomará o poder e como conviver com ele.

Liberdade, socialismo e unidade

Sem derramamento de sangue e em poucas horas, um golpe de Estado iniciado no Sul do país, na guarnição de Sheba, derruba a monarquia e instaura a República Árabe da Líbia no dia 1.º de setembro de 1969.

Os Oficiais Livres Unionistas (denominação que assinala o ca-

ráter nasserista do movimento) difundem seu primeiro comunicado de vitória onde três palavras resumem o programa da insurreição: liberdade, socialismo, unidade. Elas estarão presentes em toda a revolução Líbia.

Do Conselho do Comando da Revolução, que se proclama órgão único de soberania, um nome salta para as primeiras páginas da imprensa mundial onde permanece, decorridos onze anos: Muammar El Khadafi. Naquela época, tinha 28 anos e a patente de tenente do exército líbio.

Durante os onze anos que vão do golpe militar de 1.º de setembro de 1969 até hoje, a Revolução do *El Fateh* (vocábulo árabe que significando "começo" associa duas idéias: início do mês e início de uma nova era para o povo líbio) teve três etapas distintas correspondentes cada uma à concretização de determinadas realizações políticas, econômicas e sociais. São os períodos de 1969/1973, 1973/1977 e 1977/1980.

Abolida a monarquia e dissolvidas todas as instituições do regime *sanussi*, a instância máxima e única do poder (após a curta existência de um governo civil) é concentrada no Conselho do Comando da Revolução que reúne doze oficiais subalternos sob a presidência do agora coronel Khadafi que é, simultaneamente, nomeado Primeiro-Ministro e Chefe das Forças Armadas.

Após o reconhecimento do islamismo como religião oficial do Estado (acompanhado da imposição gradual do uso da língua árabe em todas as atividades do país como medida de dignificação nacional), o poder revolucionário lança a grande operação de recuperação da pátria.

Nesse sentido, abrem-se de imediato as negociações para a evacuação das bases estrangeiras semeadas pelo território líbio. Assim, concluídas as difíceis e morosas conversações, os britânicos retiram a 28 de março de 1970 as tropas estacionadas em Bengazi, Al Adem e Tobruk. A 11 de junho do mesmo ano, o major Abdel Salam Jalloud assiste à partida do avião que evacua os últimos soldados norte-americanos da base de *Wheeler Field*, no meio de manifestações de regozijo popular. Essa data entra no calendário líbio para assinalar a retirada total de forças militares estrangeiras. A 21 de julho de 1970, um decreto confiscou, sem indenização, todos os bens italianos, entre os quais mais de 100 mil hectares de terra: 12 mil residentes italianos abandonam a Líbia.

O caso do petróleo

Pela sua importância estratégica e enorme valor que representa para o país, o petróleo foi objeto de negociações difíceis, conduzidas com prudência e muita firmeza pelo novo poder revolucionário. Este, imediatamente, exige das 22 companhias instaladas na Líbia uma revisão urgente das tabelas em vigor, antes de alterar o estatuto de concessão.

Pelo preço extremamente baixo com que era lançado no mercado ocidental (sobretudo europeu), o petróleo bruto líbio não só dilapidava os recursos financeiros do país, como contribuía para condicionar o desenvolvimento econômico de outros países produtores que, como a Argélia, eram obrigados a moderar as suas exigências. "Petróleo da traição", assim era conhecido o petróleo da Líbia, quinto produtor mundial e terceiro exportador no período entre 1968 e 1969 com uma produção calculada de 150 milhões de tonela-

das, representando apenas um rendimento de 770 milhões de dólares.

Face à resistência inicial das companhias, o Conselho do Comando da Revolução (CCR) impõe por decreto reduções da produção, faz acordos com a Argélia e decide atacar as empresas isoladamente ameaçando levá-las à falência caso mantenham a recusa em negociar. A tática da divisão surte efeito e as companhias mais fracas começam a ceder às condições da *Lybian National Oil Corporation*, organismo petrolífero criado após a revolução. O preço do barril começa a subir gradualmente, passando de 2,23 dólares em 1969 para 4,60 dólares em 1.º de outubro de 1973, fazendo com que os rendimentos anuais da Líbia passem de 1,35 bilhão de dólares em 1970 para 2,22 bilhões em 1973. Nesse aumentos, têm papel relevante os acordos estabelecidos no interior da Opep e a depreciação acelerada do dólar.

Asseguradas as primeiras vitórias dos aumentos dos preços, as autoridades líbias iniciam a luta pelo controle da propriedade do petróleo a partir de 1971. Ao mesmo tempo, assinam contratos de assistência técnica com a companhia italiana ENI e acordos de cooperação econômica e técnica com a União Soviética (4 de março de 1972) e outros países socialistas, o que permite escapar ao bloqueio das vendas pelas companhias e à chantagem de assessoria tecnológica.

Curiosamente, datam dessa época as primeiras grandes campanhas da imprensa ocidental (*Times*, *Financial Times*, *Le Figaro*) sobre o "radicalismo" e "perigosas loucuras" de Muammar El Khadafi e dos dirigentes líbios em geral. As suas exigências são classificadas de "extravagantes" e procura-se ridicularizar algumas das suas medidas co-

mo as da proibição do álcool e o uso da língua árabe nos assuntos oficiais.

Empregando o mesmo método de tratar cada transnacional isoladamente e num momento político preciso, o CCR nacionaliza a *British Petroleum* e a sua associada *Bunker Hunt* em dezembro de 1971 como represália pela ocupação iraniana, com a cumplicidade da Grã-Bretanha, das ilhas de Tumb e Abou Mousa. Passa assim para o controle do Estado líbio a jazida de Sarir, a mais rica de toda a África. Mais tarde, após a guerra do Ramadã, em outubro de 1973, são 100% nacionalizadas as companhias *Amoseas* e *Atlantic Richfield* e 51 % a *Mobil*, *Esso Standard* e a *CFP*. Em maio de 1974, 62% da produção petrolífera é propriedade do povo líbio.

A guerra árabe-sionista de outubro introduziu um marco determinante nas relações entre países produtores e países consumidores, com consequências importantíssimas na história da economia moderna. Além de constituir um golpe mortal ao regime contratual das transnacionais, dá aos governos dos países produtores o direito de fixarem, eles próprios, o preço do seu petróleo. É o início da utilização do petróleo como arma política pelos países árabes, que em fins de 1973 exigem um aumento de 70%. A 1.º de janeiro de 74, o barril do petróleo bruto líbio passa para 15,76 dólares, o que representa um rendimento anual, em 1974, de 6 bilhões de dólares, apesar de uma redução na produção de 33%. A um aumento considerável nos rendimentos correspondia a preservação do capital petrolífero.

Fugir do subdesenvolvimento

A política petrolífera líbia proporciona resultados espetaculares. Entre 1970 e 1978, o

rendimento nacional passa de 1.283,3 milhões de dinares (4.340 milhões de dólares) para 5.356,5 milhões de dinares (19.363 milhões de dólares) — uma média anual de crescimento de 20,5% a preços correntes.

Os elevados recursos financeiros obtidos permitem uma política de desenvolvimento que contempla todos os setores. Partindo praticamente do zero e não esquecendo que as reservas de petróleo se esgotarão, inexoravelmente, num dia não muito longínquo, os dirigentes líbios impõem um ritmo de crescimento econômico que se assemelha a uma corrida contra o relógio. Para quem tem a oportunidade de percorrer o vastíssimo território líbio torna-se impossível não deixar de se impressionar pelas transformações da topografia das cidades ou das paisagens do deserto. Imagem desse esforço é a atividade quase frenética do porto de Trípoli onde, diariamente, dezenas de cargueiros descarregam toda espécie de materiais e produtos de consumo. Sem dúvida, perdeu-se a bela praia ladeada de balaústres que fazia antes as delícias do passeio da burguesia colonial italiana: no seu lugar está agora um largo cais apinhado de guindastes e mercadorias. Sacrificando o panorama, ganharam, porém, os líbios um meio indispensável para recuperar o seu atraso.

O desenvolvimento industrial vai em todas as direções, da indústria pesada — a partir do ferro (mineral abundante na Líbia) que lhe permitirá obter em breve uma produção anual de 7 milhões de toneladas de aço — ao setor têxtil e ao da alimentação, equipados com maquinaria ultramoderna.

Embora as autoridades líbias sejam muito discretas no assunto parece já não haver dúvidas de que está em curso a instalação de

centrais nucleares e de uma fábrica de enriquecimento de urânio, mineral precioso existente — segundo consta — no sul do país e no norte do Chade. Aliás, a questão da Líbia possuir ou não armas nucleares vem sendo colocada regularmente nas mais recentes entrevistas com Khadafi que responde sempre com evasivas.

Na Líbia de hoje, o problema da habitação está solucionado, tendo desaparecido do horizonte as tendas e as favelas presentes há 10 anos (só em Trípoli contavam-se 40 mil barracas) em todos os cantos do país. Entre 1973 e 1975, foram construídas 80 mil habitações, representando um investimento do Estado de 722 milhões de dinares (2.600 milhões de dólares). Para o período de 1976 a 1980, o crédito será de 800 milhões de dinares (2.892 milhões de dólares). No fim deste ano — em que cada família será proprietária de sua própria habitação — o número de edifícios construídos pela revolução do *El Fateh* ultrapassará o total existente no antigo regime.

Da mesma forma, são relevantes os balanços de onze anos de poder revolucionário em dois outros setores fundamentais: saúde e educação.

Em relação à saúde, entre 1969 e 1978 foram construídos 18 hospitais, o que representou um aumento de 138,5% de leitos hospitalares; o número de médicos quase quintuplicou — a taxa atual é de um médico por mil habitantes — e foi registrado um crescimento de 280% entre o pessoal de enfermagem. Não se deve esquecer a assistência médica e de medicamentos totalmente gratuitas e a erradicação das doenças epidêmicas.

O ensino, gratuito em todos os níveis, abrange cerca de 900 mil jovens, ou seja, um terço da



Khadafi

população total líbia. De 1968 a 1979, a evolução dos efetivos foi a seguinte: ensino primário, de 270 mil a 600 mil; complementar, de 30 mil a 200 mil; secundário, de 7 mil a 28 mil; técnico, de 1.200 a 7.500; universitário, de 3.400 a 25.400.

A “Verde Líbia”

Antes da revolução, apenas 0,4% do território líbio era cultivável; hoje, essa percentagem subiu para 1%. Mas a conquista de cerca de um milhão de hectares no deserto é ainda escassa para se alcançar a auto-suficiência alimentar, que é a meta desejada pelos dirigentes líbios.

E porque “a independência não existe para um povo que se alimenta do exterior” (Khadafi), foi destinada a soma de 1,3 bilhão de dinares (4,2 bilhões de dólares) para os dois planos de desenvolvimento agrícola: um trienal (1973/1975) e um quinquenal ainda em curso (1976/1980). Esses projetos visam a criação de cinco grandes regiões agrícolas: a planície de Jeffara próxima a Trípoli; Djebel Akhdar (“a Montanha Verde”), a leste de Bengazi; Fezzan, nas cercanias de Sheba; Kafra-Serir, a sudeste, e Suloul-Khodr. Em zonas onde há poucos anos apenas existia o deserto absoluto,

estepe rasa e cactos raquíticos, vêm-se agora pomares verdejantes, bosques e rebanhos de carneiros e bovinos. Para que essa alteração do ambiente se tornasse realidade, foram montadas estruturas de bombeamento que fazem a água subir de reservas existentes a grandes profundidades. Aliás, uma característica da agricultura líbia é o seu alto grau de mecanização, devido à natureza do terreno, ao clima, à dimensão dos projetos e à grande escassez de mão-de-obra.

A partir da lei da reforma agrária de outubro de 1972, começaram a formar-se, nas cinco regiões, complexos agrícolas onde cada família camponesa recebe terrenos de viabilidade agrícola e infra-estruturas já preparadas. Essas granjas privadas, que variam de 5 a 25 hectares, dispõem de uma habitação funcional, instrumentos agrícolas, estábulos e gado. Por outro lado — prosseguindo uma política de fixação da população rural com tendência ao êxodo para o litoral — são fornecidos subsídios mensais em torno dos 90 dinares e empréstimos bancários que podem variar de 1.500 a 3 mil dinares, sem juros e de pagamento a longo prazo.

Paralelamente a essas áreas de cultivo individual, surgem grandes explorações estatais de cereais, frutas, gado, galináceos etc. O plano quinquenal prevê para fins de 1980 a entrada em produção de um milhão de hectares assim repartidos: 303 mil hectares de legumes e frutas; 654 mil hectares de florestas e pastagens; 45 mil hectares de cereais (na planície de Jeffara).

A revolução líbia tem um sonho provavelmente inacessível: transformar o país na imagem da sua bandeira nacional. Em 1980, os campos cultivados já são manchas no estandarte de uma pátria nova: a “Verde Líbia”. □

O conflito Peru-Ecuador



Apesar do cessar-fogo, a questão territorial ainda não foi resolvida

□ Depois de cinco dias de combates pelo controle dos postos militares na Cordilheira do Condor, uma área fronteira na selva, os governos do Peru e do Equador ordenaram, a 1º de fevereiro, um cessamento das hostilidades. Mas que motivos provocaram a luta? Os peruanos queriam mandar retirar o exército equatoriano de três postos construídos num território que ambos os países se consideram com direito sobre ele.

O lamentável conflito fratricida entre esses dois países, cujos governos têm uma origem democrática, tem fundas e trágicas raízes. Depois de terem conseguido a independência da Espanha em princípios do século passado, muitas nações americanas herdaram limites fronteiriços incertos. Esse foi o caso da região amazônica, na qual ambos os países

reivindicavam posições conflitantes. Em 1941, estourou a guerra, ganha pelo Peru, que assim tomou posse de mais de 200 mil quilômetros quadrados amazônicos que os equatorianos consideravam — e continuam considerando hoje — solo pátrio.

No ano seguinte, foi assinado no Rio de Janeiro, um tratado que consolidou juridicamente aquela situação. Em virtude desse mesmo tratado, foram designados "garantes" os governos dos Estados Unidos, Brasil, Argentina e Chile. Mas o Equador sustenta que foi obrigado a assinar o acordo pela força das armas, acossado pela ocupação peruana e, que portanto, considera-o nulo. Por seu lado, o Peru fez com que sua ocupação territorial fosse efetiva na zona.

Por isso, houve dificuldades para fixar a demarcação da fronteira ao longo de um processo

no qual as posições de ambos os governos foram naturalmente opostas. Em 1960, depois de ter fracassado a comissão nomeada para estabelecer de comum acordo os limites, o presidente equatoriano José María Velasco Ibarra denunciou a não-validade do Tratado. A fronteira tinha ficado sem demarcação em cerca de 80 quilômetros. Nessa região, aconteceram os combates de janeiro.

Outro fator que deve ser levado em conta, é que esses territórios são ricos em petróleo e que dão ao Peru a maior parte de seus hidrocarbonetos.

Paralelamente à luta militar, travou-se uma intensa batalha diplomática. O governo de Quito pediu a convocação do Comitê de Consulta de ministros de Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos (OEA). O Peru opôs-se a essa convocação sustentando (e é essa sua postura permanente no assunto) que o único instrumento idôneo para discutir o conflito bilateral é o Tratado do Rio de Janeiro. Apesar disso, a reunião foi realizada e dessa forma Quito conseguiu um precedente favorável, se bem que a OEA não fizesse alusão ao protocolo do Rio de Janeiro e se limitasse a sugerir uma solução pacífica. Simultaneamente, realizou-se em Brasília a reunião dos países garantes solicitada pelo Peru e também aí emitiu-se um apelo ao cessar-fogo.

Porém, mesmo depois do armistício, os dois países mantêm posições antagônicas e o Equador afirma que, mais uma vez, a força das armas peruanas impediu-o de recuperar uma parte de seu território.

Senegal: A reforma constitucional

□ O novo governo do Senegal, presidido por Abdou Diouf, tomou, a apenas um mês do início de seu mandato, uma importante medida ao decidir liberalizar a vida política do país. Diouf recebeu, a 1^o de janeiro passado, o cargo de presidente de Leopold Senghor, após este ter exercido o poder absoluto durante 20 anos.

Por sua vez, Diouf, que havia sido o primeiro-ministro de Senghor, nomeou como seu sucessor Habibi Thiam, que no início de fevereiro anunciou uma reforma constitucional que "garantirá a expressão democrática de todas as correntes politicamente representativas". "Todo grupo político — disse ele — terá o direito de organizar-se e concorrer às eleições parlamentares."

A mudança é muito importante já que o presidente-poeta Senghor, que proclamava sua fé na democracia, na realidade, só tolerava a oposição que lhe convinha. Em 1976, fez com que fosse aprovado, por uma Assembleia, que era totalmente controlada pelo seu chamado Partido Socialista, um sistema que foi qualificado de "quadripartidismo imperfeito". Em virtude do mesmo, foram admitidas legalmente só quatro formações que, em tese, deveriam corresponder às quatro correntes ideológicas clássicas: liberal, social-democrata, socialista e marxista.

Mas a verdade era outra. O partido de Senghor só tem de socialista o nome, e o pressuposto partido marxista selecionado pelo governo, era uma formação

totalmente alheia a essa ideologia. Através dessa manobra, o regime dava a aparência de uma abertura democrática, enquanto mantinha ilegal o principal movimento de esquerda, dirigido pelo prestigiado antropólogo e historiador Cheikh Anta Diop.

Na realidade, nada mudou. Por isso, os núcleos opositores de esquerda se agruparam em uma organização política, forçosamente à margem do sistema.

A reforma operada por Diouf e Thiam, permitiria a todos os setores uma participação que, em princípio, parece não ter res-

trições. Mas subsistem dúvidas (suscitadas por um pronunciamento do próprio Thiam), se na prática será consentido todo o pluralismo estabelecido no conteúdo da reforma constitucional: "Não permitiremos que esta liberalização favoreça polêmicas estérteis e acentue as divisões no seio do Parlamento." Afirmou ainda o Primeiro-Ministro que "é uma premissa da reforma que no Parlamento se estabeleçam maiorias estáveis, condição necessária de um Estado forte e respeitado". Tais palavras vindas de homens habituados a conduzir o país durante vinte anos sem admitir um espaço real para a oposição, justificam o receio expressado por aqueles que temem uma aplicação limitada da liberalização formal da Constituição.

Para julgar a reforma, portanto, será necessário aguardar até que sua instrumentação deixe bem claro seu alcance concreto.

Entretanto, estima-se que, ainda que respeitando-se o pluralismo proclamado, haveria poucas modificações nas relações de forças eleitorais no momento. O partido governante tem realizado uma série de alianças e pactos, em particular com chefes religiosos muçulmanos, que controlam mais de 50% dos votos.

Porém, há um amplo espaço em potencial para a oposição a esse regime que, em nome do socialismo, tem mantido sem mudanças estruturais o sistema herdado do colonialismo francês. Assim, se a reforma for aplicada seriamente, é previsível um crescimento da oposição dentro do Parlamento.



Diouf: liberalização controlada

Coréia do Sul: democracia se pune com prisão perpétua

□ A condenação à morte — emitida no dia 23 de janeiro pela Corte Suprema de Seul — do principal líder opositor à ditadura sul-coreana, Kim Dae Jung, foi revista e comutada para prisão perpétua. Ao dar a ordem que salvou a vida de seu principal adversário, o general-presidente Chun Doo Hwan reconheceu que não estava em condições de mandar à forca o inimigo sem provocar uma onda de reações internacionais que haveria de causar sérios prejuízos ao seu regime.

A preocupação internacional do general Chun fez com que ficasse clara a ostensiva manipulação da Corte Suprema, dócil instrumento do governo: o processo foi prolongado de modo arbitrário, a fim de que a sentença fosse pronunciada após a saída de Carter do governo, pois ele havia pressionado e apelado em favor da vida de Kim.

Por outro lado, em dezembro do ano passado, já na qualidade de presidente eleito, Ronald Reagan havia expressado a sua oposição à execução de Kim. É evidente que a ditadura sul-coreana não poderia resistir a uma exigência dos Estados Unidos, que, entre outras coisas, tem mais de 30 mil soldados na península. Além disso, o excepcional clamor mundial produzido em favor de Kim reverteria sobre Reagan caso o líder opositor fosse eliminado.

Como estava prevista uma visita a Washington em fevereiro para uma entrevista com Reagan,

o general Chun Doo Hwan preparou o terreno ao comutar a pena de morte de seu adversário. Sabe-se, inclusive, que a decisão de Chun provocou uma reação oficial bastante positiva do Departamento de Estado norte-americano: "Esperamos que essa decisão contribua para reforçar as relações entre a República da Coréia do Sul e os Estados Unidos".

O fato de Reagan ter implicitamente dado ao ditador de Seul a patente de "clemente" e explicitamente reconhecê-lo como um interlocutor válido para os Estados Unidos, constitui uma hipocrisia. Apesar de menos grave do que a pena de morte, a prisão perpétua de Kim é, sem dúvida, um delito cometido pelos governantes de Seul.

A ditadura foi instalada há 20 anos pelo general Park Chung Hee. Ele suprimiu as liberdades, reprimiu cruelmente toda forma de oposição e acomodou o país na condição de provedor de mão-de-obra barata e disciplinada como desejavam as transnacionais, que, desde então, vêm prosperando rapidamente. Foi uma aliança entre as empresas estrangeiras, a cúpula militar manipulada por Park e os homens de negócios locais para aplicar até as últimas consequências o modelo de exploração transnacional (factoria transnacional).

O povo coreano repudia o regime. Isso ficou demonstrado em 1971 quando Park acreditou

que, graças ao poder absoluto de que dispunha, poderia exigir os votos que havia usurpado pelas armas. Convocou eleições e Kim apresentou-se como candidato da oposição. Mesmo com a enorme desigualdade de meios para a campanha, Kim ganhou as eleições. Park negou a validade dos resultados, declarou-se vencedor e continuou governando como se nada tivesse acontecido.

Kim, 55 anos, católico e politicamente moderado, foi exilado. Em 1973, quando se encontrava no Japão, foi raptado por agentes da K-CIA (a CIA sul-coreana) e levado de volta ao seu país. Essa operação foi feita para assassiná-lo, mas uma indignada reação internacional salvou sua vida.

Em outubro de 1979, num acontecimento ainda não esclarecido, um general matou Park. Na luta pela sucessão, logo se destacou Chun, uma cópia do antigo ditador. Em maio de 1980, foram realizadas no país vigorosas e expressivas manifestações lideradas por estudantes em repúdio à ditadura e em favor da democracia. Chun reprimiu-as violentamente e submeteu Kim a julgamento, assim como a numerosos expoentes democráticos. A acusação principal contra eles foi a de "atentarem contra a segurança do Estado". Por esse motivo absurdo, Kim foi condenado à morte num processo sem garantias jurídicas.

Bangladesh sugere Associação Regional

□ O Bangladesh distribuiu um documento de trabalho entre os governos do sul da Ásia apresentando uma exposição de motivos a favor da institucionalização das relações entre eles. O objetivo é o de estabelecer uma Associação Regional. Os ministros das relações exteriores do Sri Lanka, Bangladesh, Maldivas, Nepal, Butan, Índia e Paquistão discutiram a pro-

posta. A primeira conferência de cúpula dos Chefes de Estado e Governo da região, deverá ser realizada ainda este ano.

Enquanto o Sri Lanka e o Nepal apoiaram totalmente a idéia desde o princípio, a Índia e o Paquistão — as maiores potências da região — demonstraram algumas reservas iniciais sobre a viabilidade do projeto. A Associação Regional, segundo a propos-

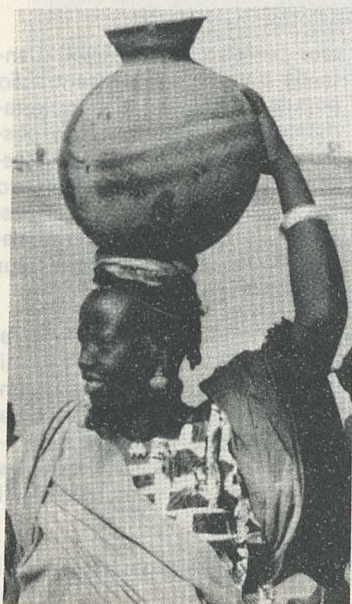
ta de Ziaur Rahman, presidente do Bangladesh, teria um papel importante na manutenção da paz e da segurança na região.

No entanto, o fundamental do acordo seria a cooperação econômica para o desenvolvimento, que atingiria áreas de investigação e setores agrícola, científico, de transportes, de navegação, de telecomunicações, de turismo e intercâmbio de tecnologia, entre outros.

Malawi: água potável para todos

□ Suprir de água potável todas as regiões do país para elevar o nível de saúde pública é o principal objetivo de um programa já iniciado pelo governo de Malawi e que conta com uma ampla participação popular. A meta fixada para esta década, segundo informações oficiais, é a de atingir 70% da população urbana e 35% da população rural.

A epidemia que em 1973/74 atacou o Malawi — país da África Oriental com uma população de pouco mais de 5 milhões de habitantes — demonstrou que os povos abastecidos com água potável estão mais protegidos das enfermidades. Foi registrado apenas um caso de doença nos locais com água potável, enquanto



Um projeto com participação popular

nas áreas não-beneficiadas, 20 de cada 350 habitantes eram contagiados.

Os moradores em áreas rurais, a maior parte dos quais são mulheres consideradas como as principais beneficiárias do programa, representam 90% da população total. A colaboração deles tem sido importante: mais de 2 mil quilômetros de tubulações foram instaladas pelos camponeses para abastecer de água potável cerca de 420 mil pessoas. Inicialmente, o Malawi enfrentou o problema através de perfurações de poços: em 1977, uns 4 mil deles abasteciam 2 milhões de habitantes. Mas os altos custos de perfuração e manutenção desse sistema fizeram com que o governo buscasse a solução para o problema através de outros meios tecnológicos.

O acordo de Kampala

□ Numa reunião de cúpula de um só dia, realizada a 17 de janeiro em Kampala, os presidentes das nações da África Oriental selaram uma reconciliação que assenta as bases para a superação de suas contradições e rivalidades recíprocas.

Milton Obote, de Uganda, foi o anfitrião e seus hóspedes, os presidentes Julius Nyerere, da Tanzânia, Kenneth Kaunda, da Zâmbia e Daniel Arap Moi, do Quênia.

O mais importante significado político desse encontro consistiu em consagrar, ao mais alto nível, a reintegração de Uganda à Comunidade da África Oriental e em reconhecer plenamente Milton Obote como líder dessa nação.

O queniano Arap Moi, de tendência pró-ocidental, havia dado seu apoio a um dos rivais do pró-socialista Obote nas eleições de dezembro passado. Antes, durante o difícil processo posterior à guerra civil que culminou com a expulsão do ditador ugandês Idi Amin, Arap Moi tinha atuado contra as forças conjuntas ugandenses e tanzanianas.

Mas, depois da eleição de Obote, o realismo prevaleceu. Arap' Moi reconheceu o triunfo de Obote e uma primeira reunião entre os dois presidentes no Quênia, a 5 de janeiro passado, colocou as bases da reconciliação bilateral.

Na reunião de cúpula de Kampala, Arap Moi foi mais longe. No discurso que, assim como



Obote: liderança reconhecida

seus parceiros, pronunciou diante de uma grande concentração popular, ele convidou — indiretamente — a oposição a não obstruir o trabalho de Obote: “Devemos colocar os interesses do Estado acima das ambições pessoais”, disse, dissociando-se daqueles que até então eram seus aliados no país vizinho.

Apesar da importância da reconciliação, que prepara o caminho para projetos de intercâmbio e integração — e esse é o dado de maior transcendência — poucas são as decisões adotadas. Uma análise do comunicado oficial indica o seguinte:

“Será designada uma autoridade para estudar o problema dos bens da Comunidade da África Oriental (CEA), dissolvida

em 1977 e da qual participavam a Tanzânia, o Quênia e Uganda.” Não há nenhuma resolução sobre formas de integração ou de intercâmbio regional. Os presidentes limitaram-se a uma declaração genérica na qual afirmam a “vontade política” de promover o comércio e a cooperação.

O Quênia e a Tanzânia fecharam suas fronteiras em fevereiro de 1977. Antes do encontro de Kampala, correu a versão de que seriam reatados os vãos entre Dar-es-Salaam e Nairóbi como um primeiro passo em direção à normalização das fronteiras. Mas no comunicado não apareceu uma só palavra nesse sentido, o que indica que as pequenas divergências bilaterais seguem de pé.

Os mandatários comprometeram-se a garantir a “paz e a segurança” entre os seus países e anunciaram a criação de um comitê de segurança interestatal cujas características não foram dadas a conhecer.

Por motivos diferentes, os quatro países enfrentam sérios problemas econômicos. A dissolução da CEA e os conflitos bilaterais cortaram um intercâmbio humano e comercial determinado pela geografia. Enquanto não forem restabelecidas as diversas formas de cooperação, essas nações não poderão resolver seus males econômicos. A reunião de Kampala dispôs as premissas políticas para a consecução dessa meta e é de se desejar que, brevemente, os governos comecem a dar passos concretos.

Um Congresso latino-americano sobre desaparecidos

□ No primeiro Congresso de familiares de desaparecidos na América Latina realizado em San José, na Costa Rica, decidiu-se criar uma federação regional que centralizará as ações em busca de esclarecimento do paradeiro das vítimas das ditaduras. De acordo com estimativa feita no encontro, o número de desaparecidos na América Latina ascende a quase 90 mil, incluídos uns 50 mil na Guatemala, 5 mil em El Salvador, 31 mil na Argentina, 2 mil no Chile, 120 no Uruguai, 500 no México e 200 na Bolívia. Outra decisão foi a de modificar a caracterização de "desaparecidos" para "detidos-desaparecidos".

Analisando a situação latino-americana, o Congresso — organizado pela Fundação Latino-Americana pelos Direitos Humanos, com sede em Caracas, e pelo Comitê Ecumênico pró-Direitos Humanos da Costa Rica, com sede em San José — considerou na sua ata final que "os governos repressivos extrapolaram os acordos iniciais de assessoramento militar mútuo, o apoio em casos excepcionais, para passar agora a uma política de intervenção direta, de repressão coordenada, baseados na doutrina da segurança nacional". Diz ainda a ata que o "novo estilo repressivo, do qual fazem parte essencial os desaparecimentos, fechou todos os canais normais de defesa". O Congresso encomendou à Federação Lati-

no-Americana de Parentes de Desaparecidos — ali criada — a elaboração de um projeto de convenção que será levado às Nações Unidas. Além de caracterizar essa transgressão como um crime contra a humanidade, a convenção deverá determinar, segundo decisão do Congresso, que "essa violação não constitua um delito político".

Outro princípio que deverá ser estabelecido é o de que os promotores, instigadores, autores intelectuais e materiais e

cúmplices sejam considerados responsáveis sem que se possa invocar como defesa o cumprimento de ordens superiores nem a doutrina de obediência ao Estado. Durante o encontro, foi denunciado que "as ditaduras militares fascistas praticam o tráfico internacional de prisioneiros". Foram expressamente condenados os regimes militares do Chile, Bolívia, Argentina, Paraguai, Uruguai, Guatemala, El Salvador e Haiti "por sua prática maciça e criminosa de desaparecimentos".

Aprovou-se também no Congresso o reconhecimento "da política solidária, assim como uma franca e fraterna política exterior, que vêm demonstrando para outros países da América Latina o povo e o governo do México, expressando, no entanto, sua profunda preocupação pelas reiteradas denúncias de desaparecimentos na Colômbia e Peru".

Participaram da reunião as "Mães da Praça de Maio", de Buenos Aires, que afirmaram: "nada nos poderá negar o direito de defender nossos filhos ainda que isso custe a nossa própria vida". A presidência honorária do Congresso foi outorgada simbolicamente a Alaide Foppa, destacada intelectual guatemalteca recentemente sequestrada no seu país depois de anos de residência no México. Na tribuna principal estiveram Isabel Lettelier, viúva do ex-chanceler chileno assassinado em Washington e o filho de Alaide Foppa, Luis Solórzano.



"Mães da Praça de Maio": defendendo os filhos até o fim

Transnacionais apóiam o Marrocos

Os Estados Unidos, apesar de terem expressado sua "neutralidade" na guerra do Saara Ocidental, demonstram estar cada vez mais associados aos objetivos do rei Hassan do Marrocos: foi aprovado no ano passado a venda de equipamento militar no valor de 232,5 milhões de dólares. Transnacionais norte-americanas, principalmente a *Westinghouse*, com importantes interesses na área, pressionam a Casa Branca no sentido de ampliar ainda mais o apoio militar ao regime de Rabat.

O que atrai a *Westinghouse* são os fosfatos: em 1963 foi descoberta em Bu Craa — no Saara Ocidental ocupado por Marrocos — a quarta jazida mundial de fosfato. O controle do minério proporcionaria ao rei Hassan um virtual monopólio das reservas de fosfato do mundo capitalista.

Mas o interesse maior da *Westinghouse* é pelo urânio contido no ácido fosfórico extraído dos fosfatos. A transnacional, juntamente com outras empresas, desenvolveu uma tecnologia apropriada para a sua extração, o que facilitaria a alimentação de seus reatores nucleares.

Michael Judet, diretor da *Westinghouse* para o desenvolvimento de operações comerciais no Oriente Médio e na África, revelou que foi apresentada uma oferta para vender ao Marrocos tecnologia de extração de urânio. O governo marroquino decidirá brevemente qual a transnacional que ganhará a licitação. A empresa norte-americana tem, no entanto, motivos para estar otimista, pois em 1977 concretizou um contrato com o Marrocos de 200 milhões de dólares para construir um sistema tático de defesa aérea e a parte terrestre desse

sistema de radar está sendo instalada no Saara Ocidental.

A *Westinghouse* não é a única transnacional que se beneficia da sua presença no Marrocos e do apoio dos Estados Unidos à guerra de anexação do rei Hassan. Em maio do ano passado, o Departamento de Estado norte-americano aprovou um plano da companhia *Northrop Page* para construir um vasto sistema de supervisão eletrônica para permitir ao Marrocos detetar os movimentos da Frente Polisario nos desertos do Saara Ocidental. Apesar da *Northrop* não ter concluído totalmente o acordo com os marroquinos, a empresa já fez negócios com o país vendendo caças F5-E e projéteis terra-ar tipo "maverick".

Cerca de 60 mil soldados de Hassan estão envolvidos na guerra, o que representa um custo diário para o Marrocos de mais de um milhão de dólares.

cadernos do
**terceiro
mundo**

cadernos do
**terceiro
mundo**

cadernos do
**terceiro
mundo**

Receba terceiro mundo por um ano pagando apenas: (assinale com um "x")

Cr\$ 1.050,00

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____
Data ____ / ____ / ____ Assinatura _____

Preencha e envie hoje mesmo este cupom, anexando cheque ou valor postal em nome de

editora terceiro mundo Ltda.

Rua da Lapa, 180 • Sobreloja "A" • Telefone 242-1957 • Rio de Janeiro

Deter a agressão na África

□ Nas últimas semanas, intensificaram-se os atos de agressão contra Angola e Moçambique. Ataques aéreos e terrestres contra populações civis e acampamentos de refugiados se multiplicam, enquanto agentes sul-africanos procuram infiltrar-se nos dois países para tentar desestabilizar os seus governos.

Essa situação não é casual, mas sim a expressão de uma política agressiva e expansionista, ditada por Washington aos seus aliados do governo racista de Pretória.

Simultaneamente com as agressões aos dois países, o governo de Reagan procura apoio no Congresso para institucionali-

zar a ajuda militar aos fantoches da Unita e outros grupos contrarrevolucionários de Angola e Moçambique. Sua meta é clara: tornar a África Austral um campo de batalha, na esperança de poder deter o processo de transformações que ali se verifica, sob o impulso das revoluções de Angola e Moçambique.

Sobre o destino dessa nova etapa da luta dos africanos por sua autodeterminação, o presidente Samora Machel foi claro (ver artigo nesta edição): "a batalha final será em Pretória e não em Maputo ou Luanda". Idêntica posição de firmeza tem tido a linha dos angolanos, expressa ontem pelo seu líder, o desaparecido presidente Agos-

tinho Neto e hoje pelo seu dirigente máximo, o presidente José Eduardo dos Santos.

Não se trata, portanto, do destino da luta, mas do desafio que se coloca a todos os povos do mundo: mobilizar-se para deter esse novo foco de perigos para a paz do mundo, criado pelos belicistas de Washington. Não é possível que o destino da Paz fique à mercê de "falcões" como o secretário de Estado dos Estados Unidos, Alexander Haig.

É preciso que Reagan e seus aliados da África do Sul se convençam de que Angola e Moçambique, como o Vietnã ontem e a América Central hoje, não lutam nem lutarão sós, nem a guerra se limitaria àqueles dois países.

O Iraque e a indústria nuclear

□ O governo dos Estados Unidos insiste em suas críticas ao Iraque, pelo programa nuclear desse país.

A história é antiga. Para Washington, a indústria atômica deve ficar limitada a um pequeno clube de países desenvolvidos que, pelas possibilidades desse conhecimento científico teriam, assim, o real privilégio do poder.

No caso específico do Iraque, Washington não pode admitir que um país árabe possa ter uma indústria nuclear. E vem com o estribilho de sempre: a partir de

reatores para fins pacíficos, esses países poderão fabricar bombas.

O argumento é uma impostura. Israel tem reatores e também já fabrica bombas atômicas. Mas



isso não suscita críticas nem perturba a paz do governo norte-americano, responsável direto pelo projeto nuclear israelense.

O governo do Presidente Saddam Hussein tem deixado claro que as instalações nucleares do Iraque não se vinculam a projetos belicistas. Mas também tem sido muito firme em reivindicar para o seu país o pleno direito de desenvolver uma indústria atômica.

Com essa posição, o governo do Iraque não apenas defende a autonomia de suas decisões, como amplia ao campo do Terceiro Mundo o pleno direito dos seus países de ingressar na tecnologia nuclear voltada para os seus projetos de desenvolvimento.

Salário magro — O aumento da produtividade e uma redução cada vez maior do salário real dos trabalhadores são as duas componentes principais do crescimento da economia paraguaia e da acumulação de capital nos núcleos empresariais mais importantes do país, assim como do interesse dos investidores estrangeiros.

Houve uma redução do salário mínimo nos últimos 25 anos da ordem de 52%.

Plano — Em virtude do crescimento do apoio e da força da oposição contra o regime egípcio, o presidente Sadat preparou um plano para combatê-la. Segundo o jornal de Abu Dhabi *Al Ittihad*, esse plano pode ser resumido nos seguintes pontos: fortalecimento da segurança interna e contenção das forças de oposição e dos fundamentalistas islâmicos; desarticulação de qualquer tentativa de se reviverem as forças nacionais de oposição, desviando a atenção pública através de mudanças dramáticas de alguns dos cargos mais importantes no exército e na polícia; realização de eleições para a direção do partido do governo, desde as bases até a cúpula; contatos táticos com alguns países árabes, com a finalidade expressa de conseguir a reconciliação; reorganizar o gabinete e formar um novo governo de coalizão com definida maioria para o partido do governo, junto com representantes de outros partidos políticos, sob o lema da "Reconstrução do Egito".

Imigrantes — O diretor de Migração do Panamá, Elias Castillo, denunciou o desembarque ilegal de militares salvadorenos na base aérea norte-americana Howard, sob o controle do Comando Sul dos Estados Unidos, localizado às margens do canal interoceânico. O grupo de oficiais do exército de El Salvador se negou a realizar os trâmites de migração panamenos, desrespeitando a lei do país. De acordo com o novo tratado sobre o canal, que vigora desde outubro de 1979, qualquer pessoa, civil ou militar, que desembarque numa base aérea norte-americana, está submetido às leis locais. O treinamento intensivo de oficiais e soldados salvadorenos nas bases militares dos Estados Unidos no Panamá já foi alvo de condenação através da imprensa e de manifestações populares.

Caju — Foi realizada uma reunião com a participação de oito fábricas de processamento de caju — um dos produtos de maior peso na economia moçambicana — com a finalidade de encontrar soluções que garantam um melhor aproveitamento da fruta. O convite para o encontro partiu do Secretário para a Política Econômica do Partido Frelimo, Marcelino Dos Santos, a partir da constatação de algumas irregularidades no funcionamento das fábricas. Dos Santos anunciou que nos próximos anos serão plantadas 6,9 milhões de unidades dessa variedade de árvore frutífera. Atualmente, a castanha de caju contribui com aproximadamente 15% na balança comercial. O país possui 14 fábricas de processamento sendo oito delas estatais e que fazem parte da empresa governamental "Caju de Moçambique".

Médicos — Uma cerimônia em Luanda festejou a formatura dos primeiros 23 médicos graduados no país depois da independência, conquistada em 11 de novembro de 1975: 19 de Angola, 3 de Cabo Verde e um de Portugal. A solenidade foi presidida pelo Ministro da Educação e membro do Birô Político do MPLA-Partido do Trabalho, Ambrosio Lukoki.

Esquadrão — Em resposta à atividade de grupos revolucionários chilenos que vêm aumentando as suas ações nos últimos seis meses, o Ministério da Defesa criou recentemente um "esquadrão antiterrorista urbano", integrado por 150 homens selecionados por suas condições físicas e rapidez mental e treinados com rigor — a elite dos organismos de segurança e policiais do país. A informação é do jornal *La Tercera*. Os comandos atuarão não só para contra-atacar a atividade dos grupos revolucionários de oposição ao regime como também para investigar e reprimir atentados com explosivos e outras manifestações.

Novo Partido — O Congresso de fundação do PAICV (Partido Africano para a Independência das Ilhas de Cabo Verde) elegeu como secretário-geral da organização — nascida do partido binacional PAIGC —, Aristides Pereira.

Urânio — Recentemente, foram denunciadas pressões norte-americanas para que o México assinasse um "convênio de salvaguarda" nuclear que permitirá a presença de técnicos dos Estados Unidos nas instalações nucleares mexicanas. O governo norte-americano mantém um embargo sobre um carregamento de urânio enriquecido adquirido pelo México desde 1972. De acordo com o Sindicato Único dos Trabalhadores na Indústria Nuclear (Sutin) do México, que fez a denúncia, o embargo afeta o Centro de Investigações Nucleares de Salazar e prejudica o andamento da instalação do projeto nucleoeletrônico de Laguna Verde. Mas as pressões também têm a intenção, segundo o mesmo sindicato, de pressionar o México no sentido de forçá-lo a utilizar a tecnologia norte-americana para o desenvolvimento da sua indústria nuclear. O México está interessado na tecnologia canadense, à base de urânio natural, e naquelas desenvolvidas pela Suécia e França.

Expansão bancária — Dois bancos italianos foram autorizados a abrirem escritórios em Pequim: o *Banca Nazionale del Lavoro* (BNL) e o *Banca Commerciale Italiana* (COMIT). A autorização foi dada pelo Banco do Povo da China.

Somália — O jornal *Al Watan*, do Kuwait, citando fontes diplomáticas de Nova Iorque, denunciou o envio pelos Estados Unidos de novos armamentos para a Somália. Informou ainda que os EUA prometeram enviar mais armas nos próximos meses.

Iêmen — O Conselho da Organização de Solidariedade Afro-Asiática realizará em Aden, na República Democrática do Iêmen (Iêmen do Sul), este mês de março, a sua décima terceira reunião. O Conselho discutirá vários problemas afro-asiáticos, entre eles as medidas para a unificação dos movimentos de libertação contra o imperialismo e o racismo internacionais. Será debatido também um programa para prestar assistência aos movimentos árabes de libertação e aos povos da África que lutam para libertar seu continente do racismo e do imperialismo.

Emigrados — Mais de 25 mil graduados deixaram Israel nos últimos três anos com destino aos Estados Unidos, Austrália, Europa Ocidental e África. A maioria dos emigrados são de origem européia, mas muitos deles são também hebreus nascidos na Palestina. Segundo dados do Escritório Central Israelense de Estatística, em 1973 chegaram a Israel 55 mil imigrantes, enquanto em 1974 esse número foi reduzido para 32 mil. Por outro lado, a emigração foi três vezes maior em 1974 do que entre os anos de 1967 a 1973: 7.500 hebreus abandonaram Israel entre 1968 e 1972, 12 mil em 1973, 21 mil em 1974 e 30 mil no ano passado. Além disso, só se considera "emigrado", de acordo com a lei israelense, quem reside mais de quatro anos no exterior. Mas basta vir uma só vez ao país, por alguns dias, para não ser mais considerado emigrado do ponto de vista estatístico. As causas principais da emigração, segundo um estudo do Instituto Israelense de Investigações Sociológicas, são várias: a inflação que alcançou um recorde mundial de 133 por cento no ano passado, o aumento do custo de vida, a incerteza pelo futuro das crianças, o desemprego, a insegurança, o serviço militar e, em último lugar, a resistência nacionalista palestina.

Perda — Morreu aos 36 anos de idade, no dia 28 de fevereiro passado, vítima de uma complicação cardíaca, o Ministro do Trabalho de Moçambique, Alberto Cassimo, "Perdemos um dirigente, um militante comunista, um amigo". — afirmou um comunicado conjunto do Comitê Central do Partido Frelimo, da Comissão Permanente da Assembléia Popular e do Conselho de Ministros de Moçambique. Durante o período de transição para a independência nacional, Cassimo dirigiu uma comissão encarregada de negociar algumas questões relacionadas com a transferência do ex-Banco Nacional Ultramarino para o Banco de Moçambique. Em maio de 1975, foi nomeado governador do Banco, cargo que exerceu até 1978, quando foi chamado para dirigir o Ministério do Trabalho. O Primeiro-Ministro do Zimbábue, Robert Mugabe, membros do Partido Comunista Português e da Guiné-Conácri enviaram mensagens de condolências a Moçambique.

O "cinema Kung-fu"



alienação ou anticolonialismo?

Pela primeira vez, o Terceiro Mundo tem um gênero cinematográfico de massas. Os críticos ignoram-no, o povo apaixona-se e os intelectuais debatem se se trata de uma armadilha alienante ou de uma mensagem libertadora

Sol Carvalho*

*O autor é redator da revista "Tempo" de Moçambique

Uma verdadeira revolução produziu-se nas telas cinematográficas do Terceiro Mundo durante a década dos anos 70: o tradicional "mocinho" de Hollywood (norte-americano, branco, quase sempre louro e de olhos azuis) que alcançava a glória matando índios, bandidos mexicanos ou soldados japoneses, chineses e coreanos, foi substituído por um novo herói, de olhos rasgados e cabelo negro que não usa mais armas senão as do próprio corpo, numa luta que é também balé e acrobacia: o Kung-Fu.

Há uma década, os filmes de Kung-Fu batem sistematicamente todos os recordes de audiência e bilheteria na América Latina, Ásia, África e nos bairros populares da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Junto com eles, surgiu toda uma indústria que alimenta essa nova "cultura de massas" com livros, revistas, ilustradas, camisetas, cartazes e outros artigos de consumo.

No entanto, esse fenômeno tem sido virtualmente ignorado pelos críticos de cinema e desprezado pelos intelectuais, que só vêm nele um reflexo da sede de violência dos marginais e do "lúmpen".

O que é o Kung-Fu? Onde está a raiz da sua enorme atração para as massas? Sua mensagem violenta é um novo mecanismo de alienação ou exprime a sede de vingança dos oprimidos do Terceiro Mundo?

As origens da luta

Aquilo que geralmente se conhece como Kung-Fu é uma arte marcial inventada por monges

budistas. Afirma-se que foi criada a partir da observação dos movimentos de agressão e defesa dos animais, especialmente dos felinos.

As lições de Gautama Buda, um príncipe que viveu no Himalaia, no século V a.C. são seguidas hoje por duzentos e cinquenta milhões de pessoas, principalmente no sudeste asiático.

De acordo com as normas budistas, os sacerdotes são impedidos de realizar qualquer tipo de trabalho manual, dedicando-se o tempo inteiro à reflexão com o objetivo de alcançarem um total domínio da mente sobre o corpo, o que constitui uma das bases teóricas do Kung-Fu.

Tudo indica (e alguns filmes fazem referência a esse aspecto) que, na antiguidade, os monges budistas foram cruelmente perseguidos pelos mongóis que ocupavam a China. Foi assim que em alguns templos, denominados Shao-Lin, os monges começaram a desenvolver uma técnica de luta destinada fundamentalmente à defesa pessoal e que excluía o uso de armas, já que sua utilização estava proibida pelos ocupantes.

A filosofia do Kung-Fu baseia-se na estreita relação que existe entre força física e a capacidade mental de concentração denominada "força chi". Segundo a tradição, o ensino do Kung-Fu restringiu-se aos monges que acreditavam que sua popularização podia conduzir a um indevido uso da técnica. Essa é uma característica comum a quase todas as artes marciais orientais, cujos grandes lutadores se orgulham de não utilizarem suas faculdades para fins pessoais e só o fazem em defesa própria.

A idéia-base da luta consistia em que o praticante primeiro dominasse sua "força chi" para dirigir, contra o adversário, a pró-

pria força externa desse último. Uma idéia básica é "primeiro, evitar a luta; se não for possível, lutar para mutilar e, só em último caso, matar."

No entanto, os filmes de Kung-Fu são sangrentos e o espectador vê no herói mais um lutador do que um calmo e imperturbável monge budista que detesta a violência. Os monges são apresentados só como mestres com os quais o herói se prepara para atingir seus objetivos.

Dos pagodes às telas

O aparecimento do "cinema Kung-Fu" como fenômeno de massas parece ser uma consequência do desgaste e da saturação de outros gêneros cinematográficos de massas, particularmente o *western*.

A indústria cinematográfica sempre precisou de gêneros massivos destinados à obtenção de lucro fácil. À medida que o cinema foi-se popularizando e alcançou camadas cada vez maiores de espectadores, os centros de produção industrial (particularmente Hollywood, nos Estados Unidos) foram adaptando os gêneros de massas às necessidades do momento.

O *western* — antecessor direto do Kung-Fu — proliferou por causa da necessidade de criarem-se filmes de roteiros e situação simples, facilmente identificáveis pelo espectador. Os "spaguetti-western" italianos, produzidos em série, levaram o gênero a um paroxismo de ação e violência que, pelo ridículo, terminavam por provocar gargalhadas.

Assim, trinta anos depois de sua "época clássica", o *western* já está saturado e os exibidores exigem novos gêneros. A América rural dos grandes ranchos bovinos e a rudeza aventureira dos *cowboys* morreram. O herói tinha que abandonar o revólver e lutar com as mãos livres...



"Big Boss": o início da carreira e do sucesso de Bruce Lee, o Kung-Fu

Estamos em pleno auge do neocolonialismo cultural e o Extremo Oriente capitalista assume os valores das sociedades de consumo ocidentais perdendo, dia a dia, sua identidade cultural. No período do pós-guerra, os cidadãos das classes médias urbanas sofrem uma rápida transformação cultural.

As artes marciais deixam de ser técnica semi-religiosa para se converterem em espetáculos que arrecadam enormes receitas. O segredo que as rodeava desaparece e muitos lutadores orientais são "importados" pelos Estados Unidos, onde dirigem escolas de suas diferentes modalidades. As artes marciais passam a ser "esportes orientais", perfeitamente ocidentalizáveis. A violência que impera nas grandes cidades motiva o cidadão médio a aprender uma técnica de defesa que não implica o uso de arma. O Kung-Fu aparece assim como a "última moda" desse tipo de luta, depois do jiu-jitsu, o judô e o caratê.

Do fenômeno social ao cinematográfico, foi um pequeno passo: rapidamente começaram a ser rodados filmes de caratê e Kung-Fu. Cabe aos eruditos elucidarem se o gênero nasceu em Hollywood ou Hong Kong. O certo é que essa colônia britânica na China é hoje a capital mundial da produção cinematográfica de Kung-Fu, mas isso nunca teria acontecido se não existisse um amplo mercado para esse tipo de filmes, aberto pela indústria norte-americana de celulósido.

Bruce Lee: a história de um mito

Em plena glória e no momento em que seus filmes batiam recordes de bilheteria no mundo inteiro, Bruce Lee morreu misteriosamente em 1973 na casa de uma atriz que desapareceu no dia seguinte.

O herói por excelência do Kung-Fu cinematográfico, tinha nascido em San Francisco em 1940, durante uma turnê de uma ópera de Cantão da qual seu pai era a principal figura. Seu verdadeiro nome era Hsi-Loong que significa "Pequeno Dragão".

Voltando a Hong-Kong, aos 17 anos, desempenha papéis em cerca de 20 filmes locais sem interesse. A maior parte de seu tempo, ele dedica à delinquência, destino comum de tantos jovens marginais e subempregados das grandes cidades. É chefe de uma quadrilha, briga nas ruas, age fora da lei, frequenta centros noturnos e, em 1958, é consagrado "o rei do cha-cha-cha".

A descoberta das artes marciais, particularmente do Kung-Fu, mudou completamente sua vida. Começa a treinar e se transforma no melhor aluno do mestre chinês Yip-Man.

Em 1958, emigra para os Estados Unidos e trabalha num restaurante. Estuda e cria escolas de

Kung-Fu baseadas em seu próprio método, chamado "Jett-Kuna-Do", no qual aplica novas concepções.

Sua excepcional exibição no Torneio Internacional de Caratê realizado em Long Beach (1964) aumenta seu prestígio e, em 1967, é contratado para um papel secundário numa série televisiva. No papel de "Kato, o Justiciero", teve tal êxito que se tornou mais popular que o ator principal.

Mas Hollywood continuava ignorando-o. Bruce Lee devia contentar-se em ensinar sua técnica de luta aos atores consagrados como James Coburn, Steve MacQueen, James Garner e Lee Marvin. Para os produtores de Hollywood, Bruce Lee era um "homem de cor". Não tinham escrúpulos em declarar — inclusive à imprensa — que Bruce Lee era muito jovem, demasiado pequeno e "chinês num mundo de brancos", por isso, nunca triunfaria no cinema ou na televisão. Assim explicou um executivo da Warner Bros a sua negativa em produzir um filme, "O Dragão", do qual Bruce Lee devia ser o ator principal.

Mas em Hong Kong, um produtor quase desconhecido, Raymond Shaw, vê no frustrado lutador uma possibilidade de entrar na indústria cinematográfica dessa colônia britânica. Contrata Bruce Lee como ator principal de "Big Boss", filme que alcançou um grande sucesso de bilheteria e — surpreendentemente — também foi elogiado pela crítica.

"Fúria de Vencer", o segundo filme de Shaw/Lee, produziu em Hong Kong uma receita de 700 mil dólares, em 23 dias de exibição. Em Cingapura, ingressos que custavam um dólar eram vendidos a 40 no mercado negro. Nos Estados Unidos, um crítico caracterizou esse sucesso como "a revelação da potencialidade do cinema Kung-Fu". Essa po-

tencialidade representou um lucro de dois milhões e meio de dólares.

Começaram a chover propostas de todas as partes do mundo, mas o "chinezinho" já sentia o sabor do sucesso e fundou, com Raymond Shaw, uma companhia própria, a *Concord film*. Com essa firma rodou "A Fúria do Dragão", do qual Bruce Lee era o produtor, o realizador, o diretor de cena e o ator principal.

Qual é a moral dessa história? Para entendê-la, tem-se que mergulhar nos mecanismos da indústria cinematográfica.

Produção maciça em Hong Kong

O racismo dos produtores de Hollywood impediu-os de ver que seu público desejava um novo herói. E isso explica porque foi um produtor oriental (com mentalidade e procedimentos aprendidos dos norte-americanos, mas sem os preconceitos deles a respeito do "homem amarelo") quem lançou Bruce Lee.

O sucesso de Bruce Lee deve-se essencialmente aos mesmos motivos do êxito geral do novo gênero. Mas, ao mesmo tempo, nosso herói contribuiu para prestigiar o "cinema Kung-Fu" com uma elevada técnica de combate e a exigência de qualidade cinematográfica para todos os filmes que rodou como protagonista principal.

Logo Hong Kong converteu-se na "Meca das pernas voadoras". Se algo havia de arte nos filmes de Bruce Lee, centenas deles — ou, talvez, milhares — de imitações não são mais do que pura mercadoria. Desde o momento em que o produtor se senta para discutir um projeto, a única coisa que interessa é como fazer esse filme mais rentável, segundo o princípio de "máximo lucro com um mínimo de investimento".

Um filme desse tipo não deve custar mais de um milhão de dólares. Só sua exibição regional (Malásia, Cingapura, Taiwan, Japão, Coréia do Sul, Tailândia, Indonésia e Filipinas) já compensa o investimento e é, muitas vezes, suficiente para conseguir uma renda superior a 100%. O que se conseguir daí em diante nos mercados da África, América Latina e Europa é puro lucro.

O sistema tem suas "regras de ouro":

1) **Absoluta integração:** Na produção industrial do cinema-mercadoria é frequente que atores, técnicos, roteiristas e todos os outros profissionais sejam contratados pelas companhias por curtos períodos.

As empresas não se sentem obrigadas a estabelecer vínculos trabalhistas estáveis com seus empregados, mas esse sistema tem um inconveniente: as "estrelas" podem recusar-se, uma vez terminado o contrato, a rodar outros filmes e a negociar com a competição entre as companhias. Quem sofre são os trabalhadores "menores", o chamado "pessoal de apoio".

Em Hong Kong, aplica-se geralmente um esquema diferente, de "absoluta integração": o ator, o roteirista ou o técnico assina um contrato de exclusividade com a empresa. Esta dá-lhe treinamento e casa, além de determinar, inclusive, o que ele fará com seu tempo livre.

Em outras palavras, as companhias "criam" suas "estrelas", que continuam trabalhando pelo mesmo preço, mesmo depois de serem famosas. Então, o rendimento do filme é muito maior e o investimento inicial começa a render seus frutos. Na escola de atores de uma das maiores produtoras, as "estrelas" do futuro são "criadas" com o máximo cuidado para, posteriormente, serem "entregues" aos diretores,

A indústria cinematográfica norte-americana tenta retomar o espaço perdido para o Kung-Fu: é uma missão para o Homem-Aranha



que dispõem delas como lhes convier.

2) **Controle centralizador:** é a segunda "regra de ouro". O diretor controla pessoalmente toda a produção, desde o argumento, cenários, filmagem, até a montagem e distribuição. Assim, só um número bem reduzido de pessoas (o diretor e seus assessores, eleitos por sua vez na base do nepotismo) possuem um conhecimento técnico global daquilo que acontece na Hong Kong cinematográfica.

Um técnico de som, por exemplo, intervém somente no momento de executar seu trabalho, de acordo com uma lista diária de tarefas que lhe é dada. Às vezes, grava sem ter nem idéia de para quem está trabalhando ou qual é o conteúdo do filme. Trata-se, numa palavra, de alienar completamente o assalariado do produto de seu trabalho. Essa é uma das razões pelas quais o cinema Kung-Fu é altamente esteotipado.

Essa falta de imaginação reflete-se nos títulos dos filmes: Kung-Fu, caratê, harakiri, super, invencível, fúria, tigre, grande, lutador, são palavras sistematicamente repetidas.

3) **Lucro:** o objetivo de obter o máximo de lucro está diretamente vinculado às regras precedentes.

Ao contrário do que existe em outros países capitalistas industrializados, em Hong Kong não se gasta nenhum centavo em pesquisa, não há investimento significativo em projetos de desenvolvimento e só se compra um mínimo de equipamentos. Os cenários, por exemplo, são o mais barato possível. Na busca de lucros com um mínimo de investimento, chega-se a filmar as mesmas cenas de luta sob diferentes angulações para aproveitá-las em filmes diferentes.

Na cidade cinematográfica, o descanso não existe. Trabalha-se todos os dias, inclusive aos do-

mingos, exceção feita aos três dias do Ano Novo chinês.

A própria publicidade é fonte de lucros. As companhias editam revistas de cinema, imprimem cartazes e camisetas, aumentando seus ganhos com uma indústria paralela sobre a qual os atores não têm nenhum controle.

Quem mexe os fios?

O "patrão" da Hong Kong cinematográfica chama-se Sir Run Run Shaw. Tem mais de 70 anos e é originário de uma rica família de mandarins da China pré-revolucionária.

Diz-se que seu irmão mais velho recebeu um dia um cinema como pagamento de uma dívida e, em 1952, fundou uma companhia de produções que empregava Run Run como fotógrafo e Runnie, um outro irmão, como ferramenteiro. Parece que os irmãos Shaw entusiasmaram-se pelo cinema quando inteiraram-se de que nos Estados Unidos este chegou a ser a terceira indústria nacional.

Em 1954, a empresa dos irmãos Shaw adquiriu um terreno em Hong Kong e ali começou a levantar seu império. Rodavam filmes para os emigrantes chineses em todo o mundo até que explodiu o cinema Kung-Fu. A partir daí, Run Run dirigiu pessoalmente a entrada de Hong Kong no mercado cinematográfico internacional.

A companhia produz atualmente várias dezenas de filmes por ano e seus lucros líquidos, em 1977, foram calculados em 15 milhões de dólares. Em 1976, a *Shaw Brothers* já possuía 140 salas de cinema na Ásia e programava a construção de mais 500.

Além da produção e da distribuição de filmes, a família tem interesses em quase todos os

grandes parques de diversões da Ásia capitalista. Sir Run Run ocupa um importante lugar dentro da estrutura de poder da colônia inglesa. Desconhecem-se os seus vínculos concretos, mas Run Run frequentemente aparece como patrono dos bombeiros da cidade, e inclusive, passando revista na polícia local. . .

Outro boss de Hong Kong é Raymond Shaw, diretor da *Golden Harvest*. Sabe-se que ele trabalhou com Sir Run Run até 1970, quando anunciou seu afastamento e a fundação de uma empresa própria. Nesse mesmo dia, jornais de Hong Kong anunciavam o regresso de um jovem ator local, desiludido com Hollywood: Bruce Lee!

Às custas de Lee, a *Golden Harvest* conseguiu transformar-se num sério competidor dos *Shaw Brothers*.

Por que o Kung-Fu é tão popular?

Depois da morte do herói máximo do Kung-Fu, Raymond Shaw conseguiu permanecer no mercado explorando o sucesso do jovem ator, cuja memória continua viva até hoje. Os filmes produzidos são muito variados e a companhia pouco difere de qualquer outra norte-americana. O diretor de relações internacionais é norte-americano e costuma afirmar que "não porque Raymond seja chinês, devem-se fazer filmes chineses toda a vida. . ."

Sir Run Run seria, então, o homem da "velha guarda" enquanto Raymond Shaw parece vislumbrar que, cedo ou tarde, o cinema Kung-Fu não mais servirá como produto comercial de massas e procura alternativas para manter os enormes ganhos da empresa.

O Kung-Fu aparece, desde o primeiro instante, como um gênero detalhadamente concebido para ser um cinema de massas, na linha dos velhos policiais, dos filmes chamados "históricos" (que poucas vezes o são) e principalmente dos filmes de *cowboys*. Tem todos os "ingredientes" desse tipo de filmes: uma história simples e acessível a todo mundo, muito movimento e ação a ponto de algumas películas serem uma sucessão tão rápida de lutas que o argumento passa despercebido. São filmes de grande colorido e — que nos perdoem os "esteticistas" do cinema — os filmes coloridos são os que mais atraem o público.

No entanto, um dos fatores principais é o herói. A cinematografia mundial, até hoje dominada pelos circuitos de produção e distribuição norte-americanos, criou o protótipo do herói individual, bom, que luta sozinho contra os maus.

Sobre essa base, que ainda satisfaz a muitas platéias, o herói do Kung-Fu tem duas características especiais que o aproximam mais de seu público: primeiro, é um herói que luta com as mãos limpas, o que leva o espectador a acreditar que ele também tem a possibilidade, embora remota, de ser como aquele com quem se identifica na escuridão do cinema. Em segundo lugar, esse herói não é mais o colonizador, o "branco" que parte à conquista de terras onde vivem outras civilizações e culturas. Muito pelo contrário, o herói do Kung-Fu aparece como o defensor dos valores tradicionais, como o defensor do povo contra os colonizadores, tal como surgiu o Kung-Fu na realidade histórica.

São muitos os filmes em que o lutador está em guerra contra o invasor mongol ou japonês. Claro que essa luta é sempre individual e não se apresenta como uma libertação social mas aparenta sê-lo. Isso explica, por

exemplo, que o sucesso inicial dos filmes de Kung-Fu na Europa esteja geograficamente caracterizado: os filmes passam nos bairros pobres onde vivem os emigrantes dos países do Terceiro Mundo. Esse gênero esteve inicialmente reduzido a esse circuito até que o espectador burguês descobriu que o fenômeno era inofensivo e começou a vê-lo como parte do "folclore" terceiro-mundista. É muito raro o caso de países africanos e asiáticos que não tenham a maior parte de sua distribuição absorvida com filmes de Kung-Fu e sua presença é cada vez maior na América Latina.

A violência é outro motivo do sucesso desse tipo de filme e desempenha um papel fundamental nos mecanismos inconscientes de reação do espectador, que "descarrega" na tela suas respostas violentas às frustrações da vida cotidiana. É muito comum que entre os espectadores se produza

uma verdadeira "avalanche" de aplausos e assovios de apoio quando o herói de um filme "acaba" com seus inimigos.

A alternância ou a combinação de sexo e violência parece ser a receita básica. Vimos uma película na qual, no momento culminante de uma cena de amor, o protagonista é morto pelo salto do sapato de uma lutadora que entra voando pela janela. Mas, também, pode ser causa de conflitos com as censuras locais. Não importa, a situação já está prevista e as cenas de extrema violência ou de sexo explícito são programadas de tal maneira que podem ser cortadas sem que se altere a sequência lógica do filme.

No banco dos réus

O que pode fazer uma política cultural progressista diante desse cinema? O problema foi debatido em Moçambique, onde

a Comissão de Exame e Classificação de Espetáculos chegou a proibir muitas películas de Kung-Fu de baixíssima qualidade. Quando, depois de vários meses sem estréias, foi programado o filme "A Rebelião dos Lutadores" (baseado numa insurreição chinesa no princípio do século contra os invasores japoneses) houve gente que passou 36 horas na fila para comprar seus ingressos.

"A simples ausência ou anulação de certos filmes não muda automaticamente as idéias do espectador", conclui a revista moçambicana *Tempo*, que sustenta que "nem todos os filmes de Kung-Fu são necessariamente ruins".

Existe, de fato, prossegue *Tempo*, a tendência de se explicar o sucesso do gênero afirmando-se que "temos ainda muito 'lúmpen', que é o espectador desse tipo de cinema". A revista atribui esse argumento a "intelectuais que nunca viram um filme de Kung-Fu" e constata que, entre o público, é frequente encontrar jovens estudantes, funcionários e, inclusive, quadros do partido.

Preconceitos desse tipo por parte de intelectuais de esquerda baseiam-se no fato real de que esse gênero foi criado por mecanismos capitalistas de produção e frequentemente projeta uma ideologia complacente em relação ao "capitalismo selvagem" de Hong Kong.

No entanto, não se deve esquecer que muitos dos clássicos do cinema foram feitos a partir dos gêneros de massas. Até agora, o cinema de Kung-Fu continua esperando seu John Ford para que faça com seus golpes de caratê e "pernadas voadoras" uma obra de arte como é "A Diligência" com seus cavalos, *sheriffs* e pistoleiros no oeste longínquo. □



O Kung-Fu é um herói que luta com as mãos limpas contra o colonizador

comercio exterior

Banco Nacional de Comércio Exterior S.A.

Edições do BANCOEXT

Do centralismo
protecionista ao regime
liberal (1837 - 1872)

Nota, seleção e comentários
de Luís Córdova 350 pp. \$ 60.00

**Jorge Witker e*

Leonel Pereznieta

Aspectos jurídicos do
comércio exterior do
México 374 pp. \$ 150.00

**Miguel Lerdo de Tejada*
Comércio exterior do
México (desde a conquista
até hoje)

Edição fac-símile

350 pp. \$ 60.00

*(edição em espanhol
esgotada) 488 pp.*

*135 ilustrações a cor
\$ 250.00*

Envie correspondência, cheque ou ordem postal
em nome do:

Banco Nacional de Comércio Exterior S.A.
Departamento de Publicações
Av. Chapultepec 230 - 2.º And.
México 7, D.F.

***Comércio Exterior**
Órgão oficial do
Bancomext

Publicação mensal
Distribuição gratuita

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows lush green coffee plants with ripe, dark coffee cherries.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "INCAFE" • R.P.A.

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola